

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Júlia Farah Ribeiro

Contribuições e considerações sobre a arquitetura pinhalense

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de
Espírito Santo do Pinhal

Contribuições e considerações sobre a arquitetura pinhalense

JULIA FARAH RIBEIRO

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de
Espírito Santo do Pinhal

Contribuições e considerações sobre a arquitetura pinhalense



DEPARTAMENTO DE
CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



© Julia Farah Ribeiro, 2021

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.

Diagramação: Ricardo Biazotto

Projeto realizado com o apoio do Município de Espírito Santo do Pinhal por meio do Departamento de Cultura e dos recursos federais da Lei Aldir Blanc (14.017/2020).

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ribeiro, Júlia Farah

Para além do centro histórico [livro eletrônico] : valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal / Júlia Farah Ribeiro. -- Espírito Santo do Pinhal, SP : Ed. da Autora, 2021.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-20273-1

1. Arquitetura - Conservação e restauração - Espírito Santo do Pinhal (SP) 2. Espírito Santo do Pinhal (SP) - Edifícios, estruturas, etc. 3. Patrimônio cultural - Proteção - Espírito Santo do Pinhal (SP) 4. Patrimônio histórico - Espírito Santo do Pinhal (SP) I. Título.

21-61461

CDD-720.2880981612

Índices para catálogo sistemático:

1. Espírito Santo do Pinhal : São Paulo : Patrimônio histórico : Preservação : Arquitetura
720.2880981612

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Para citação: RIBEIRO, Julia Farah. *Para além do centro histórico: valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal - Contribuições e considerações sobre a arquitetura pinhalense*. Espírito Santo do Pinhal, SP. 2021.

Palavras-chave: Espírito Santo do Pinhal; Patrimônio histórico arquitetônico; Inventário arquitetônico; Patrimônio ferroviário; Patrimônio moderno.

Agradecimentos

A cidade de Espírito Santo do Pinhal é detentora de belo conjunto arquitetônico. Acredito que o fato de ter convivido nesse espaço por tantos anos influenciou direta e indiretamente a minha trajetória acadêmica, desde a graduação até a pós-graduação. Caminhar pelas ruas da cidade e observar os detalhes das construções instigou minha curiosidade sobre a importância das construções “antigas”, históricas.

Foi esse olhar sobre a cidade que direcionou também minha dissertação de mestrado, da qual o presente trabalho deriva. É importante destacar que todo trabalho acadêmico é construído no sentido de trazer uma contribuição, seja para um tema, para uma comunidade científica, para um lugar ou para determinada sociedade, em suas várias esferas. A minha pesquisa e consequente dissertação tiveram como objetivo principal trazer uma contribuição para Espírito Santo do Pinhal e para a população pinhalense. Portanto, a produção deste e-book representa o alcance do resultado almejado.

Portanto, primeiramente, gostaria de agradecer à Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, em especial a diretora do Departamento de Cultura Ana Tereza Castro Leite e o então prefeito municipal Sérgio Del Bianchi Junior pela oportunidade de ter podido participar do edital de produção cultural pela Lei Aldir Blanc e por todo o auxílio prestado.

Ainda, aproveito para agradecer mais uma vez a todos que me auxiliaram durante minhas pesquisas, pois foram fundamentais também para que hoje este trabalho fosse possível. Agradeço a minha orientadora de mestrado, a prof^a dr^a Regina Andrade Tirello e aos demais professores do programa de Pós-Graduação em Arquitetura Tecnologia e Cidade da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia Civil da Unicamp, em especial os professores Sílvia Mikami, Rafael Urano e Ana Luiza Martins (CONDEPHAAT).

Ao arquiteto sr. Carlos Alberto Cerqueira Lemos pela atenção em me conceder uma entrevista, na qual gentilmente compartilhou informações e fez análises sobre seus projetos, que contribuíram imensamente para minha pesquisa de mestrado.

Aos funcionários do Museu e Biblioteca Municipal e Setor de Obras Públicas da Prefeitura de Espírito Santo do Pinhal pela atenção com que se prontificaram a me auxiliar na pesquisa documental.

Ao advogado Carolino Francisco Sucupira Silva e a arquiteta Thaís Helena Vergueiro Costa pelos documentos que forneceram sobre a arquitetura e a preservação do patrimônio cultural de Pinhal.

Aos proprietários das residências da Vila Norma, Danilo José Camargo Golfieri, Raul Porto Vergueiro, Adriano Ferriani Sobrinho e dr. Pedro Henrique Sertório, que prontamente se dispuseram a ajudar na pesquisa, abrindo as portas de suas casas, compartilhando documentos e valiosas informações pessoais e sobre a história da cidade.

Aos amigos e familiares que me ajudaram sempre e de tantas formas no decorrer da construção destes trabalhos, principalmente aos meus pais pelo apoio e incentivo constantes.

Sumário

Apresentação	9
PARTE 1	
Capítulo 1	15
Espírito Santo do Pinhal: Breve histórico – Da fundação ao bairro moderno	15
Pinhal entre 1850 – 1890: o povoamento inicial	19
1890 – 1950: A primeira expansão da área urbanizada	20
1950 – 1960: O crescimento urbano para além dos ribeirões	21
1960 – 1980: Implantação das indústrias	22
A cidade a partir de 1980	23
Capítulo 2	25
Tombamento do Núcleo Histórico de Espírito Santo do Pinhal: Questões para revisão	25
2.1 O núcleo tombado	31
2.2 Um patrimônio ainda a conhecer	39
2.3 Revisão do Tombamento do Núcleo Histórico e Urbano de Pinhal	55
PARTE 2	
Capítulo 3	59
Vila Montenegro e Vila Norma: História, arquitetura e crescimento urbano	59
3.1 Vila Monte Negro: A primeira ampliação da malha urbana pinhalense	62
3.1.1 Breves considerações sobre a ocupação do solo	73
3.1.2 As residências operárias	78
3.1.3 Os armazéns de café	85
3.1.4 O legado da ferrovia na paisagem urbana pinhalense: permanências e transformações	89
3.2 A Vila Norma	93
3.2.1 José Costa e a arquitetura moderna em Pinhal	100
3.2.2 O conjunto arquitetônico da Vila Norma	102
3.2.3 Considerações sobre a Vila Norma	118
Capítulo 4	120
Preservação Arquitetônica e seus instrumentos: diretrizes e práticas para a proteção do patrimônio	120
4.1 As cartas patrimoniais e a valorização dos conjuntos urbanos ferroviários	122
4.2 A arquitetura moderna como patrimônio	126

4.3 Sistemas de inventariação do patrimônio	132
4.3.1 As experiências de inventariação do patrimônio arquitetônico em Pinhal	133
Capítulo 5	146
Tombamento do Núcleo Histórico de Espírito Santo do Pinhal: Questões para revisão	146
5.1 O fichamento	149
Fichamento	153
Conclusão	191
Referências	195

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Apresentação

O trabalho aqui apresentado é resultado de um longo percurso de reflexões pessoais acerca da preservação do patrimônio histórico construído na cidade de Espírito Santo do Pinhal, que tiveram início ainda durante o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo¹.

No meu Trabalho Final de Graduação (TFG), intitulado *Cata-ventos da memória: reabilitação do patrimônio urbano e arquitetônico de Espírito Santo do Pinhal-SP*, estudei a arquitetura histórica de Pinhal, dando especial ênfase ao arrolamento e avaliação dos edifícios não tombados pelos órgãos de preservação.

Considerando o vasto repertório de tipos arquitetônicos que compõem o patrimônio construído pinhalense, o objetivo maior do TFG era avaliar as características dos imóveis edificados entre os anos de 1880 e 1920, período de desenvolvimento mais expressivo da economia cafeeira local, que ultrapassam em número o grupo de construções ecléticas que compõem o núcleo histórico protegido da cidade. A percepção de que a limitação numérica de construções tombadas, bem como a categoria de valoração que incidiram na seleção dos exemplares a serem institucionalmente protegidos, se refletia na noção que a população tinha de seu patrimônio histórico. Noção que, já então, se queria ver ampliada.

Desde então, foram outras leituras e estudos que corroboram a ideia de que as pesquisas existentes sobre a história urbanística e arquitetônica da cidade tendiam a privilegiar produção correspondente ao período circunscrito entre a chegada dos primeiros cafezais, ocorrido em meados de 1870, até a decadência da produção cafeeira, que em Pinhal começa a ocorrer na década de 1930. As arquiteturas estudadas, via de regra, correspondiam às residências e grandes edifícios públicos e religiosos que circunscrevem o núcleo tombado.

A partir do amadurecimento dessa percepção, iniciei, então, minha dissertação de mestrado. Intitulada “Para além do centro histórico: valores e sentido do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal”², ela foi realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em

¹ Graduação em Arquitetura e Urbanismo cursada na Pontifícia Universidade de Minas Gerais - *Campus* Poços de Caldas, entre os anos de 2008 e 2013.

² O projeto de pesquisa foi realizado entre os anos de 2015 e 2017, e contou com a bolsa de Mestrado concedida pela Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Arquitetura, Tecnologia e Cidade (Pós-ATC), da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Em compasso com a ampliação do conceito de patrimônio cultural, observado especialmente nas últimas décadas do século XX, passou-se a interessar para as comunidades também outras categorias de preexistências arquitetônicas, a exemplo da arquitetura ferroviária e industrial, às quais vem sendo atribuídos novos usos para integração na vida das cidades contemporâneas. Esta constatação, somada ao sempre demonstrado interesse dos cidadãos pinhalenses pela conservação de seu patrimônio tangível, reafirmou o meu desejo de prosseguir na pós-graduação com os estudos sobre a arquitetura de valor histórico-cultural existente na cidade **que ainda não foram incluídas ao perímetro histórico**, delimitado pelo CONDEPHAAT em 1992.

Por meio das pesquisas arquivísticas e bibliográficas iniciais realizadas, que visavam o entendimento da história e da evolução da cidade, concluiu-se que a desejada ampliação do patrimônio arquitetônico pinhalense deveria caminhar para o reconhecimento de conjuntos representantes de outras tipologias e épocas que dialogam histórica e arquitetonicamente com os edifícios tombados. Foram, então, selecionados como objetos de estudo os bairros da **Vila Monte Negro e Vila Norma**.

Duas questões principais motivaram a investigação a respeito desses conjuntos urbanos: **1)** A constatação de que, em meio ao vasto e diversificado acervo construído pinhalense, os estudos e arrolamentos oficiais privilegiam a arquitetura historicista edificada entre os séculos XIX e XX, que compõe o núcleo histórico tombado; **2)** Em contraposição a esta situação, interessou o desenvolvimento de pesquisas sobre zonas da cidade que apresentam significativos conjuntos arquitetônicos ferroviário e moderno, construídos ao longo da primeira metade do século XX, nomeadamente a Vila Monte Negro e a Vila Norma.

Por fim, este trabalho atual – apresentado no formato de ebook – figura-se como um desdobramento de minha dissertação de mestrado. A partir das informações coletadas durante as pesquisas realizadas e das análises feitas desde então, apresenta-se um material integralmente reestruturado, criando uma outra narrativa, com linguagem mais acessível a um público mais amplo. Objetiva-se, portanto: **1)** Difundir e promover o conhecimento, interesse e estudo sobre a história da cidade de Espírito Santo do Pinhal e das construções que marcam a sua evolução ao longo de períodos importantes; **2)** Ampliar o acervo de publicações e referências bibliográficas sobre a cidade, produzido por pesquisadores locais e para a população pinhalense; **3)** Desenvolver uma pesquisa e produzir um conteúdo que amplie a bibliografia existente sobre a cidade, que, até então, estava focada principalmente no período áureo do ciclo cafeeiro e seus

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

desdobramentos no crescimento econômico e urbano; **4)** Produzir um documento que sirva como referência para novas pesquisas, tanto para auxiliar professores da educação básica (especialmente nos conteúdos que envolvem a educação patrimonial) quanto para outros pesquisadores de graduação e pós-graduação.

Reflexões sobre a história local

Parte 1



Espírito Santo do Pinhal: Breve histórico –

Da fundação ao bairro moderno

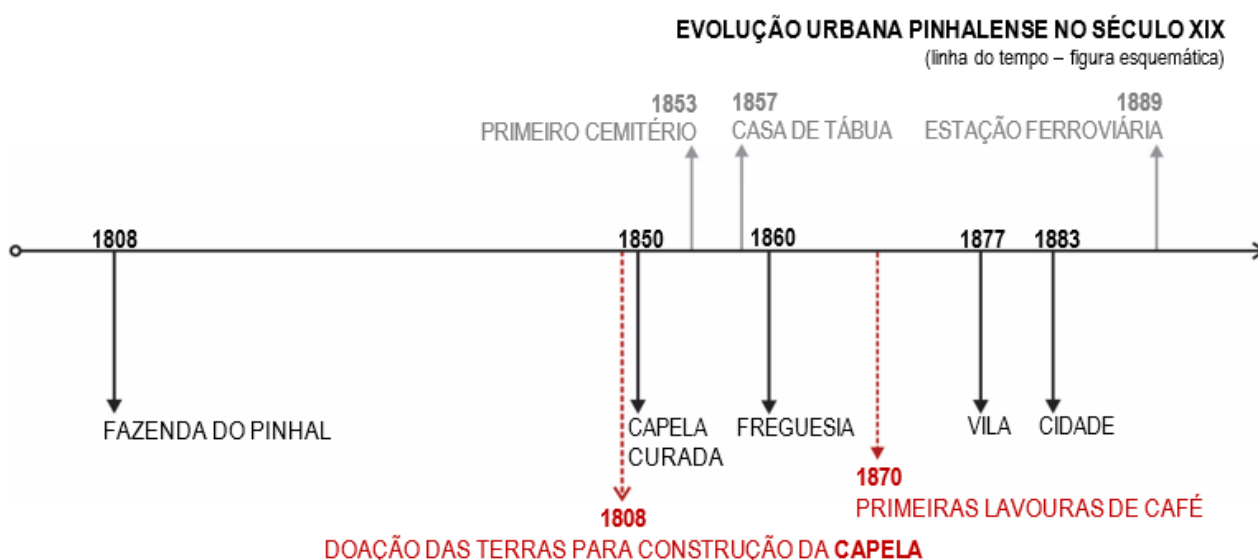
Capítulo 1



PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

O crescimento da cidade de **Espírito Santo do Pinhal** é resultado de uma série de momentos específicos em sua história, momentos em que as dinâmicas econômicas e sociais passam por significativas mudanças.



A literatura disponível sobre Pinhal trata principalmente de sua história sob o ponto de vista do auge da economia cafeeira como período mais importante para a cidade.

O café proporcionou, de fato, as maiores mudanças na cidade. Contudo, a narrativa aqui apresentada propõe uma análise da produção arquitetônica e do crescimento urbano com foco em outros marcos históricos também considerados importantes para a história construtiva e memória social do local.

A produção do espaço privado entre 1889, ano em que foi inaugurado o **ramal ferroviário** de Pinhal, e 1953, quando foi criado o bairro da **Vila Norma**, tem, igualmente, desejo de inovação e abrange um amplo espectro de tipologias de edifícios, que variam desde as residências características do período eclético e suas derivações até novas construções, apresentando elementos e soluções da arquitetura moderna brasileira.

Durante minha pesquisa de mestrado (realizada entre os anos de 2015 e 2017), na busca de dados e documentos antigos nos arquivos da Prefeitura e Biblioteca Municipal, muito pouco foi encontrado sobre a origem e desenvolvimento de Pinhal, para além do período de áurea da produção de café (1880-1920). No caso da Vila Norma, especificamente, como não foram encontrados registros sobre os projetos arquitetônicos das residências, as informações

apresentadas foram coletadas principalmente por meio de entrevistas e de alguns documentos disponibilizados por antigos moradores do bairro ou seus familiares.

Portanto, a partir da análise dos documentos encontrados e da leitura urbana, foi possível identificar eventos específicos aos quais podem ser associadas as distintas etapas históricas de desenvolvimento urbano. A fim de ilustrar essas fases de ampliação da área urbana de Pinhal são apresentados, a seguir, alguns mapas esquemáticos.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Pinhal entre 1850 – 1890: o povoamento inicial

Figura 1 – Mapa da ocupação inicial das terras de Pinhal, entre 1850 e 1890. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1950.

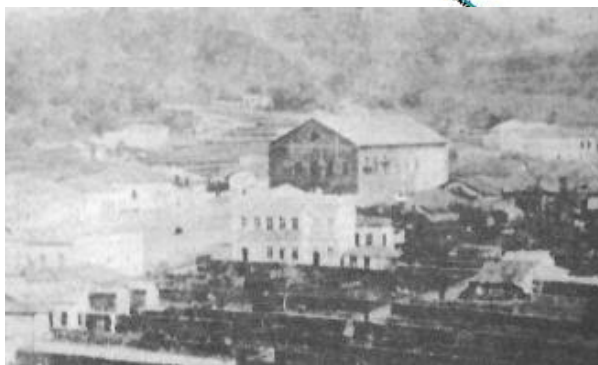
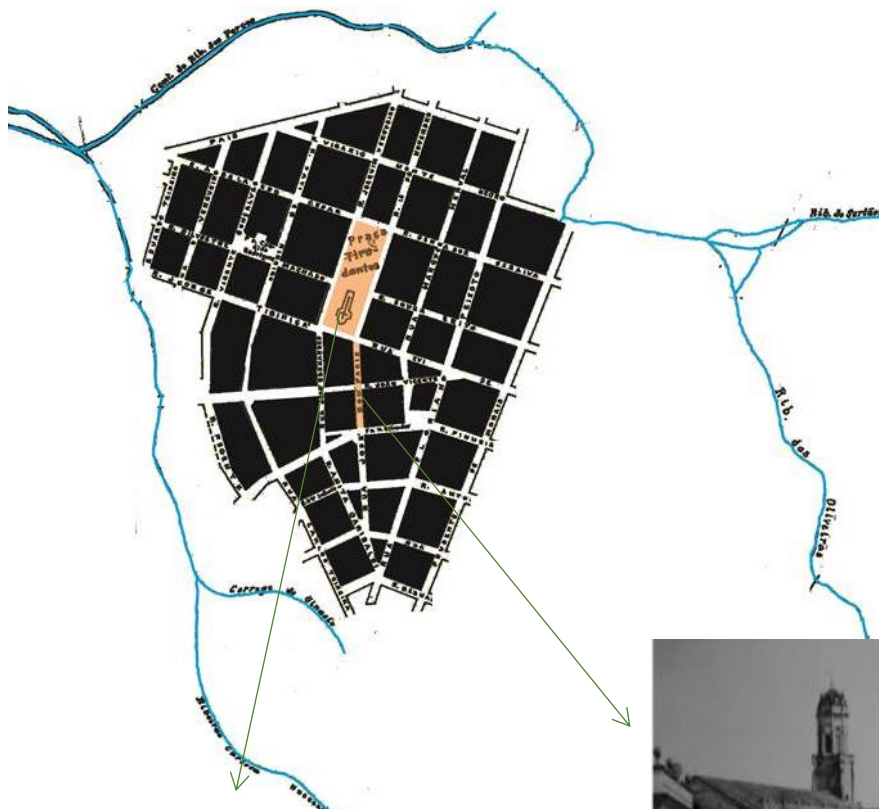


Figura 1a – Entorno da Igreja Matriz em 1886. Fonte: MARTINS, 1986, p.117.



Figura 1b – Rua José Bonifácio no início do século XX. Fonte: TORRES, 2006, p.161.

A área de ocupação inicial de Pinhal está localizada na porção mais alta de seu território, onde foi construída a atual **Igreja Matriz do Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores**. O traçado das ruas que dela partem organiza-se em forma de grelha, como em muitas das cidades brasileiras do século XIX. Nesse primeiro núcleo (da primeira metade do século XIX) a Rua José Bonifácio, ou **Rua Direita**, corresponde ao eixo principal que liga a Igreja Matriz e a atual Prefeitura Municipal. Observa-se que inicialmente a cidade crescia de forma alongada, no sentido norte-sul. Seu perímetro era limitado pelos rios e ribeirões, ao norte o Ribeirão dos Porcos, a leste o Ribeirão dos Oliveiras e ao sul o Ribeirão Carioca.

1890 – 1950: A primeira expansão da área urbanizada

Figura 2 – Mapa da cidade de Pinhal entre 1890 e 1950. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1950.

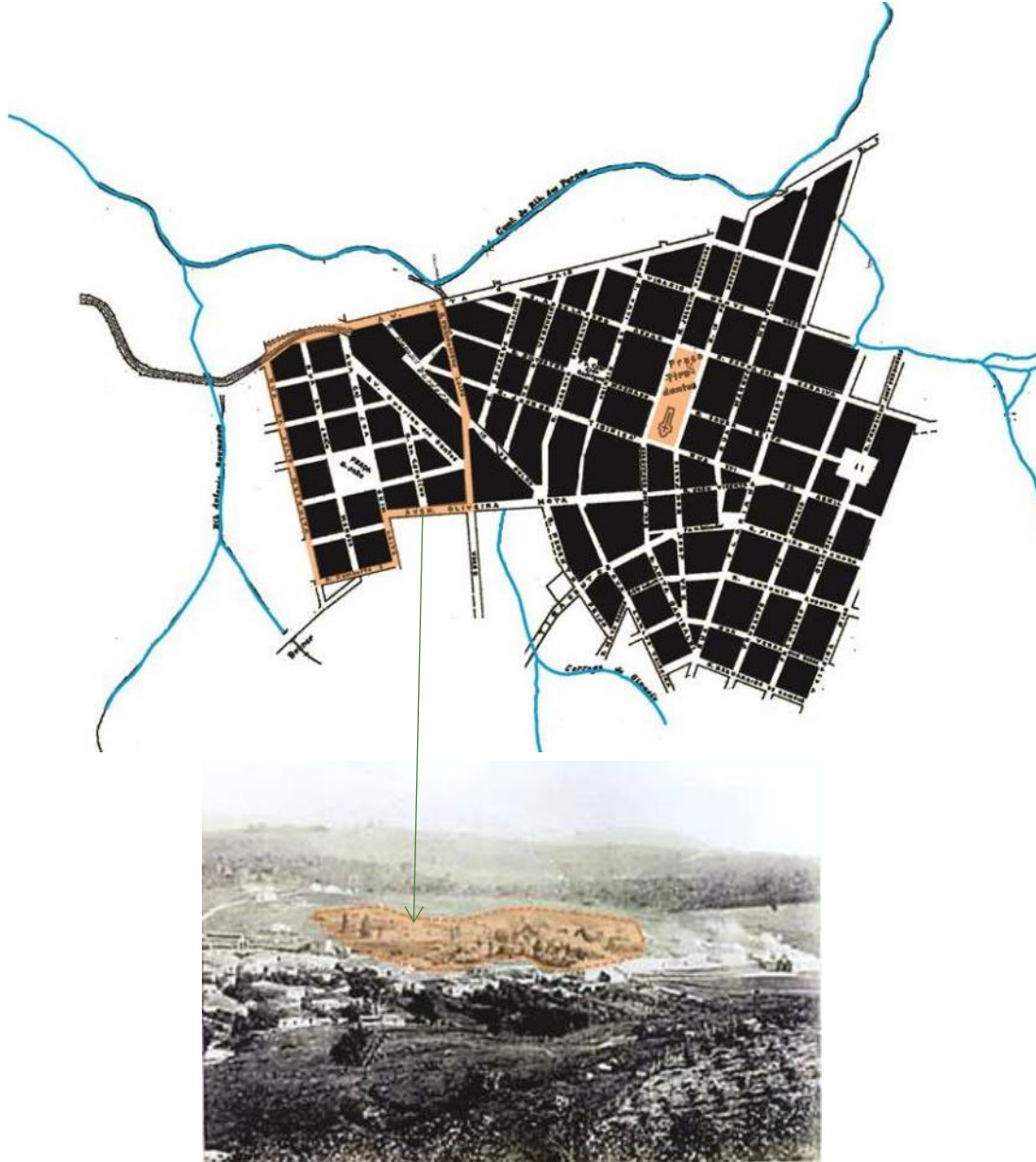


Figura 2a – Vista parcial da Vila Monte Negro em 1903. Fonte: Álbum de Pinhal, 1903.

O crescimento da área urbanizada de Pinhal entre o último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX foi mais significativo na direção oeste, onde o relevo é mais suave. Foi nessa direção, com a chegada das linhas férreas, que foi implantada a **Vila Monte Negro** e posteriormente construído o Matadouro Municipal, em 1927. A área urbanizada avança sobre o Ribeirão Carioca aproximando-se do Ribeirão Antônio Raimundo. A Avenida Washington Luiz e a Rua Barão de Motta Paes se constituem como eixos de ligação entre o centro da cidade e as áreas de acesso à rodovia. A leste, o perímetro era limitado pelo largo da Igreja de São Benedito, área ocupada principalmente pelos negros libertos e seus descendentes.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

1950 – 1960: O crescimento urbano para além dos ribeirões

Figura 3 – Crescimento da malha urbana pinhalense entre 1950 e 1960.
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1953.



Figura 3a – Vista parcial do Largo de Santo Antônio, na Vila Norma, 2013. Fonte: Autora, 2013.

A partir da década de **1950**, aliando-se o êxodo rural às novas tecnologias na área da construção civil, surgem novos empreendimentos imobiliários em Pinhal. As terras rurais antes dominadas por colinas e vales, passam a abrigar bairros, loteamentos e conjuntos habitacionais. Para o norte, a cidade ultrapassou o Ribeirão dos Porcos e cresceu a Vila Moreira. A leste, implantou-se a Vila Palmeiras, Vila Maringá e Vila Pinhal Jardim. A oeste está a Vila Centenário. A **Vila Norma**, ao sul, é considerada a urbanização de área rural mais próxima do núcleo central.

1960 – 1980: Implantação das indústrias

Figura 4 – O crescimento da indústria local entre os anos de 1950 e 1960.

Fonte: Mapa desenvolvido a partir de cartografia encontrada Arquivo Público do Estado de São Paulo, datada de 1953, e de mapeamento digital atual disponibilizado pela Prefeitura de Pinhal.



Figura 4a – Vista aérea da indústria Pinhalense S.A.. Fonte: TORRES, 2006, p.65.

A partir de 1950 a cidade cresce, em geral, em função dos bairros de classe média-baixa, caracterizando uma decadência na condição econômica da população a partir da crise do café, ocorrida em 1929.

Na década de **1960** uma nova ampliação faz surgir, ao norte, o Jardim Nova Pinhal, a leste, a Vila São Paulo, ao sul, o Jardim Universitário, e a oeste, a Vila São Pedro (que passou a atrair muitos moradores, incentivando o surgimento de outros bairros no seu entorno).

Começam a ser ocupados os lotes próximos ao **Ribeirão dos Porcos**, principalmente por **indústrias locais** de médio-grande porte (a exemplo da Pinhalense S.A. Máquinas Agrícolas. Na década de 1980, a cidade já contava com 58 (cinquenta e oito) novos bairros.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

A cidade a partir de 1980

Figura 5 – A cidade atual, desenvolvimento urbano a partir de 1980.

Fonte: Mapa desenvolvido a partir de cartografia encontrada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, datada de 1953, e de mapeamento digital atual disponibilizado pela Prefeitura de Pinhal.



Figura 5a – Vista parcial do centro de E. S. do Pinhal. Fonte: Autora.



No final da década de **1980** foi feita a demarcação da área do Centro Empresarial e Distrito Industrial (localizada às margens do Ribeirão dos Porcos).

A cidade **cresceu horizontalmente**, apresentando poucos edifícios com mais de dois ou três pavimentos. A maioria dos prédios foi construída entre as décadas de 1980 e 1990 dentro do núcleo central ou perto de importantes vias. O processo de verticalização da cidade, com a demolição de antigos casarões para dar lugar a edifícios residenciais com mais de 10 andares, foi a principal motivação para a abertura do pedido de tombamento, feito ao CONDEPHAAT em meados de 1985.

Hoje, além do perímetro urbano, a cidade conta também com o Bairro Agreste que, localizado junto à Rodovia Estadual 342 e separado do núcleo adensado, é formado por um conjunto de chácaras.

Tombamento do Núcleo Histórico de Espírito

Santo do Pinhal: Questões para revisão

Capítulo 2



PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Devido à sua importância econômica entre as cidades paulistas no período áureo do ciclo do café, **Espírito Santo do Pinhal** é detentora de um conjunto histórico e arquitetônico de relevância regional.

Esses edifícios, construídos no entorno da Igreja Matriz, delimitaram os primeiros traçados urbanos, além de destacarem a evolução arquitetônica local, que a partir do início do século XX passou a incorporar traços do ecletismo (Figura 6).



Figura 6 – Área central de Pinhal vista a partir da torre da Igreja Matriz, década de 1930.

Fonte: Acervo do Museu e Biblioteca Municipal.

A forma de ocupação do solo em Pinhal foi, ao longo do seu desenvolvimento, sendo determinada pelas classes dominantes. Na **área central** residiam os principais fazendeiros de café da cidade e, posteriormente, os imigrantes mais abastados (FERREIRA, 2010; TAMASO, 2008). A respeito das características estéticas, por meio de releituras da arquitetura em voga nas grandes capitais da época, os fazendeiros de café se utilizavam de reformas e adições de ornamentação nas fachadas para mostrar o poder econômico e cultural que detinham. FERREIRA (2010) afirma que:

(...) Em Pinhal, as residências urbanas construídas entre as últimas décadas do século XIX, além das novas técnicas construtivas, contavam com novos partidos arquitetônicos, dentro do estilo eclético. Como ‘resquício’ da arquitetura colonial, ainda havia residências

edificadas totalmente no alinhamento dos lotes, que posteriormente foram sendo afastadas de um lado, apresentando nova implantação com jardim e entrada laterais. (FERREIRA, 2010, p. 109)

Ainda hoje as residências dos fazendeiros de café, os edifícios públicos e religiosos construídos nas proximidades da atual Praça da Independência (Praça da Igreja Matriz) entre os anos de 1850 e 1920 circunscrevem **conjunto edificado** preservado ao qual a população local atribui valores identitários de cultura e que se integram à vida da cidade, **tombado em nível estadual**.

Mesmo antes do tombamento do núcleo mais antigo de Espírito Santo do Pinhal, a apropriação e identificação que a população demonstra ter com o conjunto histórico e arquitetônico local sempre foram essenciais para a sua preservação.

Os pinhalenses, em geral, sempre valorizaram sua história e, seja por ações individuais, na preservação de imóveis particulares, ou coletivas, são os grandes responsáveis pela manutenção dos registros arquitetônicos representantes do desenvolvimento da cidade ao longo dos séculos XIX e XX.

A **Associação Pinhalense de Cultura (APC)** – fundada em 1979 - deve ser destacada como a grande promotora da preservação do patrimônio de Pinhal, sendo responsável pelo projeto de tombamento que foi encaminhado ao CONDEPHAAT e, anos depois, homologado por esse órgão estadual.

Além de incentivar a preservação de manifestações culturais, esta associação atuou com eficácia na defesa do patrimônio arquitetônico da cidade, especialmente na preservação do **Matadouro Municipal** (Figura 7) e do **Cine Theatro Avenida** (Figura 8), e posteriormente do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal.



Figura 7 – Antigo Matadouro Municipal, registro da década de 1950. Fonte: Jornal A Cidade, 2010.



Figura 8 – Cine Theatro Avenida, 1990. Fonte: Acervo pessoal de Alessandra Pasquini.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

O antigo **Matadouro Municipal** inaugurado em **1927** funcionou para o abate do gado por quase cinco décadas, sendo reconhecido como um “verdadeiro posto de abastecimento que influenciou, positivamente, a economia do município” (Jornal A Cidade, Edição nº 837, 4/12/2010). No ano de 1984 o então prefeito, Antônio Carlos Marinelli, encaminhou ao Poder Legislativo um pedido de autorização para vender o imóvel, cujo novo comprador, conta-se, desejava a sua demolição. Diante dos fatos, a Associação Pinhalense de Cultura se mobilizou para assegurar a preservação e a integridade física do mesmo, requerendo ação ao Ministério Público.

A entidade local foi responsável pelo levantamento de dados, fotos e elaboração do histórico do Matadouro, destacando a importância que este exerceu na economia local. A documentação foi capaz de comprovar a **relevância do imóvel para o registro histórico do município** e o poder público deu início a uma ação cautelar frente à municipalidade para que não se expedisse alvará de demolição ou realização de obras, “evitando-se danos ou descaracterização à sua originalidade, garantindo a integridade física do monumento até que se apurasse o legado cultural que representa para a evolução política e econômica local” (Jornal A Cidade, Edição nº 837, 4/12/2010). Assim, a Câmara Municipal autorizou a alienação do bem.

Devido às lacunas presentes na legislação federal da época, de acordo com o registro do advogado e memorialista Carolino Francisco L. S. Silva no jornal A Cidade, “a garantia jurídica conferida ao monumento, através do empenho do Ministério Público, alçou ao bem a condição do primeiro imóvel no Brasil a ter assegurada a sua integridade física até que se apurasse sua relevância para o registro vivo e solene da evolução da comunidade” (Jornal A Cidade, Edição nº 837, 4/12/2010).

Após alguns anos, mais uma vez a Associação se mobilizou. Em 1982 a APC deu início à luta pela preservação de outro registro edificado do patrimônio arquitetônico da cidade, o **Cine Theatro Avenida**.

Inaugurado também no ano de **1927** pela iniciativa de três famílias italianas que residiam em Espírito Santo do Pinhal, os Bartholomei, Galiano e Martins (TORRES et al, 2006, p. 79), o teatro foi palco de inúmeros eventos culturais ao longo do século XX, até que no ano de 1976 aconteceram as suas últimas apresentações³.

Em meados de 1982 a Prefeitura Municipal comprou o imóvel e, em **1986**, foi feita a **licitação para projetos de restauro** (Figura 9 e 10), contando em ambas as ocasiões com o

³ De acordo com TORRES et. al. (2006, p. 79), a peça Bonifácio Bilhões foi a última grande apresentação ocorrida no ano de 1976, contando com os atores Lima Duarte e Armando Bogus.

incentivo da Associação pinhalense. A historiadora Valéria A. R. Torres (2006) relata que sempre houve interesse por parte dos pinhalenses em restaurar o Theatro, seja pela população ou pelo poder público, mas as intenções esbarravam nas dificuldades financeiras.

Em **1992 o edifício foi tombado** pelo CONDEPHAAT, integrando o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal.

Figura 9 (inf.) – Cine Theatro Avenida em processo de restauro, em 2008. Vista parcial dos camarotes. Fonte: Acervo pessoal de Alessandra Pasquini.

Figura 10 (dir.) – Cine Theatro Avenida em processo de restauro, em 2008. Fonte: Acervo pessoal de Alessandra Pasquini.



Com isso, os anseios preservacionistas ganharam nova força. Nesse momento nasceu a AATA – Associação dos Amigos do Theatro Avenida, cujo objetivo era concretizar os projetos de **restauro**. Os integrantes da associação, assim como outros voluntários e moradores da cidade, contribuíam mensalmente para as obras, que vieram a ser finalizadas somente no ano de **2009**.

Hoje no Cine Theatro Avenida são realizadas constantemente peças teatrais, palestras e muitos outros eventos, fazendo parte também do **circuito cultural** promovido pelo Governo do Estado de São Paulo.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

2.1 O núcleo tombado

O **processo de tombamento** do centro histórico de Espírito Santo do Pinhal teve início em meados de **1985**, motivado por anseios dos pinhalenses pela preservação de sua memória edificada, que à época corria sérios riscos em razão de “constantes demolições de antigos casarões, que vêm dando lugar a edifícios de apartamentos, maculando assim o expressivo Centro Histórico Pinhalense” (CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 2) (Figura 11).



Figura 11 – Construção do Edifício “Monsenhor José” na década de 1960, localizado na Praça da Independência. Fonte: Acervo pessoal de Gera Staut.

Este é um interessante registro fotográfico que retrata a desconexão entre as antigas e novas edificações que estavam sendo construídas no núcleo histórico, principalmente quanto às diferentes volumetrias, gabaritos de altura e a prejuízos às visuais da cidade. Hoje o casarão localizado à esquerda da foto também foi demolido.

Um **estudo para proteção legal** foi solicitado ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) pela Associação Pinhalense de Cultura (em especial pelo Grupo Preservacionista Arnaldo Florence, nela inserido).

Na época da abertura do processo já havia na cidade 3 (três) imóveis cuja preservação estava sendo estudada e interessava ao acervo edificado do Estado de São Paulo. Eram eles: 1- **Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro** (construído em 1889), 2- **Cine Theatro Avenida** (construído em 1927), 3- O **antigo Matadouro Municipal** (construído em 1927). O Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro (Figuras 12 e 13) passou a integrar também o programa “Memória Escolar” do Governo Montoro (CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 18).

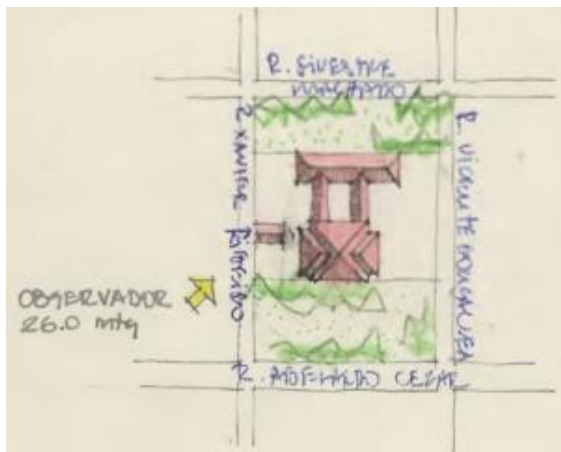


Figura 12 – Croqui para estudo de tombamento – Implantação do Grupo Escolar Almeida Vergueiro.
Fonte: CONDEPHAAT, 26.264/88, p.29.



Figura 13 – Vista aérea do Grupo Escolar Almeida Vergueiro e Igreja de Nossa Senhora das Brotas, em 1987. Fonte: CONDEPHAAT, 26.264/88, p.29.

Contudo, interessava aos pinhalenses a preservação de toda a área central, que caracterizava a urbanização mais antiga e conservava diversas construções do final do século XIX e início do século XX. No intuito da manutenção da memória da cidade, a Associação Pinhalense apresentou para a abertura dos estudos de tombamento um arrolamento de cerca de outros **56 (cinquenta e seis) edifícios** de interesse para indicação de proteção legal.

A quantidade de imóveis propostos para tombamento, mesmo que represente um avanço quanto ao reconhecimento dos diversos elementos que compõem o patrimônio edificado, à época impunha dificuldades para a realização dos estudos necessários à preservação legal. O CONDEPHAAT justificou que “dada à escassez de tempo, à impossibilidade de vistoriar ‘in loco’ os imóveis propostos, não nos sentimos seguros o suficientemente para uma avaliação de todos os imóveis propostos” (CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 12), portanto, era preciso então fazer uma seleção a partir da proposta inicial.

Sem negar a relevância do acervo em causa, fornecida pelos interessados para estruturação do pedido de tombamento, o CONDEPHAAT ponderou também que a **listagem** apresentada pautava-se em “critério exclusivamente arquitetônico” (CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 12), desvinculado do reconhecimento da evolução urbana do Município. Ainda, os técnicos

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

consideraram que os edifícios históricos da cidade não possuíam características arquitetônicas únicas ou singulares, e seria necessário analisar com cautela a listagem apresentada.

No dizer do arquiteto Adauto Moraes “nesta abordagem longa, apesar de conhecer os edifícios apresentados, retiro a atenção individual, análise de caso por caso, dos vários edifícios do anexo I, porque minha manifestação final é pela valorização de um inventário sistemático da região”, enfatizando ainda que “(...) este processo de tombamento de vários bens imóveis de Pinhal sirva como veículo para uma análise do Egrégio Colegiado **quanto à oportunidade de se realizar um inventário sistemático para a região da ‘Mogiana’**” (CONDEPHAAT, 26.264/88, p.23-27, grifo nosso).

Apesar das restrições quanto à proposta inicial apresentada pela APC, para o CONDEPHAAT o tombamento em nível estadual do Núcleo Histórico de Pinhal justifica-se principalmente por tratar-se de um “acervo de núcleo urbano da Mogiana⁴, região de Patrimônio pouco estudado e cuja linha férrea, a 3ª ser fundada no Estado, exatamente em 1872 em Campinas, possui características muito particulares” que ainda se encontram preservadas nesse “conjunto de reconhecida importância histórica e suporte de representação significativo da cidade, mais fáceis de serem reapropriados e reutilizados” (CONDEPHAAT, 26.264/88, p.12-14).

Por fim, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) ponderou que se tratava de uma área cuja “trama principal não foi descaracterizada ou modificada neste século” e “a sua existência é a mesma, é histórica” (CONDEPHAAT, 26.264/88, p.260). Portanto, no ano de **1992 tombou-se o núcleo central da cidade** (área mais antiga).

O conjunto arquitetônico tombado corresponde a **11 (onze) edifícios** que conformam o **Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal (NHU de E. S. Pinhal)**. De acordo com o Artigo 1º da resolução SC-35, de 16 de novembro de 1992⁵ - que estabelece o tombamento do NHU, as edificações protegidas são consideradas como:

(...) Representativos da evolução urbana do município, marcos simbólicos do apogeu da economia cafeeira na região, confirmadores das transformações econômicas, políticas e sociais registradas na virada

⁴ Segundo historiadores, A Companhia Mogiana foi a única ferrovia concluída até o final do século a adentrar o território mineiro tendo seu ponto terminal exatamente no triângulo mineiro. Em decorrência dos caminhos por ela percorridos, grande parte dos estados de Minas Gerais e Goiás passaram a ser tributários de São Paulo durante o período ferroviário, situação que só se alterou com a introdução da rodovia nos anos 30 e 40. (CONDEPHAAT, 26.264/88, p.13).

⁵ CONDEPHAAT, 26.264/88, p.434.

do século, caracterizando os novos equipamentos urbanos decorrentes da ordem republicana.

Os edifícios legalmente protegidos são: Biblioteca e Museu Municipal, Escola Estadual Almeida Vergueiro, Estação Ferroviária de Pinhal, Cine Theatro Avenida, edifício da atual Delegacia, residência de Arnaldo Florence, edifício da atual Prefeitura Municipal, antigo comércio Irmãos Sagioratto, antiga residência na Praça da Independência (atual Cine Casarão), antiga Farmácia Central e edifício do antigo Departamento de Esporte e Cultura (Figura 14).

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

IMÓVEIS TOMBADOS EM ESPÍRITO SANTO DO PINHAL:



Figura 14 – NHU de E. S. do Pinhal e edifícios tombados.

Fonte: Autora, 2016 (Mapa desenvolvido a partir da cartografia de 1953, encontrado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, e informações estabelecidas na Resolução Estadual SC-35).

Sem negar a inexistência de características especiais do conjunto, o arquiteto Flávio Luiz Marcondes Bueno de Moraes (CONDEPHAAT, 26.264/88, p.259) destaca:

(...) Ao nos depararmos com a cidade e particularmente com seu centro onde se situa quase a totalidade dos imóveis objetos deste estudo, detectamos algumas particularidades de grande valia para se produzir algumas propostas de regulamentação das suas áreas envoltórias. (CONDEPHAAT, 26.264/88, p.259).

A partir das potencialidades e as fragilidades levantadas nos estudos realizados, o tombamento estabelece medidas para a conservação física das construções, **delimitando um perímetro** (Figura 15) a ser regido por diretrizes mais rígidas para novas ocupações e reformas, já que à época já estavam sendo construídas nesta área edificações com altos gabaritos.

Para Juliana Mendes Prata (2009, p. 69), em seus estudos sobre processos de tombamento de sítios históricos urbanos do CONDEPHAAT, identifica-se que tanto em Pinhal como em Amparo, outra cidade paulista que também preserva um relevante conjunto arquitetônico do ciclo do café, “em ambos os casos tombam-se imóveis ‘bens culturais’ e se regulamentam as áreas envoltórias, que conformam a área”.



Figura 15 – Mapa de estudo para delimitação do perímetro do Núcleo Histórico Urbano em função das áreas envoltórias dos bens tombados (300 metros). Fonte: Autora, 2016 (Mapa desenvolvido a partir de documento do CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 262).

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Considerando-se a **baixa densidade de ocupação** no centro, **manutenção da trama original** da cidade, o **equilíbrio urbano** entre traçado das ruas e gabarito das edificações, a **manutenção dos privilegiados ângulos visuais** existentes, futuras construções nos lotes inseridos na área deverão limitar-se a altura máxima de 7 (sete) metros e respeitar os recuos e alinhamentos preexistentes. Assim afirma o arquiteto Flávio Luiz Marcondes Bueno de Moraes (CONDEPHAAT, 26.264/88, p.259):

(...) Primeiramente verifica-se ainda a baixa densidade de ocupação neste centro, que permite adequar perfeitamente propostas para garantir boa visualização dos imóveis culturais de várias partes da cidade.

Segundo, a existência de vários outros imóveis remanescentes de época e por nós inventariados e presentes também no trabalho realizado pela comunidade mencionada no início deste parecer, que proporcionam ao local a aparência de um conjunto urbano homogêneo de substancial relevância, sejam por seus aspectos de contemporaneidade, sejam as relações de massa e volume entre os mesmos, que vão sustentar as soluções de novos gabaritos. (Figura 16)

Outro aspecto notado refere-se ao desenho propriamente deste centro, fortemente marcado por 2 (duas) ruas lineares de uso comercial e de maior circulação, que detêm na praça principal da cidade com sua igreja um dos focos de convergência de ângulos visuais de interesse e um outro que se constitui no edifício sede da Prefeitura Municipal (Figura 17).

Figura 16 (inf.) – Mapa/croqui para delimitação do perímetro do Núcleo Histórico Urbano. Fonte: CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 264.

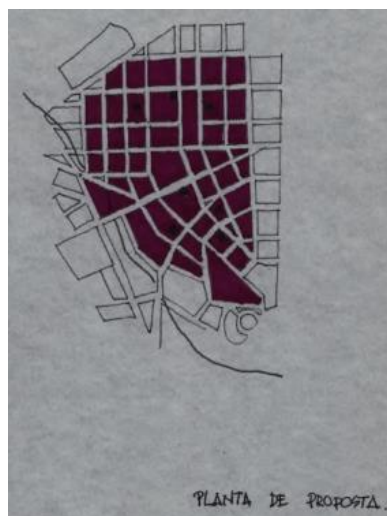
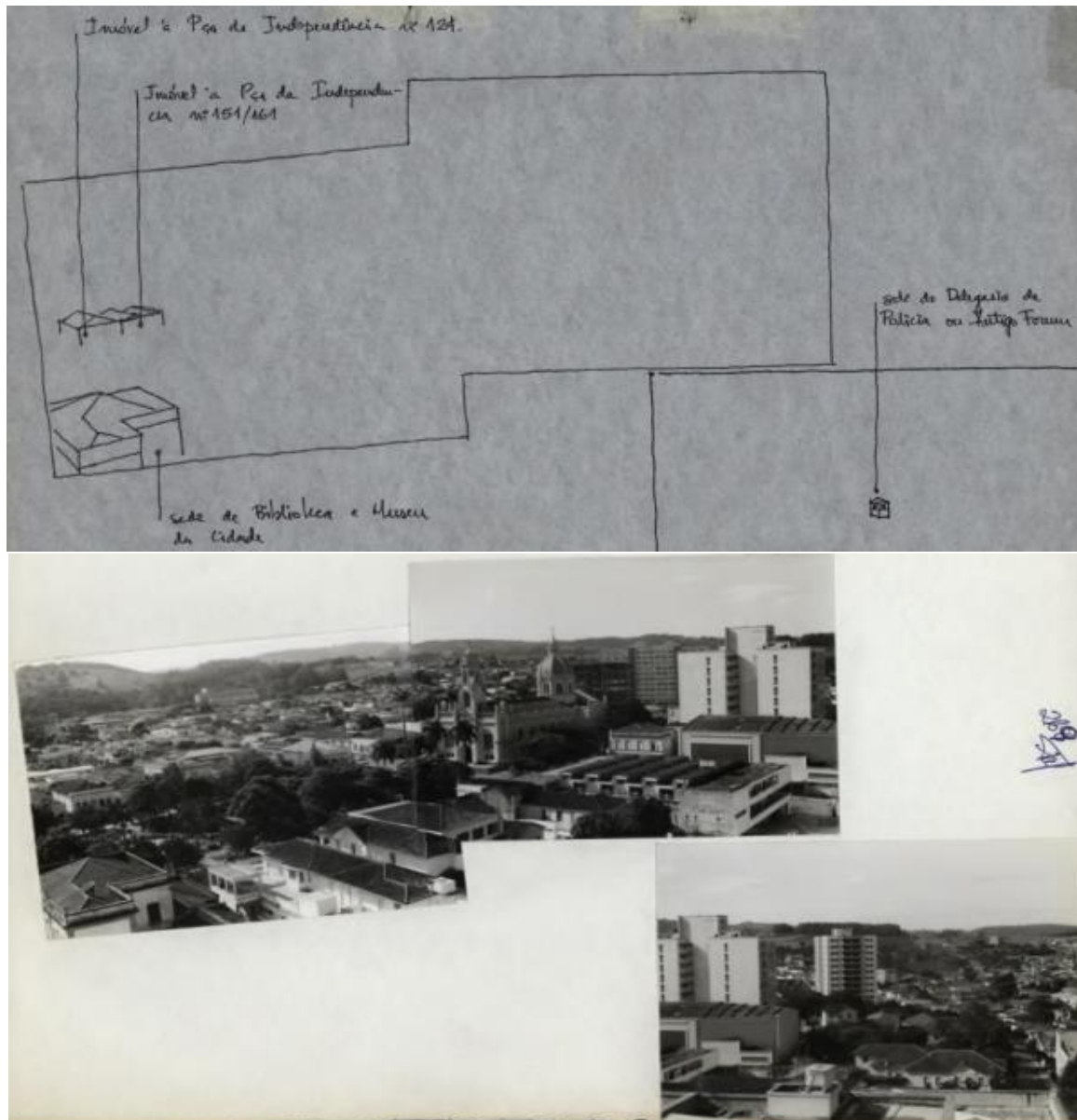


Figura 17 (dir.) – Mapa/croqui de estudo da área central de Pinhal. Em destaque: Praça da Independência (verde), imóveis culturais localizados do entorno (pontos pretos) e principais vias (azul). Fonte: CONDEPHAAT, 26.264/88, n. 263.

Para a escolha dos imóveis a serem tombados, delimitação do Núcleo Histórico e suas diretrizes, os profissionais do CONDEPHAAT realizaram extensa busca de “dados como densidade, relações entre volumes e massas, visualização, cheios e vazios, usos, vegetação, enfim, todos os elementos que compõem a estrutura urbana” (CONDEPHAAT, 26.264/88, p.158) (Figura 18 e 19). Ainda, percebe-se a preocupação com a **delimitação de uma metodologia de pesquisa**, seja pela identificação de “fenômenos puramente físicos, de valores especificamente arquitetônicos existentes ou não e também aqueles referentes às relações destes com a cidade”.



Figuras 18 e 19 – Estudos dos imóveis a serem tombados, visando à compreensão da relação entre eles na malha urbana, bem como suas volumetrias e as visuais existentes na paisagem. Comparação entre croqui (Figura 18) e registros fotográficos (Figura 19)

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Dada a abrangência do conjunto identificado inicialmente pela Associação Pinhalense de Cultura, a preservação dos **11 (onze) edifícios contemplados pelo tombamento estadual** visava, de acordo com a historiadora Ana Luiza Martins (26.264/88, p.14), dar início a uma **ação conjunta** do município e do CONDEPHAAT, ação que viabilizasse a correta seleção dos monumentos - bens móveis e imóveis - configuradores das imagens da cidade. Tratava-se, então, de um processo de reconhecimento do patrimônio pinhalense que deveria, ao longo do tempo, envolver não só o **Estado**, como também o **município** e sua **população**.

2.2 Um patrimônio ainda a conhecer

Conforme mencionado anteriormente, além dos 11 (onze) edifícios legalmente protegidos pelo CONDEPHAAT, a **listagem feita pela Associação Pinhalense de Cultura** para o estudo preliminar de orientação para o tombamento (Figura 20), considerava um **conjunto** formado pelos **56 (cinquenta e seis) edifícios** arrolados como representativos dos vários grupos sociais que conformam a memória e a identidade dos pinhalenses e, por isso, interessantes à preservação.

ANEXO I - <u>RELAÇÃO DOS IMÓVEIS PARA TOMBAMENTO</u>	
1.1 - Igreja Matriz do Espírito Santo ✓ 1.1.2.1 - Biblioteca e Museu ✓ 1.1.2.2 - Banco Itaú ✓ 1.1.2.3 - Banco Real ✓ 1.1.3.1 - Residência de Amando Ribeiro Porto ✓ 1.1.3.2 - Residência - Espólio Hermenegildo Martini ✓ 1.1.3.4 - Residência de Freitas ✓ 1.1.3.10 - Residência de Pedro P. Ribeiro Porto ✓ 1.1.3.13 - Residência Nelson Ormastrini ✓ 1.1.3.16 - Residência Irmãos Barzuma ✓ 1.1.3.29 - Residência Ciro Vergueiro Ribeiro ✓ 1.1.4.1 - Farmácia de Edinir Nicoleta ✓ 1.1.4.2 - Bar e Restaurante dos Irmãos Ribeiro ✓ 1.1.4.4 - Lanchonete de Paulo Vergueiro ✓ 1.2 - Igreja Nossa Senhora da Azevedo ✓ 1.2.2.1 - Depto. de Cultura Esportes e Turismo ✓ 1.2.3.1 - Armazém de Café dos Irmãos Monici ✓ 1.2.3.2 - Comércio - Rua Dias Ferreira ✓ 1.3 - Igreja da Congregação Protestante ✓ 1.4 - Igreja de São Benedito ✓ 1.4.1.1 - Residência e Comércio de Antonio Rocha ✓ 2.1 - E.E.P.G. "Dr. Almeida Vergueiro" ✓ 2.1.1.2 - Igreja Nossa Senhora das Brotas ✓ 2.1.2.2 - Sociedade Italiana Dante Alighieri ✓ 2.1.3.1 - Residência Odilon Porto ✓ 2.1.3.2 - Residência de João Batista Novas Vergueiro ✓ 2.1.3.3 - Residência de Eduardo Leite Vieira Barotini ✓ 2.1.3.4 - Residência de Nair Porto Fernandes ✓ 2.1.3.6 - Residência de João Alfredo Ribeiro ✓ 2.1.3.9 - Residência de Osevaldo Vergueiro Ribeiro ✓ 2.2 - Favela ✓ 2.2.1.1 - Armazém de Lourenço Westin ✓ 2.2.2.1 - Residência ✓ 2.2.2.4 - Residência de Angelo Giardini ✓ 2.2.3.1 - Residência de Jaco Antunes ✓ 2.2.3.2 - Residência de Rubens Marinelli ✓ 2.2.3.11 - Espólio de Tirso P. de Camargo ✓ 2.3 - Cine Teatro Avenida ✓ 2.3.1.1 - Residência de João Mendes Souza ✓ 2.4 - Prefeitura Municipal ✓ 2.4.3.1 - Residência de João Martorane ✓ 2.4.3.9 - Espólio Arnaldo Florence ✓ 2.4.3.12 - Residência de Mercia Bizzacchi Costa ✓ 2.4.3.14 - Residência de Casimiro Onofre França ✓ 2.5 - Câmara Municipal e Delegacia de Polícia ✓ 2.5.1.1 - Residência de Fernando Moutinho ✓ 2.6 - Matacuro Municipal ✓ 3.1 - Casa Irmãos Segiorato Ltda. ✓ 3.1.1.2 - Comércio FMM ✓ 4.1 - Construtora Armando Costa ✓ 5.1 - Asilo de Mendicância ✓ 5.2 - Tiro de Guerra ✓ 5.3 - Espólio Virgílio Carvalho Pinto ✓ 5.4 - Residência de Nestor Anzaldi ✓ 5.6 - Residência de Virgílio Alves de Carvalho Pinto ✓ 5.7 - Capela da Fazenda de Virgílio Alves de Carvalho Pinto ✓	

Figura 20 – Relação de imóveis para tombamento, apresentada ao CONDEPHAAT pela Associação Pinhalense de Cultura em 1986.

Fonte: CONDEPHAAT, processo nº 26.264/88, anexo I.

A listagem inicial⁶ dos bens imóveis elencados pela Associação, grosso modo, dividiam-se em 9 (nove) centralidades, grupos de bens que tinham como elemento aglutinador alguns edifícios públicos. A saber: 1: **Igreja Matriz** do Espírito Santo, com mais 13 (treze imóveis) do entorno ; 2: **Igreja Nossa Senhora Aparecida** e mais 3 (três) edifícios; 3: **Igreja São Benedito** e mais 1 (uma) residência; 4: **Escola Estadual Dr. Almeida Vergueiro** e mais 8 (oito) edifícios; 5: **“Ferrovia”** e mais 6 (seis) edifícios; 6: **Cine Theatro Avenida** e mais 1 (um) edifício; 7: **Prefeitura Municipal** e mais 4 (quatro) edifícios; 8: **Delegacia** e mais 1 (um) edifício; 9: **Casa “Irmãos Sagiorato Ltda.”** e mais 1 (um) edifício (Tabela 1).

RELAÇÃO DE IMÓVEIS PARA TOMBAMENTO

Número*	Imóvel
1	IGREJA MATRIZ DO ESPÍRITO SANTO
2	Biblioteca e Museu
3	Banco Itaú
4	Banco Real
5	Residência de Armando Ribeiro Vergueiro
6	Residência – Espólio de Hermenegildo Martini
7	Residência das freiras
8	Residência de Pedro Paulo Pereira Porto
9	Residência de Nelson Ormastroni
10	Residência irmãs Baraúna
11	Residência Ciro Vergueiro Ribeiro
12	Farmácia de Edinir Nicolela
13	Bar e Restaurante “A Paulicéia”
14	Lanchonete de Paulo Vergueiro
15	IGREJA NOSSA SENHORA APARECIDA
16	Departamento de Esporte e Cultura
17	Armazém de Café dos Irmãos Mônica
18	Comércio – Rua Dias Ferreira
19	IGREJA DA CONGREGAÇÃO PROTESTANTE
20	IGREJA SÃO BENEDITO
21	Residência e Comércio de Antônio Rocha
22	ESCOLA ESTADUAL “DR. ALMEIDA VERGUEIRO”
23	Igreja Nossa Senhora das Brotas
24	Sociedade Italiana Dante Alighieri
25	Residência de Fabiano Augusto Nogueira Porto
26	Residência de João Novaes Vergueiro
27	Residência de Gilberto Leite Vieira
28	Residência de Nair Porto Fernandes
29	Residência de João Alfredo Ribeiro

⁶ Relação de imóveis para tombamento (CONDEPHAAT, 26.264/88, Anexo 1, p.3-4),

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

30	Residência de Osvaldo Vergueiro Ribeiro
31	FERROVIA
32	Armazém de Lourenço Westin
33	Residência
34	Residência de Ângelo Giardini
35	Residência de Jacob Antunes
36	Residência de Rubens Marinelli
37	Espólio de Tirso F. de Camargo
38	CINE THEATRO AVENIDA
39	Residência de João Mendes Souza
40	PREFEITURA MUNICIPAL
41	Residência de João Martorano
42	Espólio de Arnaldo Florence
43	Residência de Norma Bizzacchi Costa
44	Residência de Casimiro Onofre França
45	DELEGACIA DE POLÍCIA
46	Residência de Fernando Moutinho
47	MATADOURO MUNICIPAL
48	CASA IRMÃOS SAGIORATTO LTDA.
49	Comércio FMM
50	CONSTRUTORA “ANTÔNIO COSTA S. A.”
51	ASILO DE MENDICIDADE
52	TIRO DE GUERRA
53	ESPÓLIO DE VIRGÍLIO CARVALHO PINTO
54	RESIDÊNCIA DE NESTOR ANSALDI
55	RESIDÊNCIA DE VIRGÍLIO CARVALHO PINTO
56	CAPELA DA FAZENDA DE VIRGÍLIO CARVALHO PINTO

Tabela 1 – Transcrição de “Relação de imóveis para tombamento” **.

Fonte: CONDEPHAAT, processo nº 26.264/88, Anexo nº 1.

* Enumeração feita para facilitar a compreensão da listagem (não se refere à numeração do documento original, mas respeita a mesma ordem em que os bens foram listados);

** Após a leitura do documento original, e para a localização dos imóveis mencionados, percebeu-se que havia uma série de erros quanto aos nomes dos proprietários. Assim, a tabela apresentada acima já foi produzida com as devidas correções.

Ao analisar a listagem apresentada ao CONDEPHAAT e a abrangência de seu conteúdo, pode-se perceber que a Associação Pinhalense propunha o reconhecimento da história e do desenvolvimento de Espírito Santo do Pinhal por meio da valorização de “imóveis que foram considerados relevantes para a história do município, uma vez que cada um deles e seu conjunto representam categoricamente um documento vivo da época de sua formação (período da monocultura cafeeira)” (CONDEPHAAT, 26.264/88, p.2). Para tanto, foram elencadas uma série de residências, estabelecimentos comerciais, edifícios religiosos e institucionais (Figura 21).



Figura 21 – Mapeamento de imóveis identificados na “Relação de imóveis para tombamento”. Em destaque os principais edifícios que conformam os agrupamentos criados na listagem da Associação Pinhalense, a saber: A – Antigo Matadouro Municipal, B – Antiga Estação Ferroviária, C – Escola Dr. Almeida Vergueiro, D – Igreja Matriz, E – Cine Theatro Avenida, F – Delegacia Municipal, G – Prefeitura, H – Igreja de Nossa Senhora Aparecida, I – Igreja de São Benedito.

Fonte: Autora, 2016 (mapa esquemático desenvolvido a partir de mapeamento digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal).

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Quanto às **tipologias** dos imóveis, nota-se o predomínio de **residências** (26 - vinte e seis - imóveis) (Figura 22 e 23). A grande maioria destas casas encontram-se, principalmente, próximas à **Igreja Matriz** e **Escola Estadual Dr. Almeida Vergueiro**. Sabe-se, pelo levantamento de dados realizado durante minha pesquisa de mestrado, que aquelas inseridas no primeiro agrupamento (no entorno da Igreja – área mais antiga da cidade) foram construídas entre os anos de 1880 e 1900, e as do segundo entre 1900 e 1920. Há também um número relativamente menor de residências identificadas próximas à **“Ferrovia”** e **Prefeitura Municipal**, sendo o núcleo ferroviário mais antigo (com residências construídas entre 1890 e 1900 – simultaneamente à implantação das linhas férreas).



Esc.1: 550

Figura 22 – Mapeamento das residências (em vermelho no mapa) identificadas na listagem proposta pela APC.

Fonte: Autora, 2016 (mapa esquemático desenvolvido a partir de mapeamento digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal).

Figura 23 – Levantamento fotográfico das residências identificadas e listadas pela Associação Pinhalense de Cultura.
Fonte: Autora, 2016.



A. Resid. Arnaldo Florence



B. Resid. Norma B. Costa



C. Resid. João Mendes Souza



D. Resid. Fernando Moutinho



E. Resid. Jacob



F. Resid. Casimiro O. Franca



G. Resid. Tirso F. Camargo



H. Resid. Nestor Ansaldi



I. Resid. Virgílio C. Pinto



J. Resid. Armando R. Vergueiro



L. Resid. Ciro Vergueiro



M. Resid. Martini



N. Resid. Pedro P. P. Porto



O. Resid. João B. Novaes



P. Odilon Porto



Q. Resid. Gilberto L. Vieira



R. Resid. João A. Ribeiro



S. Nair P. Fernandes



T. Resid. Nelson Ormastroni



U. Resid. das Freiras

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

O agrupamento referente ao **entorno da Igreja Matriz** (Figura 24), por ser a área mais antiga da cidade, contém a **maior variedade de usos**. Lá se encontram edifícios religiosos, culturais, uma série de imóveis de uso comercial, além de inúmeras residências. Com exceção dos edifícios que abrigam agências bancárias, que datam de meados da década de 1940, todas as residências e comércios foram **construídos entre 1880 e 1910**.

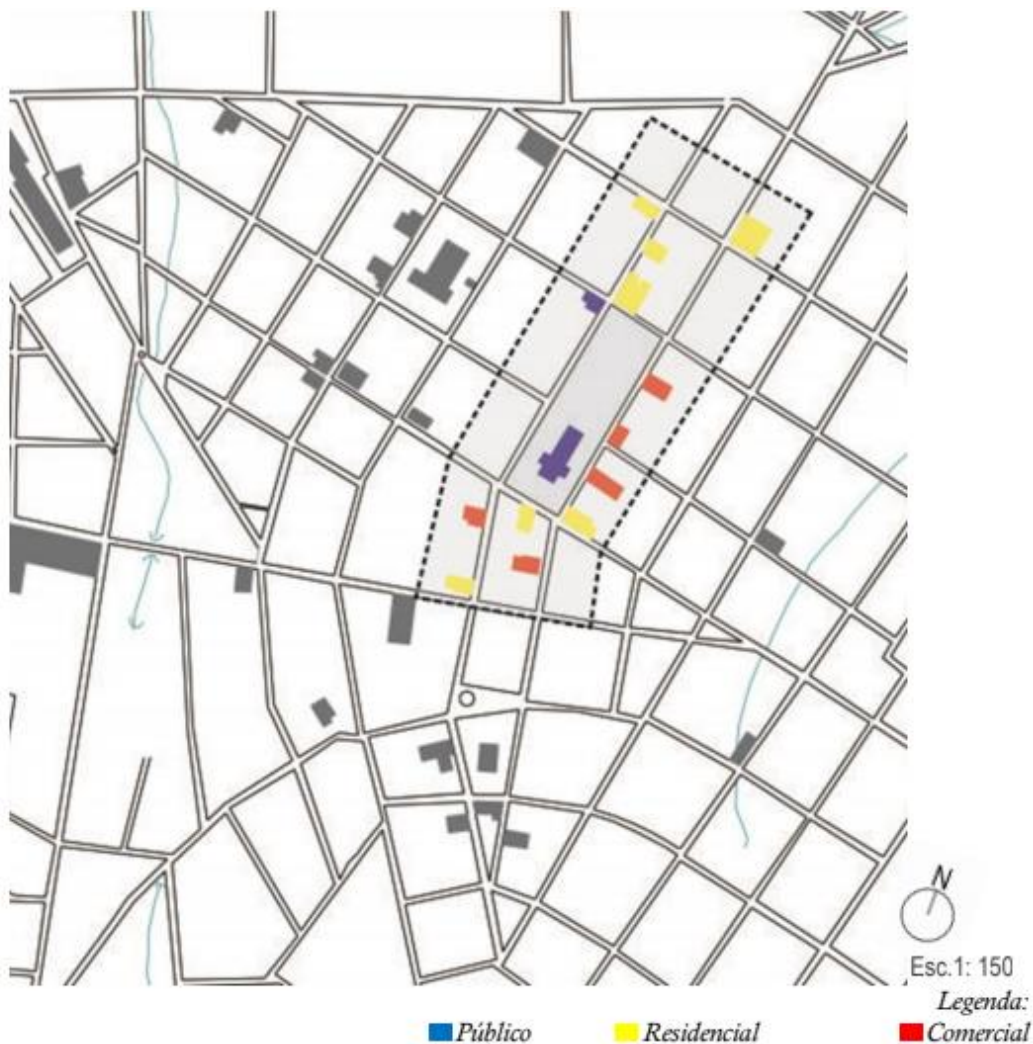


Figura 24 – Imóveis localizados no entorno da Igreja Matriz listados no levantamento da APC.
Fonte: CONDEPHAAT, 26.264/88, Anexo 1 (mapa esquemático desenvolvido a partir de mapeamento digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal).

Edifício Públicos



Figura 25 – Igreja Matriz.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 26 – Museu e Biblioteca Municipal. Fonte: Autora, 2016.

Edifício Comerciais



Figura 27 – Antiga farmácia de Edinir Nicolela (atual loja Bretegani).
Fonte: Autora, 2016.



Figura 28 – Antigo bar A Paulicéia (atual loja Tem Total).
Fonte: Autora, 2016.



Figura 29 – Antiga lanchonete de Paulo Vergueiro (atual café Inverno d'Itália).
Fonte: Autora, 2016.



Figura 30 – Agência bancária do Banco Itaú.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 31 – Agência bancária do Banco Real.
Fonte: Autora, 2016.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Residências



Figura 32 – Residência espólio de Hermenegildo Martini.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 33 – Residência de Ciro Vergueiro. Fonte: Autora, 2016.



Figura 34 – Residência de Pedro Paulo Pereira Porto.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 35 – Antiga residência das freiras (atual Centro Catequético).
Fonte: Autora, 2016.

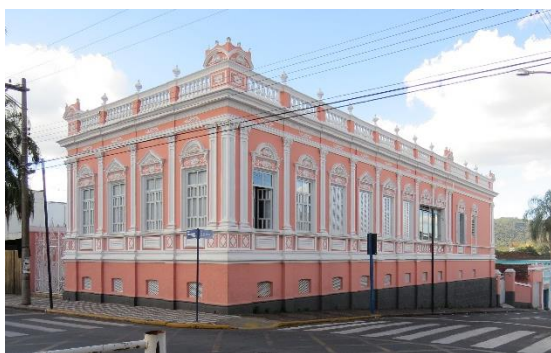


Figura 36 – Residência de Armando Ribeiro Vergueiro.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 37 – Residência de João Mendes Souza.
Fonte: Autora, 2016.

A respeito dos **imóveis públicos listados** (Figura 38), os espaços de **uso cultural** conformam a maioria (Museu e Biblioteca Municipal; antigo Departamento de Esporte e Cultura; Escola “Dr. Almeida Vergueiro”; Sociedade Italiana Dante Alighieri e Cine Theatro Avenida), seguidos por edifícios de **uso institucional** (Prefeitura, Delegacia e Tiro de Guerra), de **serviços** (antigo Matadouro, antiga Estação Ferroviária e Asilo) e **religiosos** (Igreja Matriz, Igreja São Benedito, Igreja N. S. Aparecida, Igreja Protestante).



Figura 38 – Edifícios públicos identificados na listagem organizada pela APC.

Fonte: CONDEPHAAT, 26.264/88, Anexo 1 (mapa esquemático desenvolvido a partir de mapeamento digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal).

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Edifícios Culturais



Figura 39 – Museu e Biblioteca Municipal.

Fonte: Autora, 2016.



Figura 40 – Antigo Departamento de Esportes e Cultura.

Fonte: Autora, 2016.



Figura 41 – Escola Estadual Dr. Almeida Vergueiro.

Fonte: Autora, 2016.



Figura 42 – Theatro Avenida.

Fonte: Autora, 2016.

Edifícios Institucionais



Figura 43 – Prefeitura Municipal.

Fonte: Autora, 2016.



Figura 44 – Delegacia de polícia.

Fonte: Autora, 2016.



Figura 45 – Tiro de Guerra.

Fonte: Autora, 2016.

Edifícios de Serviços



Figura 46 – Antigo Matadouro Municipal (atual loja Curtume de Pinhal).
Fonte: Autora, 2016.



Figura 47 – Edifício da antiga estação ferroviária.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 48 – Asilo de Pinhal.
Fonte: Autora, 2016.

Edifícios Religiosos



Figura 49 – Igreja Matriz.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 50 – Igreja de São Benedito.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 51 – Igreja de Nossa Senhora Aparecida.
Fonte: Autora, 2016.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Figura 52 – Igreja Presbiteriana.
Fonte: Autora, 2016.

Já os **edifícios industriais e ferroviários** (Figura 53) encontram-se próximos à antiga Estação Ferroviária de Pinhal, construída na **Vila Monte Negro**, à exceção da Construtora Antônio Costa e do Armazém de Café dos Irmãos Mônica.



Figura 53 – Edifícios industriais e ferroviários (em vermelho) identificadas na listagem proposta pela APC. Fonte: Autora, 2016 (mapa esquemático desenvolvido a partir de mapeamento digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal).

Edifícios Industriais e Ferroviários



Figura 54 – Antiga estação ferroviária de Pinhal.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 55 – Antigo armazém de Lourenço Westin (atual Falcafê).
Fonte: Autora, 2016.



Figura 56 – Armazéns da Construtora Antônio Costa S. A.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 57 – Antigos armazéns de Irmãos Mônica.
Fonte: Autora, 2016.

O edifício da antiga Construtora Antônio Costa (Figura 56) se destaca na paisagem urbana por sua escala, é um conjunto de armazéns de grandes dimensões. Apesar de não estar localizado nas imediações da estação ferroviária encontra-se próximo a ela, tendo sido construído em uma das principais vias da cidade, a Avenida Oliveira Motta, que conecta a área central com o Largo da Igreja de São João e com a Vila Monte Negro.

A residência e capela da fazenda de dr. Virgílio Carvalho Pinto (itens nº 55 e 56 da Tabela 1) são os únicos imóveis que foram originalmente construídos fora do território urbanizado entre os séculos XIX e XX. Grande parcela da área que compunha a fazenda foi loteada em meados da década de 1990, com a construção do bairro Parque do Lago, e ainda hoje delimita parte do perímetro urbano pinhalense.

Também, três dos imóveis que integram a listagem foram demolidos na década de 1990, a saber: 1- Sociedade Italiana Dante Alighieri (Figuras 58 e 59); 2- Residência de Osvaldo Vergueiro Ribeiro (Figura 60), 3- Residência das irmãs Baraúna (Figuras 61 e 62).

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Figura 58 – Antigo edifício da Sociedade Italiana Dante Alighieri (demolido).
Fonte: Álbum de Pinhal, 1903.



Figura 59 – Atual estacionamento do Supermercado Biazzoto (construído no lugar da antiga Sociedade Italiana Dante Alighieri).
Fonte: Autora, 2016.



Figura 60 – Consultório odontológico (em terreno da antiga residência de Osvaldo Vergueiro Ribeiro).
Fonte: Autora, 2016.



Figura 61 – Antiga residência das irmãs Baraúna (demolido).
Fonte: Álbum de Pinhal, 1903.



Figura 62 – Atual estacionamento do Supermercado Cubatão (construído no lugar da antiga residência).
Fonte: Autora, 2016.

Quanto aos desdobramentos do pré-inventário (a listagem desenvolvida pela APC) no processo de delimitação do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal (NHU), ainda que o tombamento não tenha abrangido todos os imóveis identificados, a listagem foi tomada como base para a seleção dos 11 (onze) edifícios a serem preservados.

Por meio de levantamento de dados de todos os edifícios que constituem a listagem, realizado como parte de minha pesquisa de mestrado, percebeu-se que a grande maioria foi erigida entre os anos de **1880 e 1920**, mesmo **arco temporal de construção adotado no conjunto tombado**. Ainda, 30 (trinta) imóveis, dos 56 (cinquenta e seis) listados, estão localizados dentro do núcleo de interesse histórico delimitado pelo CONDEPHAAT (Figura 63). Verifica-se, portanto, que a área central (mais antiga) de fato concentra o maior número de construções representantes do crescimento da cidade ao longo dos séculos XIX e XX, principal período de desenvolvimento local.

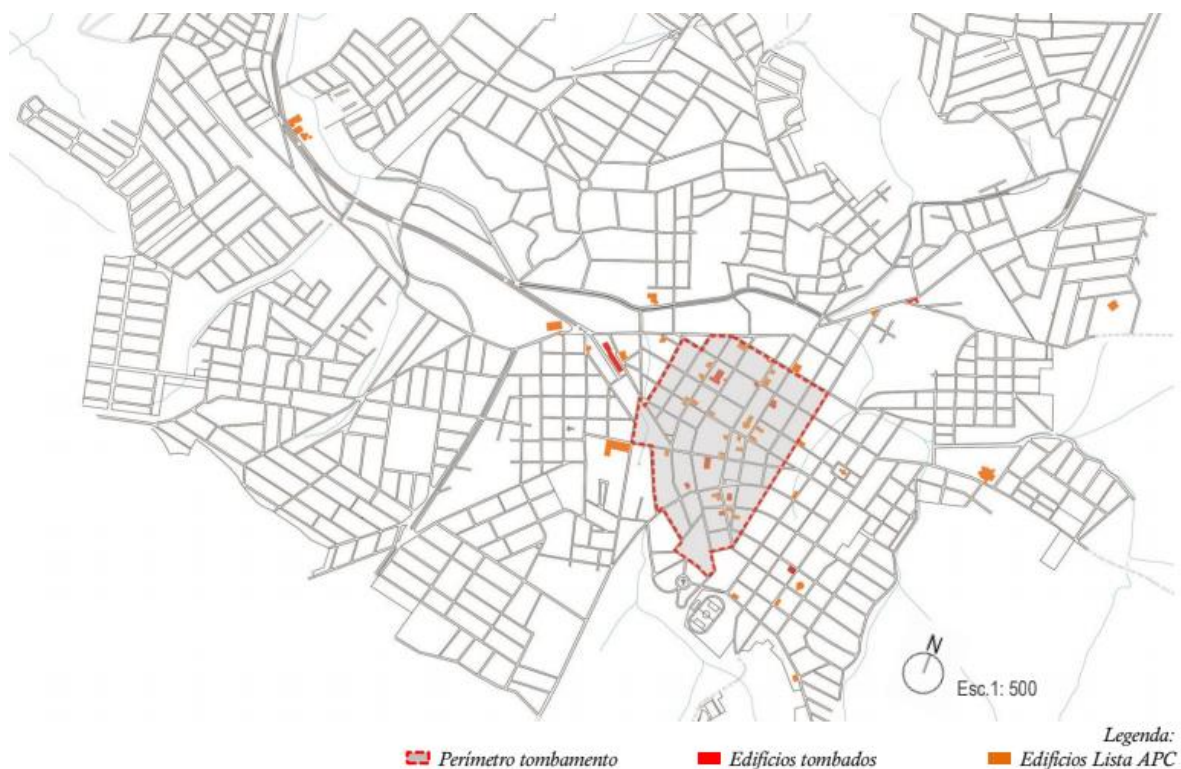


Figura 63 – Mapa de construções de interesse histórico (edifícios identificados pela Associação Pinhalense de Cultura e edifícios tombados pelo CONDEPHAAT).

Fonte: Autora, 2016 (mapa esquemático desenvolvido a partir de mapeamento digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal).

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

2.3 Revisão do Tombamento do Núcleo Histórico e Urbano de Pinhal

Passados 23 (vinte e três) anos de vigência do tombamento do Núcleo Histórico e Urbano de Espírito Santo do Pinhal (NHU), no ano de 2015 o CONDEPHAAT realizou a revisão do patrimônio preservado na cidade.

Os recorrentes pedidos de tombamento de edifícios isolados que foram apresentados ao órgão estadual desde a criação do Núcleo Histórico, em 1992, evidenciavam a inadequação das diretrizes adotadas e estimularam a sua reavaliação⁷.

A preservação legal dos 11 (onze) imóveis dentro de um perímetro com controle de gabarito e de alinhamentos buscava garantir a homogeneidade de ocupação e a manutenção das características históricas existentes, contudo, mesmo que tais restrições tenham inibido o processo de verticalização da área central, não evitaram a descaracterização nem o desaparecimento de edificações contemporâneas aos exemplares tombados, explicitando um descompasso entre as diretrizes preservacionistas e a mobilidade urbana.

Por outro lado, as persistentes solicitações de tombamento de bens arquitetônicos em diversos segmentos da malha urbana confirmam a existência de imóveis de interesse à preservação e que apresentam potencial para contribuir na leitura do conjunto arquitetônico histórico como um todo, cujo tratamento dado é apenas de gabarito de altura e alinhamento no passeio público (diretrizes gerais da área envoltória).

Portanto, para o CONDEPHAAT a revisão do Núcleo Histórico Urbano de Pinhal (NHU) tratou-se tanto de uma atualização conceitual como de uma releitura do território pinhalense. A proposta estruturou-se basicamente sobre quatro tarefas principais: 1- A listagem dos imóveis de interesse arquitetônico histórico; 2- Redefinição do polígono de preservação; 3- Definição clara dos graus de preservação; 4- Construção de diretrizes de intervenção. Estas etapas correspondem a uma tentativa de traçar uma metodologia e uma sistemática de estudo e proteção de Centros Urbanos do Estado de São Paulo.

Respeitando o “espírito” do tombamento de 1992 e buscando a sua qualificação, a maior mudança está no “redesenho” do Núcleo, elimina-se a grande área envoltória, (...) “que hoje não exerce papel de ambiência” (CONDEPHAAT, 74.226/2015), e criam-se 8 (oito) perímetros de tombamento, referentes a: 1 – Igreja Matriz (núcleo principal); 2 – Estação ferroviária; 3 – Chalé do Comendador Monte Negro; 4 – Matadouro e seu conjunto fabril; 5 – Delegacia

⁷ Até 2010 foram solicitados ao CONDEPHAAT 6 (seis) pedidos de tombamentos de imóveis em Espírito Santo do Pinhal.

Municipal; 6 – Palacete Moutinho; 7 – Casa Afonso Ruótulo (Antiga casa irmãos Sagioratto); 8 – Departamento de Esporte e Cultura.

O polígono da área envoltória é, então, repensado considerando tanto as descaracterizações e demolições quanto também a existência de imóveis preservados, que “conformam uma paisagem harmônica, não necessariamente homogênea, percursos apreensíveis, manchas, que permitem reconhecer um todo legível, coeso e que reflita os valores culturais reconhecidos no tombamento” (CONDEPHAAT, 74.226/2015).

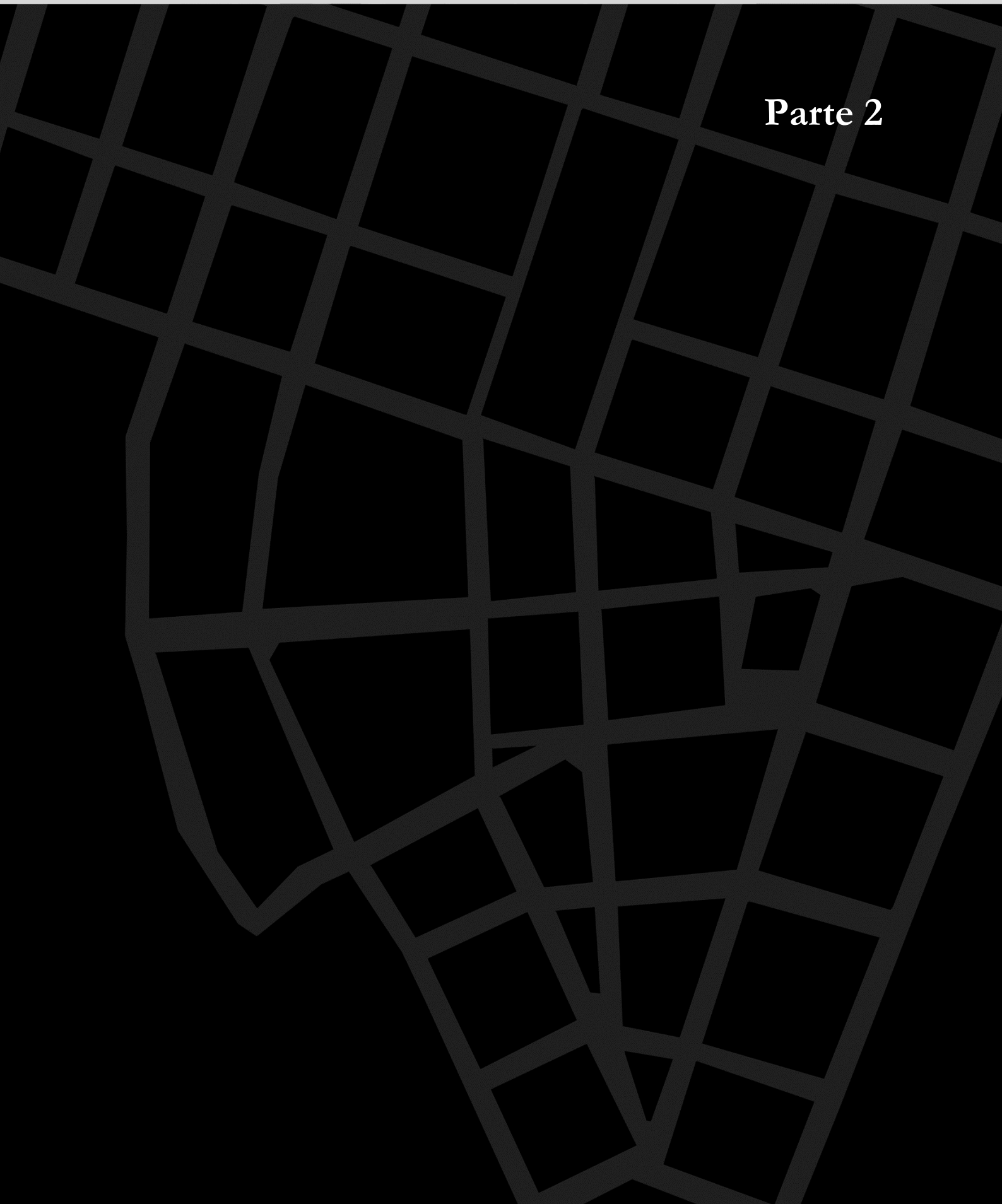
Para a redefinição do polígono, de acordo com o CONDEPHAAT, foi necessária a análise urbanística, a leitura do território⁸, compreendendo a relação entre a conformação do sítio e o processo de ocupação da cidade, e a documentação dos edifícios remanescentes.

Percebe-se que por meio dessa nova proposta o CONDEPHAAT pretendeu “renovar a leitura do bem cultural, percebido não apenas isoladamente, mas em suas relações no espaço, suporte de representações de fenômenos coletivos, caracterizadores do *ethos* da cidade” (CONDEPHAAT, 74.226/2015).

⁸ Na análise urbana desenvolvida para a revisão do tombamento destaca-se a importância das praças como representações concretas do processo de formação da cidade.

Repensando o tema de análise

Parte 2



Vila Montenegro e Vila Normal: História,
arquitetura e crescimento urbano

Capítulo 3



PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Em meio à busca de informações sobre a história pinhalense, observa-se que até hoje a grande maioria dos estudos realizados privilegia alguns períodos e conjuntos urbanos específicos, quer seja pela maior disponibilidade de informações quer seja por serem mais amplamente reconhecidos como detentores da identidade da cidade.

Principalmente com relação à **arquitetura**, mereceram especial atenção as residências dos grandes fazendeiros de café edificadas nas proximidades da Praça da Independência entre os anos de 1880 e 1920. É nesse período que Espírito Santo do Pinhal teve o seu desenvolvimento mais expressivo, hoje representado pela arquitetura residencial, religiosa, teatros, bancos e tantos outros **bens preservados**.

No entanto, toda essa pujança deve-se também à **mão de obra imigrante** que chegou à cidade pelas **linhas férreas da Companhia Mogiana** e cujos representantes se estabeleceram na **Vila Monte Negro**.

Graças à iniciativa do **Comendador Monte Negro**, construindo esse novo bairro, não só o núcleo central foi remodelado com os elementos ecléticos da arquitetura historicista característica do final do século XIX e início do século XX como também surgiram novos estabelecimentos comerciais e industriais.

Passadas algumas décadas, a decadência do ciclo do café (a partir do ano de 1929) apresentou-se como um grande entrave para a evolução econômica e urbana, na cidade e também em todo país. Foi somente a partir da década de 1940 que apareceram novos sinais de superação da crise. A recuperação do setor agrícola e a instalação das primeiras indústrias impulsionaram a volta do crescimento de Pinhal, refletindo-se na produção arquitetônica.

Nesse cenário, a criação da **Vila Norma** em **1953** se destaca tanto por fazer parte do movimento de ampliação dos limites urbanos verificados na primeira metade do século XX como também pelos exemplares arquitetônicos que lá foram construídos.

Portanto, a inexistência de trabalhos que abordem sistematicamente a **evolução da cidade** de Espírito Santo do Pinhal, aliada à visão contemporânea de **patrimônio** que vem cada vez mais assimilando as mais diversas expressões arquitetônicas, possibilitam, hoje, o desenvolvimento de novas posturas quanto ao estudo do desenvolvimento urbano e arquitetônico pinhalense.

3.1 Vila Monte Negro: A primeira ampliação da malha urbana pinhalense

O ir e vir de pessoas e mercadorias representou a chegada de (...) “um mundo moderno e veloz, mecanizado, de nova e eficiente tecnologia” (BEM, 2014, p.99). Independente do estágio de desenvolvimento alcançado por cada localidade, as linhas do trem mudavam todas as áreas pelas quais os trilhos passavam. As atividades econômicas apresentaram substancial crescimento, seja na intensificação da produção agrícola ou pela proliferação do comércio.

Em Espírito Santo do Pinhal, a inauguração da Estação Ferroviária de Pinhal, em 30 de setembro de 1889, marca o nascimento da Vila Monte Negro, a primeira “vila” a romper o núcleo inicial.

O aparato da ferrovia construído na Vila Monte Negro (edifício da estação, armazéns, comércios, prestação de serviços e residências) deu à cidade condições econômicas e sociais para estruturar o seu crescimento, baseando-se na valorização da técnica e do trabalho remunerado.

De acordo com registros locais, sabe-se que em meados de 1907 em Pinhal existam 4 (quatro) máquinas a vapor para beneficiar café, sendo as duas principais instaladas pelo Comendador na Vila Monte Negro, com desvios para a estação (Figura 64). Além das indústrias de benefício de café, pequenas empresas de prestação de serviços, oficinas, hotéis e teatros foram construídos em toda a cidade.

A ampliação do perímetro urbano implicou, também, a construção de edifícios voltados ao abastecimento da população, sempre localizados distantes da área central, nas principais vias de acesso entre os municípios. Nota-se que a implantação da Vila Monte Negro impulsionou a ocupação de terras em direção às fronteiras com Mogi Guaçu.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Figura 64 - Vista parcial da Rua Barão de Mota Paes em 1903.

Fonte: Álbum do Pinhal, 1903.

À esquerda da fotografia encontrava-se, na época, o armazém onde foi colocada a primeira máquina a vapor de benefício do café em Pinhal, pelo Comendador. No primeiro plano desta imagem pode-se ver a linha férrea, no chão, e, à direita, o trem partindo da antiga Estação Ferroviária.

Roberto Vasconcellos Martins (1986), em seu livro intitulado “Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal”, reproduz algumas narrativas publicadas em jornais pinhalenses da década de 1920. Entre os textos, em um artigo assinado por M. J. (autor desconhecido) podem ser identificadas informações relevantes para o reconhecimento de elementos da economia e das dinâmicas de deslocamento que aconteciam em Pinhal nas primeiras décadas do século XIX:

(...) Desperta saudades do passado ainda próximo o recordar que bem pra cá da Villa Monte Negro, sôbre a ponte do córrego, existia a porteira que dava acesso á estrada de Mogy-Mirim e Guassú, transitada por pedestres, cavalleiros e toda espécie de vehiculos, inclusive os carros de boi que lá iam em demanda da estrada de ferro, a mais de seis leguas de distância!

Por ahi transitavam os viajantes que iam e voltavam de Campinas e São Paulo; por ahi passavam as malas do correio.

Essa estrada era via obrigatória de nossa importação e da então, pequena exportação dos nossos produtos agrícolas.

Além da porteira já era matta. (MARTINS, 1986, p.794).

A partir do início do século XX, principalmente entre as décadas de 1900 e 1930, a **Vila Monte Negro** se firma como um **importante núcleo de atração populacional**, aumentando

o número de edifícios nela construídos e **incentivando melhorias na infraestrutura da cidade**.

A Vila Monte Negro foi responsável pelo crescimento de **novos eixos na cidade**, ligando a **Igreja Matriz à Estação Ferroviária** (Figura 65 e 66). A Estação tornou-se centro irradiador de ruas e avenidas, estimulando a ocupação de áreas fora do entorno imediato da Praça da Independência (Largo da Matriz).

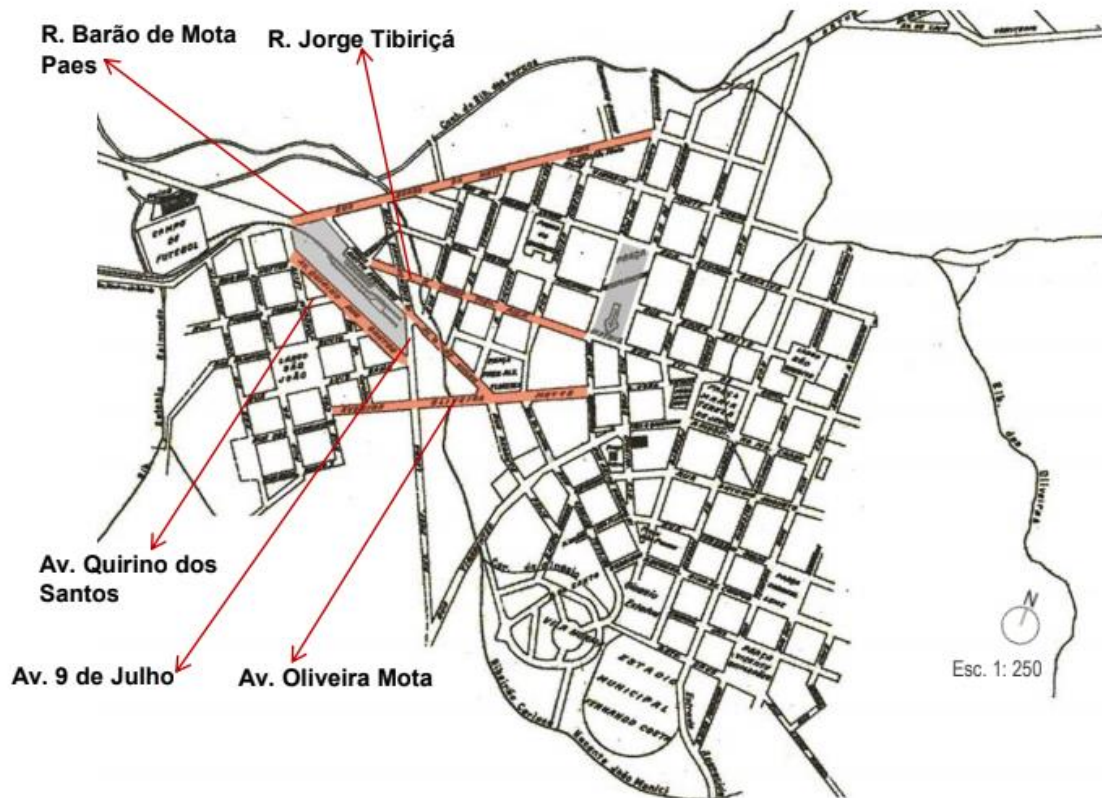


Figura 65 – Mapa esquemático das principais vias de Pinhal nas primeiras décadas do século XX. Em vermelho estão destacadas as principais vias e em cinza a Praça da Igreja Matriz e a Estação Ferroviária de Pinhal.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1953.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

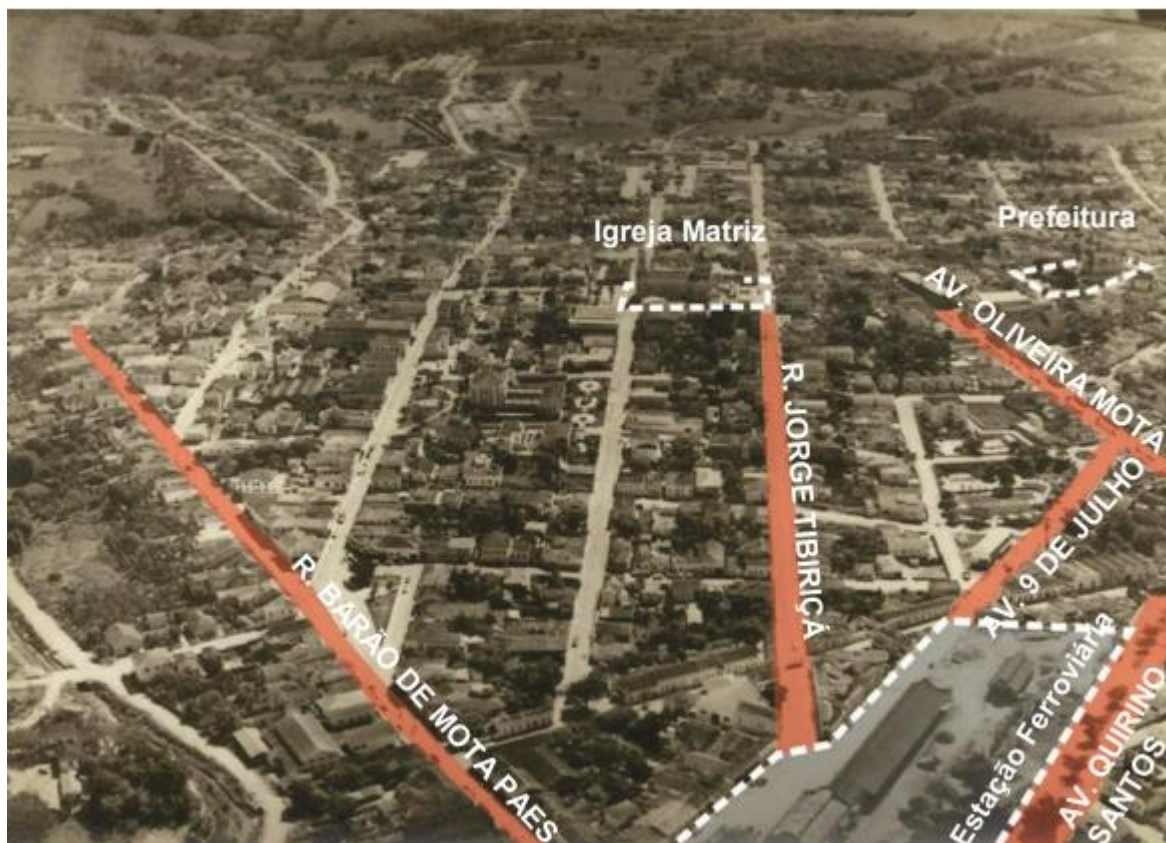


Figura 66 - Foto aérea de Espírito Santo do Pinhal em 1968/69. Destacam-se as principais vias que ligam a área central à Vila Monte Negro.
Fonte: Acervo de Ricardo Mateus Olivi.

Dentre as vias abertas a partir do crescimento da Vila Monte Negro ou já existentes na época, a **Rua Barão de Motta Paes, Rua 16 de Abril e Avenida Oliveira Motta** conformavam os principais **eixos** entre o núcleo mais antigo e a Vila.

A **Rua Barão de Motta Paes** desde meados de 1850 já delimitava uma das fronteiras territoriais da cidade. Com o adensamento da área urbanizada, se transformou na principal via de acesso à rodovia. A partir de 1890, devido à sua proximidade com a Estação, passou a abrigar uma série de **edifícios comerciais e de apoio à ferrovia** (Figura 67).

Hoje os antigos armazéns construídos neste eixo já não mantêm os mesmos usos.



Figura 67 - Rua Barão de Motta Paes, em meados de 1940/50. Vista a partir da área central, em direção à Estação (localizada próxima ao final desta via).

Fonte: Acervo de Aparecida Domingues Rotielli.

A ocupação ao longo da Rua Barão divide-se principalmente em duas partes. Nas proximidades da Estação Ferroviária predominavam os armazéns de estocagem e beneficiamento de café, construídos em alvenaria de tijolo aparente. Já nos lotes localizados mais perto da área central foram construídos residências e estabelecimentos comerciais, edifícios que no início do século XX começaram a incorporar elementos do ecletismo na arquitetura.

Com a chegada de indústrias do ramo cafeeiro de maior porte, as máquinas de benefício de café foram sendo desativadas e seus armazéns passaram a ser ocupados por estabelecimentos comerciais (pequenos comércios, bares, entre outros) (Figuras 68 e 69). Nos lotes de esquina, devido às dimensões e localização privilegiadas, as construções foram aos poucos demolidas e deram lugar a postos de gasolina (Figura 70).



Figura 68 – Antigos armazéns de apoio à Estação Ferroviária, para estocagem de café. Hoje esses dois edifícios são ocupados pela distribuidora de bebidas SIM.

Fonte: Autora, 2013.



Figura 69 – Antigo armazém de apoio à Estação Ferroviária (estocagem de café). Este edifício hoje encontra-se sem uso.

Fonte: Autora, 2013.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Figura 70 – Vista atual da Rua Barão de Motta Paes. À direita na foto pode-se ver posto de gasolina construído onde antes havia grande armazém para beneficiamento de café.

Fonte: Autora, 2016.

Ainda no ano de **1889**, propõe-se o prolongamento da **Rua 16 de abril** até a Estação. Esta via, que antes ligava o entorno da Igreja de São Benedito à Praça da Matriz, era a "mais curta para chegar à estação ferroviária" (MARTINS, 1986, p.339).

Para a construção deste novo eixo foi necessária a desapropriação de terrenos de Antônio Augusto Antunes, amigo mais próximo do Comendador Monte Negro e proprietário de diversos lotes na Vila. Esse novo trecho da Rua 16 de Abril tem como ponto inicial a Igreja Matriz e termina na Estação Ferroviária. Inicialmente foi denominada Rua da Estação e posteriormente **Rua Jorge Tibiriçá**, nome que permanece até hoje (Figuras 71 e 72).



Figura 71 - Rua Jorge Tibiriçá, ano de 1916, vista a partir da Estação Ferroviária.

Fonte: MARTINS, 1986, p.373.



Figura 72 – Rua Jorge Tibiriçá (vista a partir da Praça da Igreja Matriz), 2013. Ao fundo observa-se o edifício da antiga Estação Ferroviária de Pinhal.

Fonte: Autora, 2013.

Nesta rua foram sendo construídos, ao longo das décadas de 1910 e 1920, diversos **casarões dos fazendeiros de café**, a exemplo das residências de João N. Vergueiro (Figura 73) e Gilberto L. Vieira (Figura 74).

Tal fato evidencia o interesse da classe mais abastada em ainda "ocupar as melhores localizações urbanas, preservando a proximidade com o centro e com a ferrovia simultaneamente" (FERREIRA, 2010, p. 122). As residências de maior porte e refinamento estético foram implantadas nos lotes mais próximos à Igreja, retratando que, embora a ferrovia fosse reconhecida como importante ponto de expansão da cidade, o entorno da Praça da Independência (praça da Igreja Matriz) mantinha-se como o espaço mais nobre.



Figura 73 – Residência de João Novaes Vergueiro, localizada na Rua Jorge Tibiriçá, na década de 1940. Ao fundo (à direita da foto) pode-se ver a cúpula da Igreja Matriz.

Fonte: Revista Polianteia do centenário de Pinhal, 1949.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Figura 74 – Residência de Gilberto Leite Vieira, localizada na Rua Jorge Tibiriçá, na década de 1940.

Fonte: Revista Polianteia do centenário de Pinhal, 1949.

Posteriormente, na década de **1920** a cidade se expandiu com a construção da **Avenida Oliveira Motta** (Figura 75 e 76).

Esta via foi projetada com dimensões amplas, com canteiro central e preparada para um fluxo maior de veículos do que as demais ruas estreitas existentes até então.

A abertura da avenida estimulou o adensamento da malha urbana, por meio da ocupação dos lotes e construção de novas vias próximas a ela.

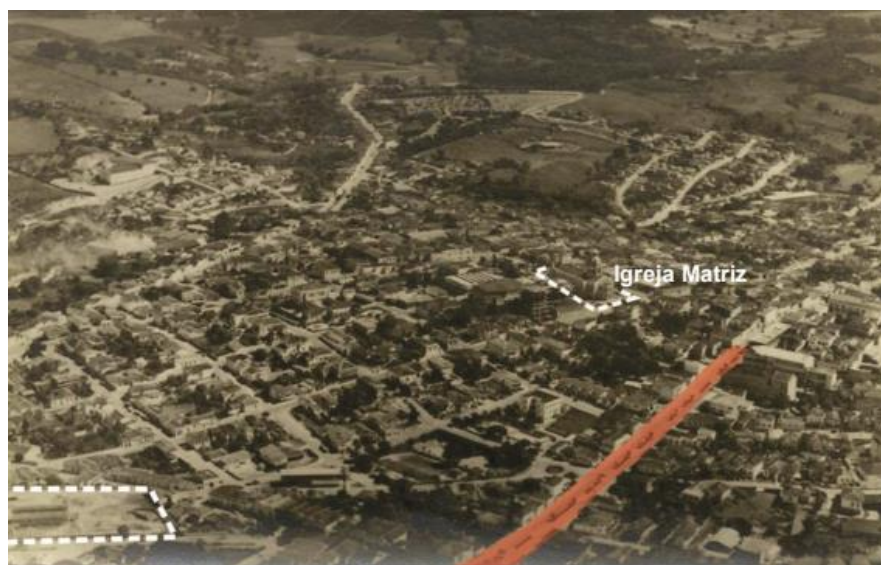


Figura 75 - Vista aérea da Av. Oliveira Motta (em vermelho), em meados de 1968/69.

Fonte: Acervo de Ricardo Mateus Olivi.

Neste registro a Avenida Oliveira Motta já havia sido implantada há mais de 40 anos, portanto, é possível observar que a cidade, de fato, cresceu ocupando as áreas entre o entorno da Igreja Matriz e da Estação Ferroviária (à esquerda da foto, destacada com linha tracejada).



Figura 76 – Avenida Oliveira Motta atualmente (vista a partir da Igreja de São João, na Vila Monte Negro).

Fonte: Prefeitura Municipal de Pinhal. Disponível em:
<<http://www.pinhal.sp.gov.br/site/cidade/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2016.

Diferentemente da Rua Jorge Tibiriçá, onde predominam residências, esta avenida apresenta uma **ocupação diversificada**.

Ao longo dela foram construídas novas **residências** urbanas dos fazendeiros⁹ (Figura 77), nos lotes mais próximos do centro da cidade, e **armazéns e galpões**, a exemplo dos armazéns da Indústria Têxtil Votorantim (posteriormente ocupados pela Construtora Antônio Costa), localizados próximos ao largo da Igreja de São João e da ferrovia.

Foram erigidos também dois importantes **espaços culturais** da cidade: o Cine Theatro Avenida (Figura 78) e o GPEA - Ginásio Pinhalense de Esportes Atlético (Figura 79), inaugurados em 1927 e 1947, respectivamente.

⁹ Atualmente a grande maioria dos casarões já foi demolida, restando apenas a Casarão Moutinho (mencionado pela Associação Pinhalense de Cultura em sua listagem para o processo de tombamento da cidade) que por muito tempo permaneceu sem uso e hoje passa por processo de restauro.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Figura 77 – Casarão Moutinho, localizado na Avenida Oliveira Motta.
Fonte: Autora, 2016.

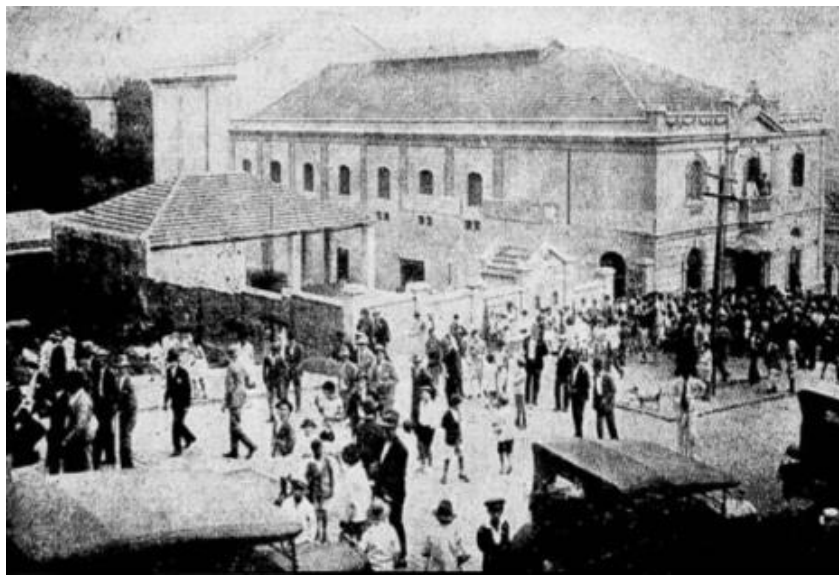


Figura 78 – Registro do Cine Teatro Avenida em dia de apresentações, século XX.
Fonte: Blog Salas de cinema do Estado de São Paulo. Disponível em:
<<http://salasdecinemadesp.blogspot.com.br/2013/06/theatro-avenida-um-otimo-exemplo-de.html>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2017.



Figura 79 - Clube GPEA, na Avenida Oliveira Motta. Registro fotográfico da fachada original do edifício, que foi alterada em meados da década de 1950.

Fonte: Revista Polianteia, 1949.

Em meados da década de **1950** a Prefeitura propôs um projeto de **ampliação para a Avenida Oliveira Mota** e outras ruas próximas a ela (Figura 80).

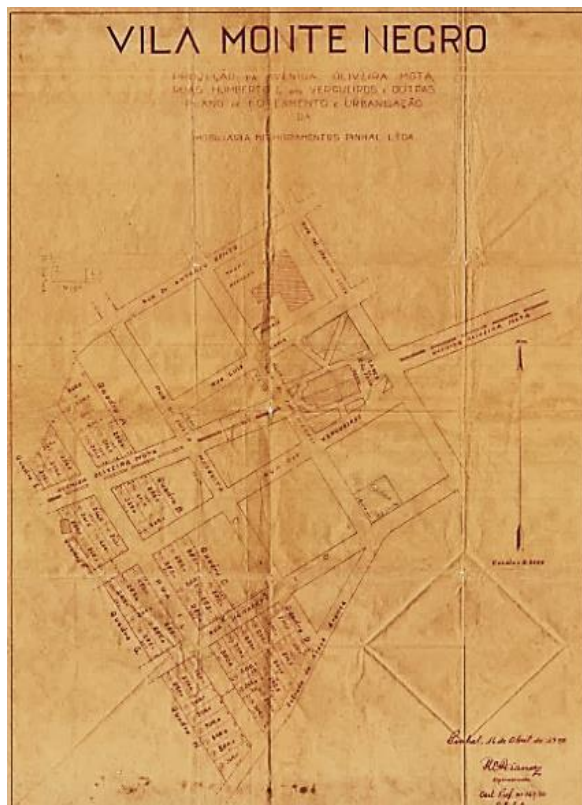


Figura 80 - Planta da "Projeção da Avenida Oliveira Motta, ruas Humberto I, Dos Vergueiros e outras", 1950. Fonte: Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal.

Nota-se que, aparentemente, três quadras localizadas ao fundo da Igreja de São João, na Vila Monte Negro, seriam divididas para a construção do novo eixo da avenida, fato que não se concretizou nas obras de execução do projeto.

Inicialmente as obras consideravam a **fragmentação de alguns lotes da Vila Monte Negro**, sobre os quais a avenida se estenderia. Na sua execução, entretanto, o projeto não

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

incidiu em alteração das quadras do bairro. O traçado da Avenida foi estendido apenas a partir dos limites da Vila Monte Negro, e hoje a liga até o bairro popular Parque das Nações. Esse trecho da avenida corresponde à atual Rua Dr. Rafael Orichio Neto (Figura 81).



Figura 81 – Implantação da Avenida Oliveira Mota e Rua Dr. Rafael Orichio Neto.

Fonte: Autora, 2016 (Mapa produzido a partir de mapeamento digital produzido pela Prefeitura Municipal).

3.1.1 Breves considerações sobre a ocupação do solo

(...) Os antigos sítios industriais costumam agrupar diversos edifícios construídos em diferentes épocas, com tipologias construtivas distintas, e cuja composição espacial provém de complexas relações pautadas pelo desenvolvimento das atividades produtivas ali sediadas. Desta forma, os sítios industriais são compostos por grupos de edifícios e espaços envoltórios vinculados entre si em função do processo produtivo. (RUFINONI, 2013, p.192)

Em Espírito Santo do Pinhal os **imigrantes europeus** inicialmente se instalaram na **Vila Monte Negro** e, posteriormente, se espalharam por outras zonas da cidade. Pode-se afirmar que a Vila foi a principal responsável por criar esse novo grupo social em Pinhal.

A maior parte da população desse bairro era composta por famílias de portugueses e italianos que exerciam atividades relacionadas à ferrovia, direta ou indiretamente. Os modos de morar e de trabalhar dessa população se refletiam na arquitetura pelo predomínio da construção de duas tipologias principais: 1 – **Armazéns e estabelecimentos comerciais**, 2 – **Residências**.

O assentamento proposto pelo Comendador foi concebido com um traçado racional, contendo uma via principal larga e arborizada (atual Av. Dr. Quirino dos Santos – Figura 82) que (...) “separava as áreas das residências das zonas fabris e produtivas, onde se instalaram armazéns, oficinas e comércios às margens da linha férrea” (CONDEPHAAT, 74.226/2015).



Figura 82 – Atual Avenida Dr. Quirino dos Santos, principal eixo do bairro e via da Vila Monte Negro onde foi construída a residência do Comendador.

Fonte: Autora, 2016.

Na porção das terras destinadas às **residências**, o projeto inicial do bairro compreendia cerca de 17 (dezessete) quadras divididas em 10 (dez) lotes cada. Os lotes seguiam uma padronização de tamanho, com frentes estreitas e grande profundidade, em geral, apresentando aproximadamente 10 (dez) metros de frente e 28 (vinte e oito) de fundo (Figura 83 e 84).

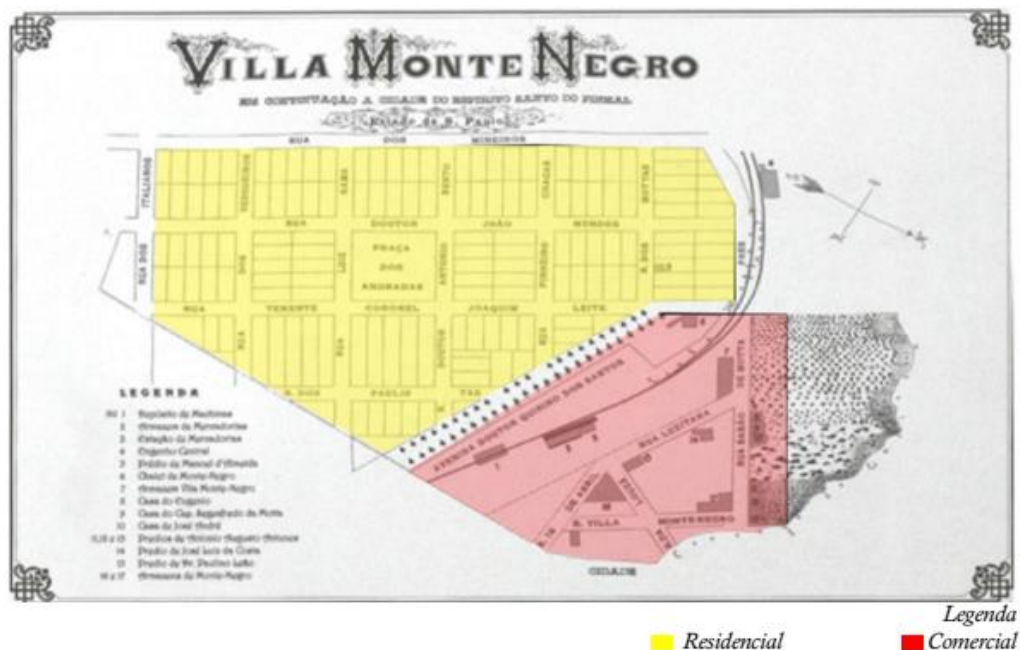


Figura 83 – Mapa com projeto original da Vila Monte Negro.

Fonte: Autora, 2016 (desenvolvido a partir de mapa encontrado e divulgado por FREITAS, 2013, p.84).

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Figura 84 – Imagem aérea atual com destaque para desenho de implantação da Vila Monte Negro, com suas zonas residencial e fabril.

Fonte: Autora, 2017 (desenvolvido a partir de imagem aérea do GoogleEarth e traçado original do bairro divulgado por FREITAS, 2013, p.84).

Por meio da comparação entre o mapa original do bairro (Figura 178) e a implantação atual (Figura 179) observa-se que a ocupação dos lotes respeitou quase totalmente o traçado inicial proposto pelo Comendador Monte Negro. Especialmente na zona residencial (em amarelo na imagem) a divisão de alguns quarteirões foi alterada a partir da construção de armazéns industriais. Ainda nesta área, no quarteirão central foi construída a Igreja de São João e ao lado (no quarteirão imediatamente à direita) encontra-se a Escola Batista Novaes.

A partir da leitura do mapa original do loteamento (Figura 83), encontrado por FREITAS (2013), sabe-se que os edifícios mais antigos do bairro foram construídos dentro da região fabril, a saber: Armazéns Vila Monte Negro, casa de Eugênio, casa do Capitão Segisfredo da Motta, Casa de José André, prédios de Antônio Augusto Antunes, prédio de José Luiz da Costa e prédio de Dr. Paulino Leão.

Os primeiros **edifícios industriais e ferroviários** foram implantados próximos à Rua Barão de Motta Paes, eixo preexistente que ligava o bairro à área urbana consolidada (centro da cidade). Devido à irregularidade da gleba, as ruas constituíram quadras em forma de triângulos e trapézios.

Além dos armazéns de estocagem e beneficiamento de café, dentre os estabelecimentos comerciais sabe-se que havia **alfaiatarias, funilarias, sapatarias, selarias, armazéns de secos e molhados, padarias, uma fábrica de borrachas, hotel, entre outros** (Figuras 85, 86 e 87).



Figura 85 - Propaganda de máquina de benefício do café localizada na R. Barão de Motta Paes, 1949.
Fonte: Revista Polianteia, 1949.



Figura 86 - Armazéns Lima, Nogueira e Cia., propaganda de 1949.
Fonte: Revista Polianteia, 1949.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Figura 87 - Propaganda do Hotel dos Viajantes, localizada na Praça Motta Sobrinho (em frente à estação ferroviária), 1949.
Fonte: Revista Polianteia, 1949.

Ainda, sabe-se que o Comendador Monte Negro foi grande incentivador de melhorias em Pinhal, tendo participado ativamente da construção da **Estação Ferroviária** e do **Hospital Francisco Rosas**. Como era um homem empreendedor, ele procurava aliar as necessidades da cidade com os seus interesses próprios.

Registros da história local¹⁰ contam que em diversas ocasiões quando surgiam projetos para edifícios voltados à infraestrutura pública o Comendador frequentemente oferecia alguns de seus terrenos na Vila para as construções. Assim, não só a cidade se beneficiava com as novas instalações, como também o seu bairro se desenvolveria.

Em meados de 1900, a Irmandade do Hospital Francisco Rosas havia cogitado a construção de um asilo, tendo o Comendador oferecido alguns de seus terrenos na vila para o projeto. A iniciativa não se concretizou e o Asilo de Mendicidade veio ser construído em outro terreno anos depois.

Dez anos mais tarde, em 5 (cinco) de maio de 1910 foi "deliberada, em reunião promovida pelo Prefeito Municipal, a fundação de um ginásio, tendo o Comendador Monte Negro oferecido para esse fim um terreno na Vila que tem o seu nome" (RIZZONI org., 1949, s/n). O ginásio em questão corresponde ao atual **Grupo Escolar Coronel Batista Novaes**, que veio a ser inaugurado apenas em abril de **1941** (Figura 88).

¹⁰ De acordo com autores locais tais como: BARTHOLOMEI (2010), FREITAS (2013), MARTINS (1986), RIZZONI (1949), TORRES et. al. (2006).

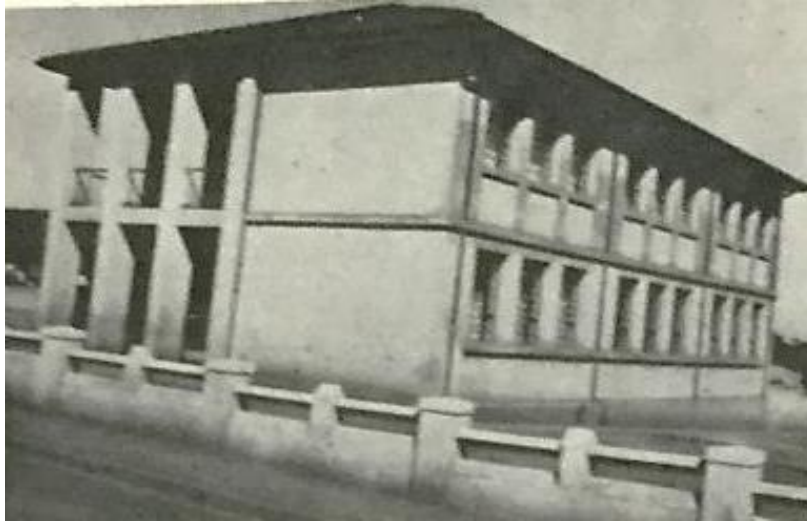


Figura 88 – Grupo Escolar Cel. Batista Novaes, 1º de abril de 1941.
Fonte: Polianteia, 1949.

3.1.2 As residências operárias

Antes da instalação da ferrovia e do estabelecimento de atividades industriais, Pinhal era um povoado típico das cidades do interior do Estado de São Paulo, um aglomerado de casas construído ao redor da Igreja Matriz.

Com a chegada de nova mão de obra, do enriquecimento da classe dominante e dos novos materiais e técnicas resultantes da industrialização essas características começam a mudar.

Na **área central**, as residências antigas das classes mais abastadas tiveram suas **fachadas remodeladas** pelo uso de **elementos do ecletismo na arquitetura do século XIX** (Figuras 89 e 90), tais como descreve Nestor Goulart Reis Filho:

(...) A presença dos equipamentos importados insinuava-se nas construções pelo uso de platibandas, que substituíam os velhos beirais, por condutores ou calhas, ou pelo uso de vidros simples ou coloridos – sobretudo nas bandeiras das portas e janelas – em lugar das velhas urupemas e gelosias. Em outros casos, o que então era entendido como ‘gosto’ neoclássico revelava-se pela existência de vasos e figuras de louça do Porto, a marcar, nas fachadas, sobre as platibandas, a prumada das pilastras. (REIS FILHO, 2014, p. 37).

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Figura 89 - Residências de Pinhal construídas até a década de 1940.

Fonte: Revista Polianteia, 1949.



Figura 90 - Residências de Pinhal construídas até a década de 1940.

Fonte: Revista Polianteia, 1949.

As primeiras transformações quanto às **soluções de implantação** são percebidas nas tentativas de liberação das edificações em relação aos limites dos lotes. Ou seja, dentro de uma evolução gradativa, mesmo não havendo uma modificação nas taxas de ocupação dos lotes, (...) “as construções começam a se afastar das divisas laterais para efeito de melhor iluminação dos cômodos medianos” (LEMOS, 1989, p. 57). Posteriormente, algumas casas passam a apresentar também recuos frontais.

No largo da Igreja Matriz a grande maioria das casas passou por reformas mais de caráter estético do que quanto às soluções de implantação, mantendo o alinhamento sobre os limites dos terrenos e acrescentando ornamentos nas fachadas, a exceção de algumas construções com recuos e jardins laterais e, em raros casos, recuos frontais (Figura 91).



Figura 91 – Antigas residências de Antenor Vergueiro (esq.) e D. Renée Baldassari (dir.), localizadas na Praça da Independência.

Fonte: Polianteia, 1949.

Dentro do conjunto arquitetônico da praça estas duas casas são as únicas que apresentavam maiores inovações na implantação (liberação dos limites dos lotes, criando tanto recuos frontais quanto laterais).

Ao redor da Estação, a **Vila Monte Negro** ganhou forma com **edifícios de baixo gabarito** (um pavimento) construídos em **alvenaria de tijolos** e junto ao **alinhamento dos lotes**.

As residências da Vila foram construídas variando entre **duas soluções de implantação principais** (Figura 92 e 93): 1 – Construídas no alinhamento dos lotes; 2 – Desvinculadas dos alinhamentos laterais e frontais.

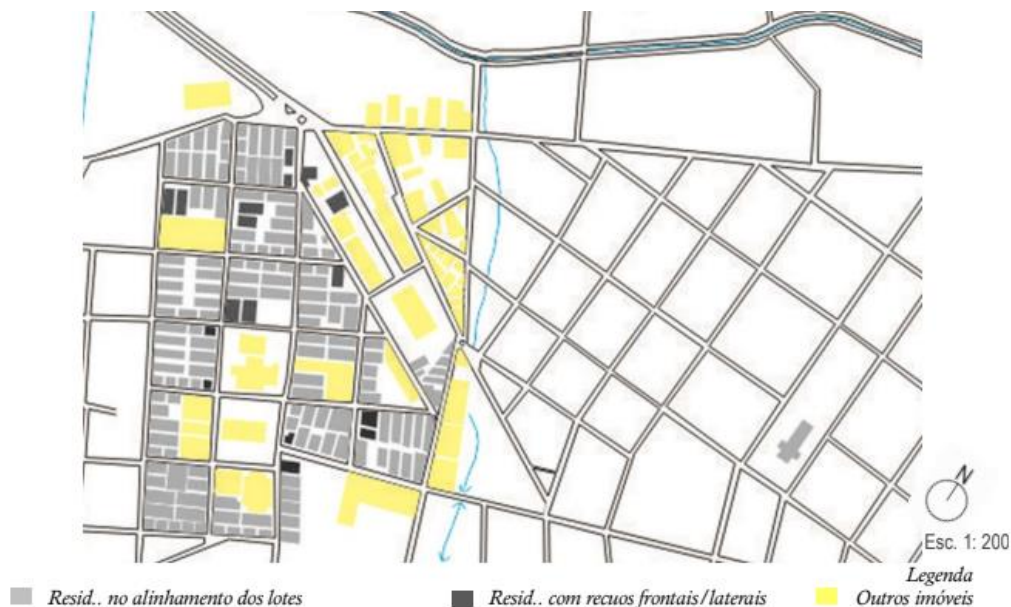


Figura 92 – Mapeamento das residências localizadas na Vila Monte Negro.

Fonte: Autora, 2016.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Figura 93 – Residências da Rua Júlio de Mesquita, na Vila Monte Negro.

Fonte: Autora. 2016.

Na Vila Monte Negro observa-se o predomínio de casas construídas no alinhamento dos lotes (alternando, nas fachadas, as coberturas com ou sem platibandas). Nos lotes de esquina, principalmente, predominam residências maiores e com recuos frontais ou laterais ajardinados.

Os edifícios mais simples foram **construídos sobre os limites dos lotes**, dispondo apenas de **discretos afastamentos em um dos lados**, na tentativa de responder às questões higienistas da época que demandavam maior ar e iluminação aos cômodos intermediários. Nesses exemplares repetiam-se as mesmas coberturas de telhados em duas águas voltados para as vias e quintais, esquema usado na arquitetura colonial (Figura 94). Em alguns casos eram usadas platibandas para dar acabamento às fachadas (Figuras 94, 95 e 96).



Figura 94 – Vista parcial das residências construídas na Rua Coronel Joaquim Leite, na Vila Monte Negro. Fonte: Autora, 2016.

Nota-se que todas as residências foram construídas sobre o alinhamento frontal dos lotes, com pequenos recuos em um dos lados. As aberturas são voltadas para a via e nas coberturas foram usados os telhados em duas águas. As fachadas possuem poucos ornamentos. Nesse conjunto de casas observa-se que alguns edifícios passaram por obras e reformas que resultaram na subtração de alguns elementos característicos da arquitetura eclética do século XIX, principalmente nas aberturas.



Figura 95 – Residência localizada na Rua Dr. João Mendes, na Vila Monte Negro.

Fonte: Autora, 2016.

Esta residência segue o sistema de implantação predominante no bairro (alinhado sobre os limites do lote). Possui um pavimento, elevado do solo. A cobertura foi feita com telhado em quatro águas, com platibanda.

Nas aberturas foram acrescentados alguns ornamentos nos quais podem ser vistos alguns desenhos de Cruzes de Portugal, o que levanta a hipótese de que ali residia inicialmente uma família portuguesa, possivelmente vinda da Colônia de Nova Louzã com o Comendador Monte Negro.



Figura 96 – Residência localizada na Rua Dr. João Mendes, na Vila Monte Negro.

Fonte: Autora, 2016.

Neste edifício, além dos elementos já mencionados nos exemplos anteriores (implantação, recuos, cobertura, ornamentos...), observa-se que no fechamento do pequeno recuo lateral sobre a via é usado um gradil em ferro (pequeno portão de ferro, no canto inferior direito da imagem).

As casas com maiores inovações em suas implantações apresentavam **recuos laterais e/ou frontais** com dimensões mais expressivas. Principalmente nos lotes de **esquina**, as novas construções eram projetadas com um (...) “alpendre dando para jardim lateral sempre florido” (LEMOS, 1999, p. 252) (Figura 97).

Os cômodos internos tinham janelas para o exterior, já que os recuos possibilitavam maior privacidade, garantindo maior bem-estar, luz natural, ventilação e conforto térmico.



Figura 97 – Residências construídas na Rua Júlio de Mesquita, na Vila Monte Negro. Observa-se o uso de jardins tanto nos recuos frontais (a exemplo da casa azul, no canto direito da foto) quanto nos laterais (na casa de esquina).

Fonte: Autora, 2016.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Ainda que esta solução tenha sido usada em grande parte dos lotes de esquina, não existia uma relação de exclusividade, podendo-se encontrar essa mesma tipologia em lotes de meio de quadra (Figuras 98, 99 e 100). As coberturas eram constituídas de **telhados de quatro águas**.



Figura 98 – Residências localizadas na Rua Dr. João Mendes, na Vila Monte Negro.

Fonte: Autora, 2016.

Nessas residências observa-se uma mudança na forma de implantação. São usados recuos frontais, onde são criados pequenos jardins com canteiros, e o afastamento lateral possui dimensões maiores, já correspondendo à passagem do automóvel. O sistema de cobertura também evoluiu, passando a ser constituído por dois planos de quatro águas, um demarcando a entrada principal e outro, maior, sobre o volume da casa.



Figura 99 – Residência localizada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, em frente à antiga Estação Ferroviária.

Fonte: Autora, 2016.

Quanto à implantação da construção, esta residência ainda foi parcialmente construída sobre os limites da via, tendo recuo frontal apenas sobre a entrada principal. Na cobertura, mantém-se o frontão, adotam-se os telhados em quatro águas e mãos francesas em madeira. Nas aberturas observa-se o uso das bandeiras.



Figura 100 – Residência localizada na Av. Dr. Quirino dos Santos, principal via da Vila Monte Negro.

Fonte: Autora, 2016.

Esta residência está localizada na principal via do bairro e ao fundo da Estação. Implantada em terreno irregular, a construção encontra-se destacada de todos os limites do terreno. A cobertura é formada por dois planos de quatro águas. Nas aberturas, usa-se a veneziana, com vidraça por dentro. O fechamento do terreno é feito por meio de muro baixo, associando a alvenaria de tijolo e o gradil de ferro.

Ao mesmo tempo em que os sistemas de implantação usuais iam evoluindo, mudavam também as características estéticas. Para FABRIS (1993, p. 138), “mesmo as camadas menos abastadas, que não podem se pautar pela monumentalidade, optam, entretanto, pelo ornamento, qualificando as fachadas de suas habitações com detalhes decorativos”.

Os **ornamentos** ainda hoje preservados nos dão a conhecer dados históricos que em muitos casos não foram registrados ou documentados oficialmente. Na Vila Monte Negro a existência de “Cruzes de Portugal”¹¹ aplicadas em relevo sobre as portas, janelas ou nas platibandas em algumas casas do bairro são informações importantes para o reconhecimento da história e da ocupação de um espaço ainda tão pouco estudado sobre Pinhal (Figura 101).

RESIDÊNCIAS DA VILA MONTE NEGRO: ORNAMENTOS



Figura 101a – Fachada de residência localizada na Vila Monte Negro.
Fonte: Autora, 2016.

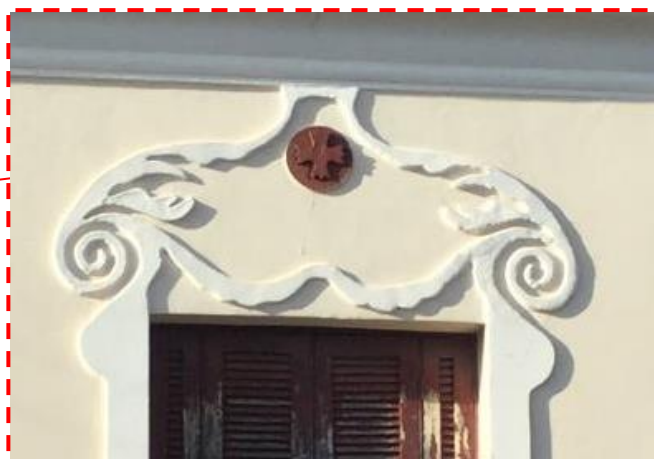


Figura 101b – Detalhe. Ornamento sobre as aberturas com desenho de Cruz de Portugal.
Fonte: Autora, 2016

Figura 101 - Residência localizada na Vila Monte Negro.

Fonte: Autora, 2016.

Em cima das portas e janelas encontram-se ornamentos, em massa, com o desenho de Cruzes de Portugal, símbolo de Portugal (Figura 199b). Tais detalhes, ainda hoje preservados, fornecem dados sobre as famílias que residiram no bairro no início do século XX. Neste caso, provavelmente trata-se de família portuguesa vinda da Colônia de Nova Louzã com o Comendador Monte Negro.

¹¹ A Cruz de Portugal também é conhecida como a Cruz da Ordem de Cristo e foi um símbolo nacional de Portugal. Por vezes ela é confundida com a Cruz de Malta, contudo, esta tem quatro pontas, ou seja, não forma uma letra “V” como a Cruz de Malta, que tem oito pontas.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Dentro do conjunto de residências localizadas na Vila Monte Negro, duas construções datadas do último quartel do século XIX se destacam na paisagem urbana. São elas o “**chalé**” do Comendador Monte Negro (Figura 102) e a **casa da Antônio Augusto Antunes** (Figura 103).



Figura 102 (esq.) - Vista da fachada principal do Chalé.

Fonte: Autora, 2016.

Figura 103 (dir.) - Antiga residência de Antônio Augusto Antunes.

Fonte: Autora, 2016.



3.1.3 Os armazéns de café

Com a implantação dos trilhos de ferro aparecem as gares e os primeiros **armazéns e galpões** de café na cidade¹².

Os núcleos ferroviários são compostos por “grupos de edifícios e espaços envoltórios, vinculados entre si em função do processo produtivo” (RUFINONI, 2013, p.192). São conjuntos construídos que, apesar da diversidade de edificações, mantêm uma homogeneidade volumétrica e horizontalidade.

Analisando-se as características arquitetônicas e o traçado urbano da **Vila Monte Negro**, tanto na época como atualmente, percebe-se que os **armazéns menores** foram construídos ao longo da **Rua Barão de Motta Paes**, via que tem como ponto inicial o Chalé do Comendador.

Os **armazéns de maior porte** estão localizados na **Avenida Oliveira Motta**, ao longo dela ou em pequenas travessas (Figuras 104 a 107).

¹² Além das quadras nos entornos da Rua Barão de Motta Paes e Av. Oliveira Motta, foram construídos também alguns armazéns próximos à Igreja de Nossa Senhora Aparecida no início do século XX (área distante da Vila Monte Negro), a exemplo dos armazéns da Rua Dias Ferreira e Armazéns dos Irmãos Mônica (ambos identificados na listagem produzida pela Associação Pinhalense de Cultura em 1985).



Figura 104 – Antigo armazém localizado na Rua Prefeito Lessa.

Fonte: Autora, 2016.



Figura 105 – Antigo armazém localizado na Rua Luiz Gama. Demolido em 2019.

Fonte: Autora, 2016.



Figura 106 – Antigo armazém localizado na Rua Prefeito Lessa. Devido às suas grandes dimensões, atualmente o edifício foi dividido internamente e é ocupado por diversos estabelecimentos de prestação de serviços.

Fonte: Autora, 2016.



Figura 107 – Antigo armazém localizado na Rua Dr. Carolino Motta e Silva.

Fonte: Autora, 2016

As características de parcelamento do solo em regiões ocupadas e influenciadas pela ferrovia apresentam um ordenamento espacial voltado para o atendimento das atividades industriais a ela relacionadas. A procura pela funcionalidade e otimização de fluxos de produtivos refletem-se na distribuição de edifícios fabris ao longo de importantes vias.

Em Pinhal, os armazéns localizados entre a Rua Barão de Motta Paes e a Avenida Oliveira Motta configuram um **conjunto** edificado (Figura 108 e 109). As suas implantações ao longo das vias permitem o reconhecimento de diferentes períodos do processo de urbanização local, reforçado pelos eixos existentes entre os dois núcleos da cidade (a área central e o bairro ferroviário).

A respeito das características arquitetônicas dessas construções, os **armazéns** implantados na **Rua Barão de Motta Paes**, de menor escala, respeitam os **mesmos gabaritos de altura das casas** da Vila Monte Negro (Figura 110).

Por meio dos registros fotográficos encontrados no Álbum de Pinhal (1903) e na Revista Polianteia (1949) é possível reconhecer que estes foram construídos em alvenaria e sem rebocos

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

nas paredes externas, deixando os **tijolos aparentes** (Figura 111). Hoje aqueles que foram preservados apresentam, contudo, reboco e pintura na fachada principal.

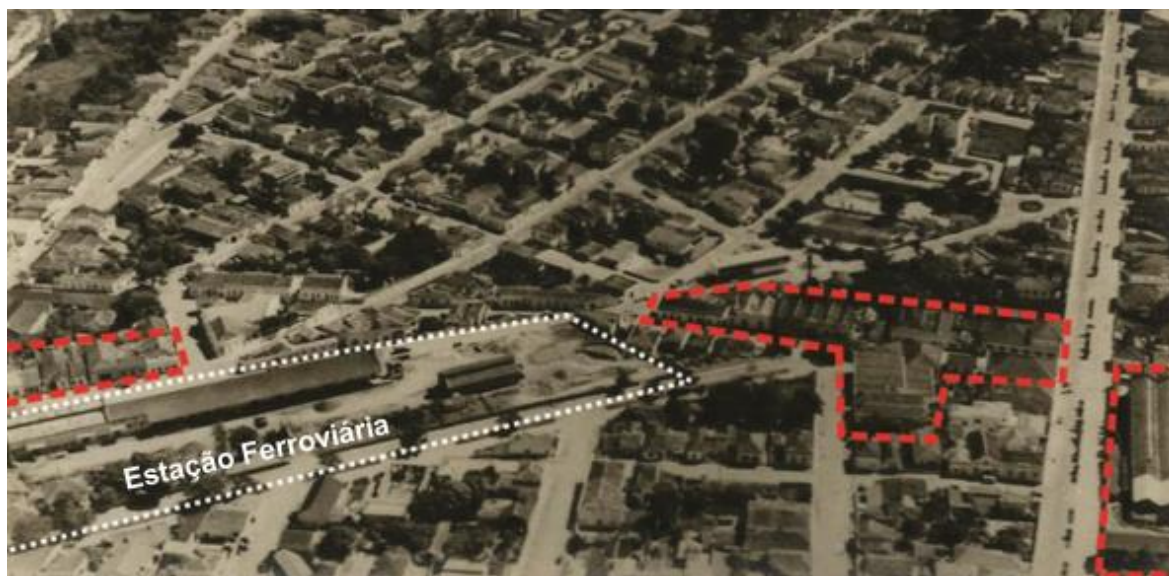


Figura 108 - Vista parcial de Espírito Santo do Pinhal, meados de 1968/69.

Fonte: Acervo de Ricardo Mateus Olivi.

Pode-se observar (em destaque na imagem) alguns dos antigos armazéns construídos nas proximidades da Av. Oliveira Motta. Nota-se um conjunto de armazéns na Praça Motta Sobrinho (antigo largo da Estação – no canto esquerda da fotografia), outro entre as ruas Prefeito Lessa, Dr. Luiz Gama e Av. Oliveira Motta, e o armazém da indústria Votorantim localizado na Av. Oliveira Motta (no canto inferior direito da foto).

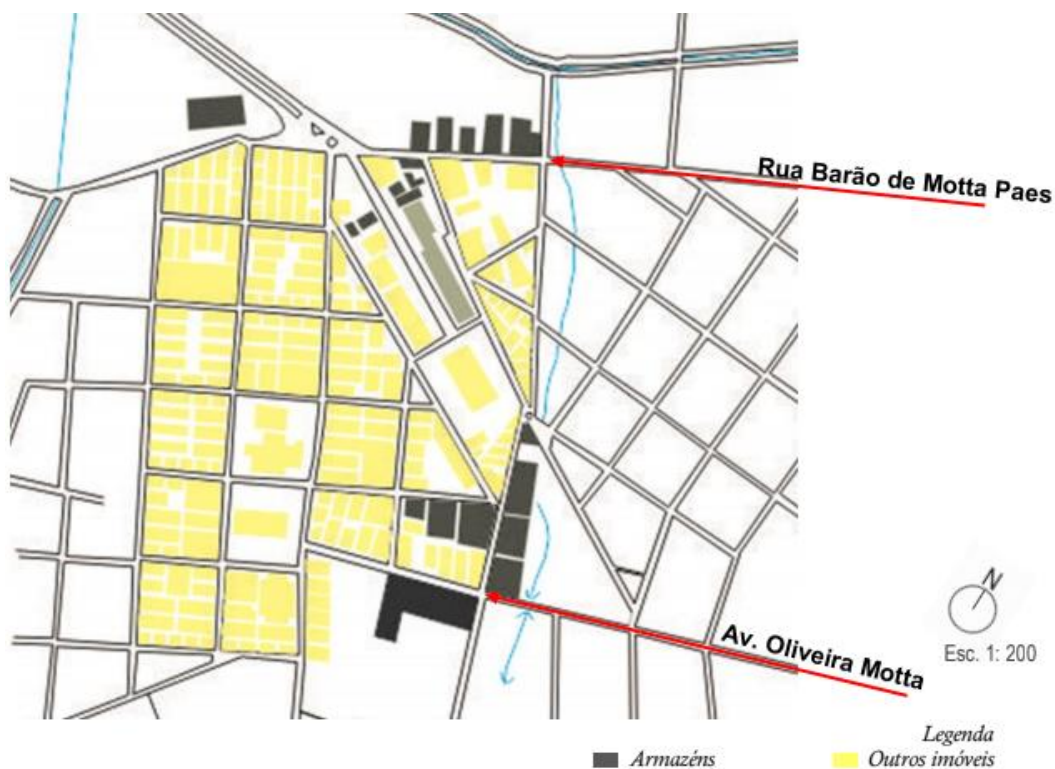


Figura 109 – Mapeamento dos antigos armazéns ainda preservados na Vila Monte Negro.

Fonte: Autora, 2016.



Figura 110 – Propaganda do antigo Pastifício Moderno Pinhalense, cujo edifício foi construído na Rua Barão de Motta Paes (hoje demolido).
Fonte: Polianteia, 1949.



Figura 111 – Propaganda de antigo armazém para beneficiamento de café, localizado na Rua Barão de Motta Paes.
Fonte: Polianteia, 1949.

Nestes registros fotográficos pode-se perceber que construções para uso industrial do bairro não continham grandes dimensões e o seus gabaritos de altura e ornamentos de fachada eram similares às demais residências e comércios da rua.

A **Avenida Oliveira Motta** e seu entorno possuem **uma diversidade maior de tipologias**. Nessa área podem-se encontrar tanto conjuntos de armazéns externamente rebocados ou com tijolos aparentes, com platibandas ou sem essas.

Quanto à implantação nos lotes não há diferenças entre eles. Todos foram construídos sobre todos os alinhamentos dos lotes, salvo poucos casos à parte¹³ (Figura 112). Nesse aspecto, Nestor Goulart Reis Filho (2014, p.84) destaca:

¹³ Apenas o antigo armazém de Lourenço Westin, na Vila Monte Negro, encontra-se implantado na porção central do lote, desvinculado de todos os alinhamentos. O armazém da indústria Votorantim é constituído, na verdade, de um conjunto de grandes armazéns, todos construídos principalmente sobre o alinhamento da Avenida Oliveira Motta.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

(...) Mesmo as indústrias, cujas condições de implantação e dimensões diferiam fundamentalmente de tudo o que até então existia, adaptavam-se aos tipos tradicionais de relacionamento com os lotes. Ressentindo-se de compromissos de um passado recente com o ambiente doméstico, quer em sentido espacial, quer em sentido social, acomodavam-se em galpões com feições de residências, edificados em tijolos, sobre os limites das vias públicas. As preocupações arquitetônicas encaminhavam-se no mesmo sentido que as residências, concentrando-se em detalhes de janelas, de acordo com os estilos em voga, fossem acadêmicas, neocoloniais ou mesmo 'modernas'. (REIS FILHO, 2014, p.84)



Figura 112 - Conjunto de armazéns construídos na Rua Prefeito Lessa.

Fonte: Autora, 2016.

O conjunto edificado na Rua Prefeito Lessa ilustra a diversidade de tipologias da arquitetura fabril construídos em Pinhal. À esquerda observa-se amplo galpão, contendo sete divisões. Foi construído em alvenaria de tijolos com reboco, externo e interno, com tesouras em madeira e cobertura com telhas. Hoje o edifício abriga mais de um uso (desde uma escola de dança até oficinas mecânicas).

Os demais armazéns, também construídos em alvenaria de tijolos, adotam, no dizer de Nestor Goulart Reis Filho (2014, p. 84), “feições de residências”. As preocupações arquitetônicas de seus projetos concentraram-se em detalhes sobre as aberturas e nas platibandas avantajadas que ocultam os telhados.

Todos os edifícios desta rua, sejam eles armazéns ou estabelecimentos comerciais, foram implantados sobre o alinhamento frontal dos lotes, com recuos em apenas um dos lados.

3.1.4 O legado da ferrovia na paisagem urbana pinhalense: permanências e transformações

A **decadência da produção cafeeira** a partir de **1930** significou também a **decadência da rede ferroviária**.

As rodovias, mais modernas e velozes, logo se tornaram alternativas mais eficientes do que o sistema ferroviário, permitindo ao país “mais uma vez encurtar distâncias e atingir maior velocidade de comunicação e crescimento” (BEM, 2014, p.168). As linhas de trem continuaram em atividade, simultaneamente às estradas de rodagem, contudo, não se mostraram capazes de acompanhar o novo ritmo imposto pelos transportes modernos.

Nas décadas de **1940** e **1950**, quando a ferrovia já estava em claro processo de desuso, o transporte coletivo de passageiros em Pinhal passou a ser feito também por meio de **ônibus**, popularmente conhecidos como “jardineiras”. A cidade dispunha, na época, da estação

ferroviária, localizada na Vila Monte Negro, e do terminal rodoviário, construído na Praça Rio Branco (em frente à Prefeitura).

Com a desativação das linhas férreas, ocorrida na década de 1950, o transporte de cargas e pessoas pelas rodovias se intensificou.

Nessa época foi criado o “Expresso Pinhal”, empresa com frota de caminhões que fazia o deslocamento de cargas e entregas entre Pinhal e São Paulo. Dez anos depois, em 1960 foi asfaltada a estrada que liga Espírito Santo do Pinhal e a capital paulista (atual SP-340 – Rodovia Governador Ademar Pereira de Barros), facilitando os deslocamentos entre as cidades da região.

Em meados de **1980**, foi construído o **novo terminal rodoviário** de Pinhal, na **Vila Monte Negro**.

O antigo terminal, localizado na Praça Rio Branco (Figura 113), foi desativado e o novo foi erigido na **Avenida Quirino dos Santos**, nos fundos da estação de trem e ocupando parte do lote originalmente destinado ao conjunto ferroviário (Figura 114).



Figura 113 - Antiga estação rodoviária.
Fonte: TORRES, 2006, p. 52.



Figura 114 - Atual estação rodoviária.
Fonte: TORRES, 2006, p. 53.

A construção da **estação rodoviária** de Pinhal na **Vila Monte Negro**, aliada às políticas de modernização da economia da época, deu início a uma série de mudanças nas formas de ocupação das áreas próximas aos limites do perímetro urbano.

O município de Espírito Santo do Pinhal, incentivado pela industrialização e êxodo rural, passou a apresentar a partir da década de 1980 um crescimento populacional e, na economia, um aumento das atividades de prestação de serviço e comércio.

Ao longo da Avenida Washington Luiz foram instaladas diversas indústrias, principalmente de produção de máquinas (tanto agrícolas como para outros fins).

Novos bairros, em geral de renda médio-baixa, foram sendo criados para responder às demandas habitacionais, ampliando novamente o perímetro urbano.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

No caso da **Vila Monte Negro**, nota-se que o adensamento populacional impulsiona dois movimentos distintos: 1) A **modernização do bairro**, percebida na construção de novas residências e criação de novos estabelecimentos comerciais; 2) A **valorização da memória** associada às relações de trabalho e aos modos de vida que caracterizavam tanto o bairro como a cidade de Espírito Santo do Pinhal até a primeira metade do século XX e que se encontravam em risco.

Não por acaso, em 1985, a Associação Pinhalense de Cultura pediu ao CONDEPHAAT a abertura do processo de tombamento do núcleo urbano histórico de Espírito Santo do Pinhal, colocando em pauta a problemática da preservação de conjuntos arquitetônicos do século XIX e XX e, consequentemente, a **preservação da paisagem ferroviária**.

Ainda que nem todos os imóveis listados pela Associação Pinhalense tenham sido laureados com a proteção estadual, o tombamento da Estação Ferroviária e as leis que estabeleciam a área envoltória (trezentos metros do bem tombado) garantiram, mesmo indiretamente, a **preservação do conjunto da Vila Monte Negro**.

Hoje é possível perceber que o bairro não sofreu grandes modificações estruturais. O conjunto arquitetônico ainda conserva as características essenciais referentes à identidade da Vila, principalmente nos **imóveis de uso residencial**.

Na grande maioria dessas edificações os elementos arquitetônicos de maior destaque nas **fachadas** foram preservados e, principalmente, são respeitadas às **relações entre lote/edificação e o gabarito de altura** (Figuras 115 e 116).



Figura 115 - Residências da Vila Monte Negro, Rua Dr. Júlio de Mesquita.

Fonte: Autora, 2016.

Neste exemplo vê-se uma testada composta tanto por residências que preservam suas características originais do final do século XIX quanto por alguns imóveis reformados e descaracterizados. Contudo, percebe-se que em todos os casos são mantidas as relações entre as implantações e os limites dos lotes, estabelecidas na época da construção do bairro, em 1889.



Figura 116 - Residências da Vila Monte Negro. Rua Dr. João Mendes.

Fonte: Autora, 2016.

Esta testada da Rua Dr. João Mendes destaca-se como um registro relevante para a compreensão das tipologias arquitetônicas presentes na Vila Monte Negro. Encontram-se tanto residências construídas nos alinhamentos dos lotes, com aberturas na fachada voltada para a via, quanto também residências que já apresentam algumas evoluções, principalmente o recuo frontal demarcado por jardins e a varanda como espaço de transição para a área interna da casa. E ainda, observam-se construções que passaram por sucessivas reformas que apagaram as suas principais características arquitetônicas de época, mas a volumetria, o gabarito de altura e os recuos originais são mantidos (a exemplo da casa da esquina – à direita na foto).

Tais aspectos permitem o reconhecimento e a leitura de cada exemplar edificado como parte de um **conjunto arquitetônico e urbano, destacando-o na paisagem de Espírito Santo do Pinhal.**

Foram os **armazéns**, contudo, que sofreram as **maiores transformações**, especialmente a partir do terceiro quartel século XX.

Em decorrência da desativação da linha férrea e da decadência da produção cafeeira, muitos armazéns acabaram **mudando ou perdendo seus usos**. Principalmente aqueles implantados ao longo da Rua Barão de Motta Paes, e que ocupavam grandes lotes de esquina, foram sendo aos poucos vendidos e posteriormente demolidos para a construção de postos de combustíveis¹⁴.

Já os demais armazéns, construídos em vias de menor circulação ou mais próximos da antiga estação ferroviária, foram, em sua maioria, mantidos e hoje são ocupados por **usos comerciais e de prestação de serviço**.

Sem desconsiderar eventuais reformas, alterações e estados de conservação, os antigos armazéns que foram preservados são elementos marcantes no acervo edificado de Pinhal.

A construção do **Portal Turístico de Espírito Santo do Pinhal** (Figura 117), em meados do ano de 2000, **inspirado na arquitetura dos antigos armazéns de café** reforça a identificação dos pinhalenses com sua história e com seu patrimônio arquitetônico, especialmente o patrimônio ferroviário, para além do seu conjunto central tombado.

¹⁴ A exemplo do armazém onde havia a primeira máquina a vapor de benefício do café, construída na Rua Barão de Motta Paes, próximo à residência do Comendador Monte Negro.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Figura 117 - Portal Turístico de Pinhal. Projeto arquitetônico inspirado nos armazéns de café construídos na cidade.

Fonte: Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal. Disponível em: <<http://www.camarapinhal.sp.gov.br>>. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

3.2 A Vila Norma

Entre os anos de 1933 e 1939 a indústria nacional cresceu, assumindo posição de destaque na economia junto com a agricultura.

A superação da estrutura de privilégios do domínio agrário veio a acontecer na chamada “Era Vargas” (1930 – 1945), mediante as políticas impostas pelo Estado. Novas leis, códigos e determinações deram amparo ao processo de modernização do país, que rumava para a construção do capital industrial.

Na década de **1940** as tendências de migração já apontavam para o deslocamento de populações da área rural para a urbana. Nesse período as grandes capitais passaram por importantes obras de modernização, caracterizadas pela **organização da hierarquia viária** e definição de políticas de construção por meio de **códigos edificatórios**.

O conjunto de tentativas de **planejamento urbano no Brasil**, registrado no período entreguerras, indica um desejo de integrar o país às nações desenvolvidas. Todavia, enquanto metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo passavam por reformas estruturais inspiradas nos padrões europeus, nas cidades de menor porte as intervenções modernizadoras significavam efetivamente mudanças nas suas infraestruturas.

Em **Espírito Santo do Pinhal**, as primeiras grandes **obras públicas** foram realizadas a partir da segunda metade da década de **1930**. Dentre elas destacam-se: o Asilo de Mendicidade,

inaugurado em 1934, a Escola Profissional Agrícola Industrial Mista Regional (mais conhecida como “Escola Agrícola”) e a Assistência Dentária Escolar “D. Lucinda da Motta”, ambas criadas em 1935.

A década de **1940**, por sua vez, é marcada pela abertura de diversas agências bancárias, publicação de novos jornais e, no campo da construção civil, a inauguração do **Estádio Municipal “Dr. Fernando Costa”** em 1945 (Figuras 118 e 119).



Figura 118 – Vista parcial das arquibancadas do Estádio Municipal Dr. Fernando Costa. Registro fotográfico da década de 1950.

Fonte: Grupo Conecta Pinhal. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/comunidaderegionalsaojoao/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2017.



Figura 119 – Piscinas do complexo esportivo, projetadas por José Costa na década de 1940.

Fonte: Grupo Conecta Pinhal. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/comunidaderegionalsaojoao/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2017.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

O **estádio** se localiza na região sudeste da cidade, avançando sobre terras ainda rurais, próximas ao entorno da Prefeitura Municipal. A topografia em declive foi fator determinante para retardar a urbanização dessa área. Para a construção do Estádio foi necessária a terraplanagem e drenagem de alguns terrenos alagadiços (brejos). As obras tiveram início em 1940 e foram concluídas após cinco anos.

Próxima ao Estádio Municipal, em **1947** foi inaugurada a **Escola Estadual Cardeal Leme** (Figura 120).



Figura 120 – Escola Estadual Cardeal Leme, no ano de 1960.

Fonte: Grupo Conecta Pinhal. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/comunidade regional saojao/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2017.

A partir da década de **1950** a **atividade industrial** ganhou maior expressividade em Pinhal. O aumento no número de indústrias e a queda na produção do café resultam em sucessivos movimentos de **êxodo rural**.

Com o crescimento da população urbana surgiram demandas por habitações. **Novos bairros**, loteamentos e conjuntos habitacionais começaram a ocupar antigas áreas de pastagens, chácaras e fazendas que rodeavam a cidade.

Dentre os novos bairros criados na década de 1950, a **Vila Norma** foi o que passou a ocupar áreas mais próximas do núcleo urbano. Foi implantada sobre uma parcela de antiga chácara do **sr. Antônio Costa**, localizada imediatamente ao lado do Estádio Municipal e da Escola Cardeal Leme (Figura 121).

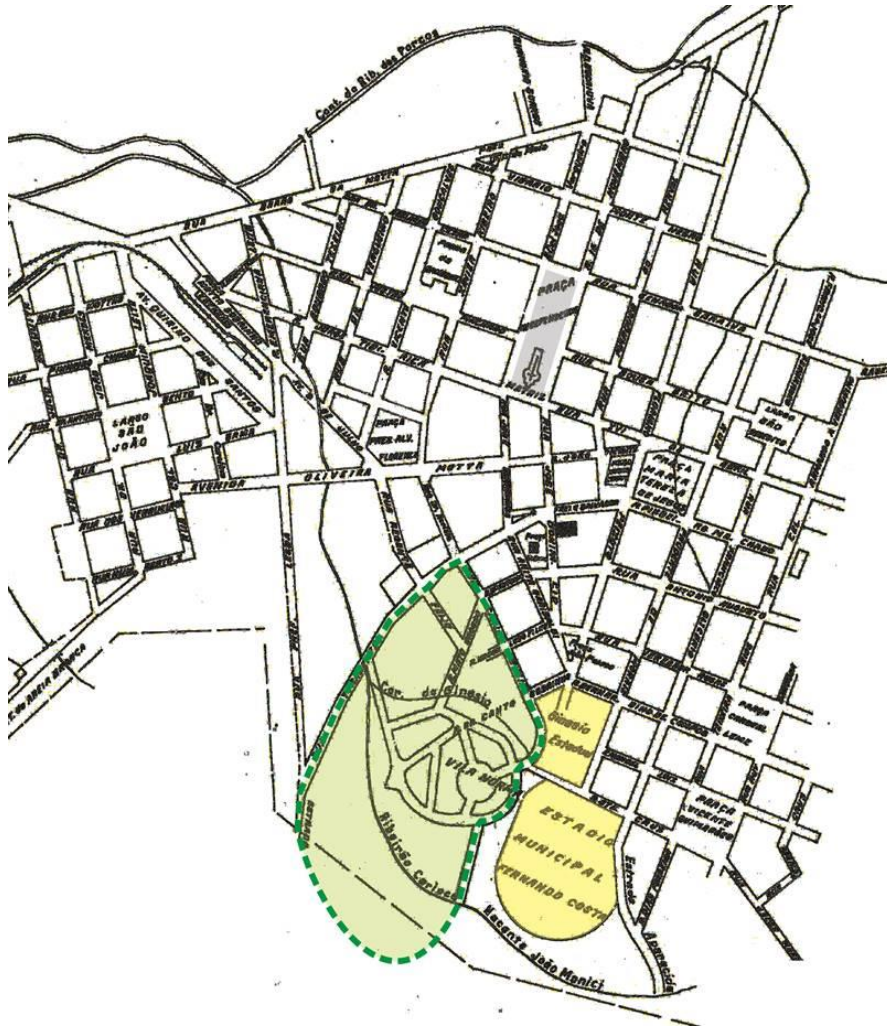


Figura 121 – Mapa parcial de Espírito Santo do Pinhal, 1953. Em destaque os lotes ocupados pelo Estádio Municipal, Escola Estadual Cardeal Leme (ambos em amarelo) e área total da antiga chácara do sr. Antônio Costa, sobre a qual criou-se a Vila Norma (em verde).

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/mapa_carto/BR_APE_SP_IGC_IGG_CAR_I_P_0090_001_001>. Acesso em: 12 de junho de 2015.

O sr. Antônio Costa foi prefeito municipal por dois mandatos, primeiro de 1948 a 1951 e posteriormente entre 1960 e 1963. Era também proprietário da **Construtora Antônio Costa S/A**.

Percebendo que as terras no entorno do Estádio Municipal estavam sendo valorizadas, devido à sua crescente ocupação, Antônio Costa desmembrou parte de sua chácara para a construção do bairro da **Vila Norma**.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

O projeto do loteamento ficou a cargo de seu irmão, **José Costa** (Figura 122), e data de **1953**¹⁵.



Figura 122 – José Costa.
Fonte: TORRES et. al., 2006, p.134.

O fato de Antônio Costa ser proprietário de uma construtora e seu irmão um profissional da construção civil já conhecido na cidade influenciaram positivamente na execução dessa empreitada e sua aceitação por parte da população.

Para Sylvia Ficher (2005), até a primeira metade do século XX o negócio da construção no Estado de São Paulo envolvia, em geral, dois tipos de firmas particulares: aquelas que possuíam seus operários, equipamentos e maquinários; e aquelas que trabalhavam por administração. A Construtora Antônio Costa enquadrava-se no primeiro grupo.

Essas firmas particulares cuidavam de todas as etapas necessárias para a realização de uma obra: o projeto, o orçamento e a execução. Quanto ao desempenho individual dos profissionais desse campo, “arquitetos ou engenheiros, diplomados ou práticos, em geral eram todos ou proprietários de firmas ou seus empregados” (FICHER, 2005, p.241). No caso da Vila Norma, em Pinhal, o trabalho de José Costa estava diretamente vinculado à Construtora Antônio Costa.

Costinha, como era mais conhecido na cidade, **planejou um bairro em forma circular**.

O lote central foi destinado à construção da **Igreja de Santo Antônio**, projetada por ele no início da década de **1960**.

O entorno do Largo de Santo Antônio foi dividido em três quadras, com a topografia mais plana. As demais quadras foram implantadas na direção sul, onde o terreno é mais acidentado (com declives acentuados).

¹⁵ Nos arquivos municipais não foram encontrados documentos e informações que precisassem a data original do projeto da Vila Norma, era sabido apenas que foi construído na década de 1950. No acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo constam alguns mapas da cidade. Na cartografia de 1952 o bairro ainda não existia, sendo registrado no mapa do ano seguinte (1953).

Quanto à **divisão dos lotes**, aqueles que estão localizados no entorno da praça da igreja possuem formas mais irregulares (trapézios, em geral), topografia plana e dimensões maiores (entre quinze e vinte metros de frente e de vinte até trinta metros nas laterais). Os demais contam, em média, com 10 (dez) metros de frente e 20 (vinte) nas laterais. Havia no total 93 (noventa e três) lotes disponíveis na época de sua construção (Figura 123).



Figura 123 – Implantação original da Vila Norma. Fonte: Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

De acordo com o relato de antigos moradores da Vila, a Rua Valdomiro Vergueiro, eixo que dá para a entrada principal da Igreja de Santo Antônio¹⁶, era a via de maior fluxo do bairro, desde a sua origem (Figura 124).



Figura 124 - Implantação da Vila Norma. Em destaque a Igreja de Santo Antônio (em laranja) e a Rua Valdomiro Vergueiro.

Fonte: Autora, 2016. (Mapa produzido a partir de mapeamento digital disponibilizado pela Prefeitura e cópia da implantação original do bairro disponibilizada por Thais. H. V. Costa).

As **primeiras casas** foram construídas no entorno do Largo de Santo Antônio em meados de **1956** (Figura 125). Tais residências foram projetadas por **José Costa** e apresentam elementos de inspiração na **arquitetura moderna brasileira**.

Os demais lotes foram sendo ocupados durante a década de 1960, assim como a Igreja¹⁷.

¹⁶ A Igreja de Santo Antônio se destaca na paisagem do bairro não só por sua implantação privilegiada, no lote central e mais alto, mas também por sua arquitetura. Em meio a um conjunto residencial onde prevalece a arquitetura moderna, a igreja foi construída com inspirações no barroco mineiro.

¹⁷ Quando as primeiras casas do bairro foram construídas a Igreja de Santo Antônio ainda não existia e as ruas ainda eram de terra batida. José Costa foi o autor do projeto para a Igreja, que veio a ser construída em 1960. Para viabilizar a execução de sua obra, os moradores precisaram realizar quermesses e festas a fim de arrecadar fundos. Danilo J. C. Golfieri, morador da primeira casa do bairro, conta que sua tia



Figura 125 – Primeiras residências da Vila Norma (em laranja), projetadas por José Costa em 1956.
Fonte: Autora, 2016. (Mapa produzido a partir de mapeamento digital disponibilizado pela Prefeitura e cópia da implantação original do bairro disponibilizada por Thais. H. V. Costa).

A proximidade com a escola pública, com o estádio municipal e com a área central certamente foram fatores que incentivaram a sua rápida aceitação. Já na década de 1970 a Vila Norma tinha todos os lotes ocupados e residências construídas, apresentando a mesma forma que se mantém até hoje.

3.2.1 José Costa e a arquitetura moderna em Pinhal

Desde a segunda metade da década de 1930, as tendências modernizantes, ou não acadêmicas, já estavam em plena assimilação nas cidades brasileiras. Enquadravam-se nesse processo, inicialmente, as arquiteturas mais engajadas de modernidade, isto é, aquelas baseadas em princípios ou praticadas por arquitetos antagônicos aos valores tradicionalistas e que consagraram a **imagem do modernismo nacional**.

Denise foi a segunda noiva a se casar na Igreja de Santo Antônio, em cerimônia realizada no ano de 1963.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

A nova arquitetura brasileira espelhava-se no cenário internacional da construção civil. Sem desconsiderar as particularidades locais, as obras brasileiras baseavam-se principalmente nos “cinco pontos da nova arquitetura” preconizados por pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier em 1926. A saber: 1 – Volume construído elevado em pilotis; 2 – Planta livre com estrutura independente; 3 – Fachada livre; 4 – Janelas dispostas na horizontal (*fenêtre en longueur*); 5 – Terraço-jardim (SEGAWA, 2014).

Após ser adotada pelo governo como estilo oficial e pelas classes mais abastadas como símbolo de status, a **arquitetura moderna brasileira** foi assumida também por outros extratos sociais em ascensão. Além das grandes obras produzidas nas capitais, podem ser encontrados elementos do modernismo aplicados em residências de **classe média** nas periferias e cidades do interior, como é o caso da Vila Norma em Espírito Santo do Pinhal.

O sucesso da assimilação dessa arquitetura pode ser medido, portanto, nas diversas residências construídas em sítios urbanos afastados dos grandes centros que apresentam elementos do modernismo redesenhados e adaptados, sendo a maioria não projetada por arquitetos.

O vocabulário da arquitetura moderna foi divulgado por diferentes meios. A facilidade de deslocamento para as capitais configurou um instrumento para que todos os profissionais da época pudessem construir seus repertórios arquitetônicos baseados nos nomes mais conhecidos da arquitetura brasileira. Essa exposição aos elementos formais modernistas muitas vezes são visíveis em projetos que, na verdade, são imitações de residências das classes mais favorecidas¹⁸, edifícios resultantes da documentação de fachadas (LARA, 2005).

Mas foram as mídias que produziram a divulgação mais maciça da nova arquitetura nacional, especialmente os artigos e propagandas publicados nos periódicos da década de 1950.

Além da arquitetura, as propagandas apresentavam aparelhos domésticos, materiais de construção, automóveis, vestimentas, e outros equipamentos modernos, construindo um cenário ideal e moderno a ser consumido pela população. À medida que os novos hábitos sociais foram sendo assimilados, comerciantes, empresários, profissionais liberais e demais membros da classe média passaram a demandar a construção de suas residências para engenheiros e construtores, ou profissionais autodidatas e estudantes de arquitetura quando não existiam arquitetos locais titulados.

¹⁸ O advogado Danilo J. C. Golfieri, antigo morador da primeira residência projetada por Costinha na Vila Norma, relatou, em entrevista à autora, que seu pai em uma viagem para Maceió espantou-se ao encontrar uma casa "idêntica a sua", nas palavras de Danilo. Não sabemos ao certo que residência era essa, mas tal fato reforça a afirmação de que os exemplos encontrados nas revistas e livros de arquitetura da época influenciaram os projetos de arquitetos locais como José Costa.

Principalmente no caso dos **autodidatas da construção civil**, muitas vezes seus projetos funcionavam como uma ponte entre o modo de vida ainda tradicional, expresso nas plantas-baixas, e o desejo de modernidade, característico das fachadas.

Essa aspiração de uma sociedade que quer se fazer moderna e a assimilação de elementos da nova arquitetura brasileira, por parte dos arquitetos e engenheiros, em **Espírito Santo do Pinhal** evidencia-se especialmente a partir da década de **1950**, período em que José Costa inicia seus projetos residenciais na **Vila Norma**.

3.2.2 O conjunto arquitetônico da Vila Norma

No ano de 2016 foi lançado em Pinhal um livro de pequenos contos sobre fatos marcantes do passado da cidade, intitulado “A Fala dos Pinhais” (NOGUEIRA *org.*, 2016). Este compilado de depoimentos traz uma série de informações sobre o desenvolvimento da cidade, relatados do ponto de vista de seus moradores. Entre eles merece especial atenção o conto “A ‘minha’ Vila Norma”, escrito por Dulcinéa Braga dos Reis Raimundo. Dulcinéa nasceu na cidade de Santa Rita de Caldas, em Minas Gerais, mas mudou-se para Pinhal ainda pequena, em julho de 1960. A autora relata:

(...) Instalados enfim em nossa residência, numa cidade e em um bairro onde tudo era novo e diferente para uma menina vinda de uma cidade menor; o lugar, porém, era também tranquilo e sossegado. No Largo, além da Igreja, ainda inacabada, só havia quatro residências. Em frente à nossa, residia uma família formada por um casa com uma filha e dois jovens rapazes. Minha mãe, mineira que era, logo fez amizade com a dona da casa. Assim, viemos a conhecer D. Lydia Pierotti, e seus filhos: Dilza, Roberto e José Hamilton¹⁹. Mais ao lado, outra residência, de um casal morador de São Paulo e que, frequentemente, vinha a Pinhal. Era o casal D. Lilian e o doutor Raul Vergueiro²⁰.

No lado oposto do Largo, mais atrás da Igreja, em outra das quatro casas, morava um casal com quatro filhas.

A igreja, ainda em fase de acabamento, as únicas quatro casas de arquitetura moderna em rua de chão de terra batida e nós, seus moradores, formávamos o Largo Santo Antônio.

(...) Todos os anos, no mês de junho havia a quermesse de Santo Antônio, quando o Largo virava uma festa todas as noites, cuja renda era destinada ao término da construção das obras da igreja. E, na Igreja, a Xoxô já ministrava aulas de catecismo, de que eu era frequentadora. (RAIMUNDO, 2016, p. 89).

Neste conto também pode-se identificar algumas informações a respeito das características arquitetônicas das residências da Vila Norma.

¹⁹ Residência atualmente de Adriano Ferriani Sobrinho.

²⁰ D. Lilian e o Dr. Raul são pais de Raul Porto Vergueiro, atual proprietário da casa.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

(...) Peripécia maior ocorreu quando Deleuse e eu subimos pelo muro no telhado da área da casa externa onde ficavam a lavanderia e a garagem. Quando estávamos lá em cima, pisamos ambas na mesma telha de amianto que, não suportando nosso peso, rompeu-se e lá fomos nós telhado abaixo, de uma altura considerável. (RAIMUNDO, 2016, p. 90).

Tais fatos retratados neste conto evidenciam o cenário em que estavam presentes as expressões da **arquitetura moderna em Pinhal**.

Não se tratam, as obras de José Costa, da “autêntica” arquitetura moderna, mas de uma assimilação de repertório de formas utilizadas nos edifícios planejados por grandes arquitetos brasileiros da época. A possibilidade de realizar frequentes viagens a São Paulo e o contato com os periódicos de arquitetura lhe proporcionaram referências de projetos que a partir da década de 1950 foram utilizados em suas propostas residenciais.

Costinha deu início aos seus trabalhos na Vila Norma em **1956**, quando projetou as **quatro primeiras casas do bairro**. De acordo com a arquiteta Thaís Helena Vergueiro Costa, tais projetos referem-se a: 1- **Residência de d. Dinah Camargo** (Figura 126); 2- **Residência de Raul Porto Vergueiro** (Figura 127); 3- **Residência de Adriano Ferriani Sobrinho** (Figura 128); 4- **Residência de d. Iamina Chaim Pinto** (Figura 129).



Figura 126 – Residência de d. Dinah Camargo.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 127 – Residência de Raul Vergueiro.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 128 – Residência de Adriano Ferriani.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 129 – Residência de Iamina Chaim Pinto.
Fonte: Autora, 2016.

Nestes se identificam estruturas, volumetrias e materiais modernos que o “arquiteto” assimilou e converteu em princípios marcantes de sua arquitetura.

Estas primeiras obras do bairro se localizam no Largo de Santo Antônio, em grandes terrenos onde foi possível manter generosos afastamentos do limite em cada lote (Figura 130). Os recuos frontais, principalmente, contêm amplas áreas de jardim.

RESIDÊNCIAS CONSTRUÍDAS NO LARGO DE SANTO ANTÔNIO

VILA NORMA

Largo de Santo Antônio – testada nº1



Figura 130a – Conjunto arquitetônico edificado no Largo de Santo Antônio, testada nº 01 (com destaque para a residência de d. Dinah Camargo- terceira casa à direita da imagem). Fonte: Autora, 2016.

Largo de Santo Antônio – testada nº2



Figura 130b – Conjunto arquitetônico edificado no Largo de Santo Antônio, testada nº 02 (com destaque para as residências de Raul Vergueiro e Adriano Ferriani, ambas construídas em lotes de esquina). Fonte: Autora, 2016.

Largo de Santo Antônio – testada nº3



Figura 130c – Conjunto arquitetônico edificado no Largo de Santo Antônio, testada nº 03 (com destaque para a residência de Iamina Chaim Pinto- primeiro edifício à esquerda da imagem). Fonte: Autora, 2016.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Figura 130d – Implantação da Vila Norma para documentação fotográfica.
Indicação das testadas do Largo de Santo Antônio.
Fonte: Autora, 2016.

Tal situação lhe permitiu conceber **volumetrias** geometrizadas e diversificadas, embora se reconheça a repetição do mesmo programa arquitetônico (a saber: formado pelos ambientes e suas distribuições dentro da proposta projetual). Percebe-se que seus projetos baseavam-se **mais num uso da estética modernista do que das inovações tecnológicas** propostas por essa arquitetura.

As **fachadas** apresentam elementos modernos, tais como pilotis, elementos vazados, grandes aberturas com vidro e revestimentos cerâmicos, usados de maneiras variadas e constituindo composições distintas em cada residência.

Os **pilotis**, além de se estruturarem como elementos de apoio aos pavimentos superiores (sustentando os volumes em balanço), demarcam as entradas das casas, assumindo dimensões funcionais e plásticas. Observa-se em cada edifício a intenção de dar soluções diferentes para essas “formas-suportes” (VIDAL, 2008). Na residência de d. Dinah Camargo, por exemplo, os pilotis são substituídos por três grandes arcos.

Tais colunas, pilotis ou arcos, ajudam ainda a definir transição entre os espaços privados e públicos, já que o fechamento original dos terrenos era feito apenas com muretas baixas, em alvenaria de tijolos, deixando livre a comunicação entre o dentro e o fora.

Os sistemas de **coberturas** eram resolvidos com telhas de fibrocimento (comumente conhecidas como telhas Brasilit), que possibilitavam pequenas inclinações sobre as lajes, discretamente ocultadas por platibandas.

Nas **aberturas** foram adotadas duas soluções: no pavimento térreo (área social) eram colocadas portas e janelas em vidro e caixilho metálico ornamentado com fechamento em desenhos geométricos; no pavimento superior eram usadas longas venezianas em madeira.

Além da diferenciação nas aberturas, os dois pavimentos destacam-se pela volumetria da residência. O jogo do pavimento superior, avançando sobre o bloco inferior, possibilita a demarcação e cobertura da entrada social, além de delimitar a varanda dos dormitórios.

Em relação aos revestimentos, externos e principalmente internos, observa-se que os dormitórios têm seus pisos feitos em madeira, do tipo parquet. Nas áreas sócias das casas e ambientes externos os **mosaicos cerâmicos** foram amplamente usados, tanto nos pisos como em revestimentos para pilares, rodapés e floreiras. Na casa de Raul Vergueiro este material está presente no acabamento de floreiras e na base dos pilotis que demarcam a porta de entrada. Já no projeto para d. Dinah, foi usado também no piso e rodapé da sala principal.

Para LARA (2005), as “casinhas modernistas” adotaram a cerâmica como o material de revestimentos preferido²¹.

(...) Empregados extensivamente na arquitetura portuguesa e redescobertos pelos arquitetos modernistas, azulejos e pastilhas foram usados em profusão. Impulsionadas pela indústria de materiais de construção (o que se revela também nas inúmeras propagandas na mídia impressa) cerâmicas de revestimento estavam disponíveis em forma de pastilhas ou azulejos decorados. (LARA, 2005, p. 176).

Ao contrário das casas projetadas por arquitetos para famílias mais abastadas, em geral caracterizadas por volumes prismáticos e composições plásticas equilibradas, as **residências de classe média** apresentam sobreposições de vários elementos da arquitetura moderna, algumas vezes conflitantes em termos compositivos. Tais construções revelam-se como híbridos dos modelos nos quais se inspiraram.

Enquanto as **fachadas** se aproximam de montagens de **inspiração modernista**, na maioria dessas casas as **plantas** ainda são muito **semelhantes àquelas usadas em períodos anteriores**, reflexo de uma estrutura familiar e modos de habitar que ainda não evoluíram

²¹ As pastilhas e azulejos cerâmicos foram amplamente utilizados no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960. Impulsionados pela indústria de materiais de construção e pela publicidade, tornaram-se marcas registradas da arquitetura desse período. Os revestimentos cerâmicos, usados em pisos e paredes, são mais comumente encontrados nas cores vermelho, amarelo e preto e em forma de “caquinhos”. Essa manifestação, de acordo com Andréia Loureiro Cardoso (2012), teria surgido devido ao fato de que durante o transporte muitos azulejos eram quebrados. Os revendedores, para não perderem o material, teriam sugerido aos proprietários a decoração de suas casas com composições que utilizassem os cacos, mais baratos que os azulejos inteiros.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

completamente. As principais transformações e modernizações, portanto, restringem-se às fachadas.

Nos projetos de José Costa na Vila Norma, a distribuição dos cômodos pelo espaço interno não apresenta grandes inovações, conformam pavimentos divididos por seus vários ambientes, em oposição às plantas livres propostas pelos arquitetos modernos. As plantas das casas são similares entre si (Figuras 131).

RESIDÊNCIAS PROJETADAS POR JOSÉ COSTA



Figura 131a – Resid. de d. Dinah Camargo. Escada de acesso para o pavimento superior.

Fonte: Autora, 2016.



Figura 131b – Resid. de Raul Vergueiro. Escada de acesso para o pavimento superior.

Fonte: Autora, 2016

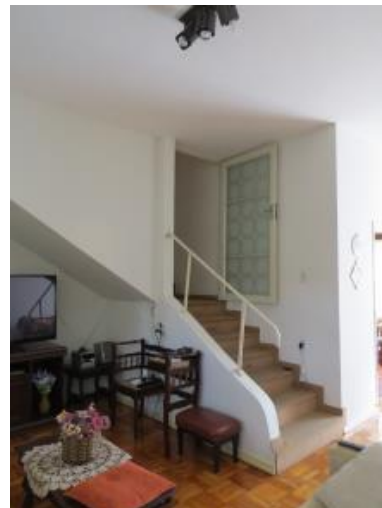


Figura 131c – Resid. de Adriano Ferriani. Escada de acesso para o pavimento superior.

Fonte: Autora, 2016.

Figura 131 - Interior das residências de d. Dinah Camargo (237a), Raul Vergueiro (237b) e Adriano Ferriani (237c).

Neste detalhe é possível perceber a semelhança na disposição da sala social e escada de acesso ao pavimento superior adotada nesses três dos projetos de José Costa. As plantas das casas projetadas por Costinha na Vila Norma apresentam, como um todo, muitas semelhanças. Fonte: Autora, 2016.

Os **pavimentos térreos** são compostos por sala de estar, copa, cozinha e despensa.

Os **andares superiores** destinam-se à área íntima dos moradores, contendo dois dormitórios, um banheiro e um espaço de convívio. Este último ambiente pode referir-se a um ambiente fechado ou aberto, a depender de cada projeto. Na casa de d. Dinah, esta área comum aos dormitórios é aberta, descoberta e ocupa uma grande parte da laje sobre o pavimento inferior. Já nas casas de Raul Vergueiro e Adriano Ferriani, é um ambiente fechado, com grandes aberturas e dimensões mais reduzidas.

Nas **áreas externas**, localizadas no fundo dos lotes, encontram-se volumes anexos às residências, construídos com pequenas dimensões. Originalmente deveriam destinar-se ao apoio às garagens, que eram descobertas, ou para os funcionários da casa.

Nota-se que seus projetos mantinham relações de frente e fundo, persistindo a existência de áreas de serviços separadas da edificação principal e entradas sociais destacadas por jardins no recuo frontal.

As casas de Costinha foram construídas em alvenaria de tijolos, e não concreto como propunham os grandes nomes da arquitetura moderna brasileira.

Nas entrevistas realizadas com antigos moradores constatou-se que quem executava as obras de Costinha era o empreiteiro pinhalense Vicente Miguel²².

O conjunto de residências edificado na Vila Norma não compreende exclusivamente edifícios de arquitetura moderna. Entre os anos de 1967 e 1975²³, foram construídas outras residências com características arquitetônicas variadas, a grande maioria nos lotes mais afastados e algumas localizadas no entorno da Igreja.

Por fim, o conjunto arquitetônico modernista da Vila Norma não se restringe apenas aos projetos feitos por José Costa. Ao longo de minha pesquisa de mestrado foi descoberto que uma das residências do bairro foi projetada pelo renomado arquiteto **Carlos Alberto Cerqueira Lemos**. A saber: Além de arquiteto, Carlos A. C. Lemos atuou também como pintor, historiador e professor (ministrando disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP desde 1954). Na década de 1950 dirigiu o escritório paulistano de Oscar Niemeyer, tendo participado de importantes projetos como o Parque Ibirapuera e o Edifício Copan.

Residência de d. Dinah Camargo

A residência de d. Dinah Camargo foi o **primeiro imóvel do bairro**.

Não existem registros que comprovem a data precisa de sua construção, mas, a partir de coleta de dados realizada, é possível estimar que a obra tenha sido iniciada em meados de **1955**.

Implantada em lote de esquina no entorno da praça da Igreja de Santo Antônio, seus elementos arquitetônicos e paisagísticos marcantes a destacam no conjunto da Vila Norma.

²² O empreiteiro Vicente Miguel também veio a residir na Vila Norma, em meados da década de 1970. Construiu sua casa no Largo de Santo Antônio, em terreno ao lado de Adriano Ferriani (cujo projeto arquitetônico foi planejado por José Costa e executado por Vicente Miguel).

²³ Datas aproximadas, uma vez que não existem documentos que registram a evolução do bairro.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Assim como outras casas projetadas por Costinha, possui um **grande recuo frontal** que demarca a entrada frontal e também dá acesso à garagem.

A **fachada principal** é marcada por dois elementos principais: o jardim com 3 (três) grandes pinheiros (Figura 132), originais do projeto (que já podem ser vistos em foto aérea do bairro feita em 1969), plantados no limite do lote e os **3 (três) arcos que sustentam parte do pavimento superior** (Figura 133). Em contraste com as linhas retas que definem volume da construção (Figura 134), os arcos são a maior marca dessa construção. Originalmente o jardim integrava-se com as áreas públicas, sendo delimitado apenas por um muro baixo (de aproximadamente oitenta centímetros).



Figura 132 - Fachada principal da residência de d. Dinah. A vegetação do jardim frontal destaca-se como um dos principais elementos externos do projeto.

Fonte: Autora, 2016.



Figura 133 - Detalhe da fachada lateral, onde é possível ver os arcos que sustentam parte do pavimento superior e também demarcam a entrada da residência.

Fonte: Autora, 2016.



Figura 134 (dir.) - Fachada lateral (esquerda).

Percebe-se o diálogo entre os principais componentes deste projeto de Costinha: o jardim, a geometrização das formas e o movimento dos volumes.

Fonte: Autora, 2016.

Quanto às características internas, o programa de necessidades não apresenta inovações, vinculando-se ainda às distribuições tradicionais dos ambientes. No pavimento térreo estão a sala de estar, copa, cozinha e área de serviço, e no pavimento superior há dois dormitórios (Figura 135), um banheiro e uma grande varanda sobre a laje do pavimento inferior (Figura 136).

A aplicação dos acabamentos e revestimentos na área social do projeto merece especial atenção. Hoje o piso do pátio de entrada, delimitado pelos arcos, está revestido em peças de ardósia, mas sabe-se que originalmente era feito em **mosaicos cerâmicos**. Esses mesmos mosaicos avançam também para a sala de estar (Figuras 137 e 138), escada de acesso ao andar superior e hall de distribuição dos quartos, além de elementos decorativos como floreiras (Figura 139), todos mantidos até hoje.



Figura 135 - Hall de distribuição da área íntima. Neste espaço também o mosaico cerâmico usado no piso cria um desenho quadriculado nas cores vermelho, amarelo e preto.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 136 - Área da varanda de uso comum ao pavimento superior.
Fonte: Autora, 2016.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Figura 137 (esq.) - Detalhe do piso em mosaico cerâmico usado na sala social. O mesmo revestimento também é usado como acabamento de pilares e no rodapé.
Fonte: Autora, 2016.

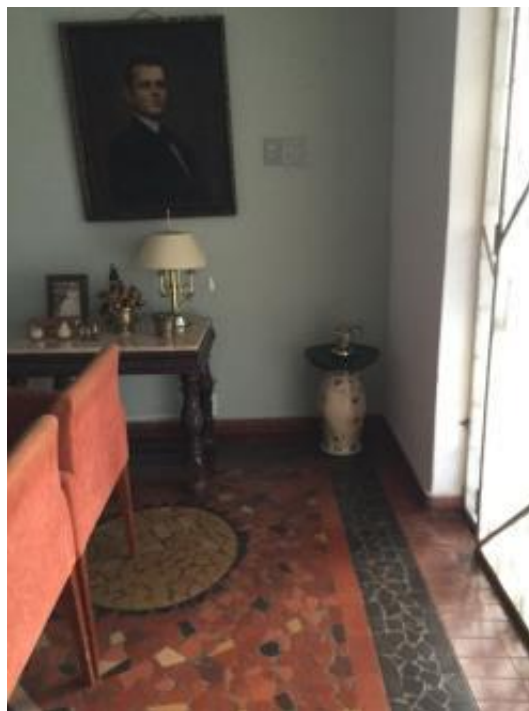


Figura 138 (dir.) - Detalhe do piso em mosaico cerâmico usado na sala social, com diversos desenhos no mesmo ambiente.
Fonte: Autora, 2016.

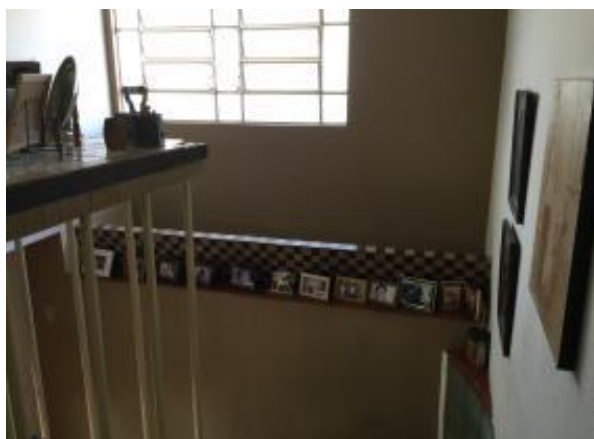


Figura 139 - Detalhe de floreira como decoração para a escada de acesso ao pavimento superior, ambas revestidas em mosaicos cerâmicos.
Fonte: Autora, 2016.

O uso do mesmo piso para as áreas internas e externas, com desenhos contínuos neles, cria o que Nestor Goulart Reis Filho (2014) chama de "interpenetração dos espaços". Essa interpenetração é destacada, além do piso, pela escolha da porta principal, que, ao invés de ser

tradicionalmente feita de madeira, foi projetada como uma grande abertura com duas chapas de vidro (de correr) revestidas em um gradil de metal com desenhos geométricos (Figura 140).



Figura 140 - Área de convívio externo, hoje com piso em pedra ardósia. Destaque para os gradis com desenhos geométricos usados nas aberturas (porta e janela).

Fonte: Autora, 2016.

Na área interna realizou-se **reforma na cozinha**, na década de 1990, onde se reduziu o tamanho da despensa para a construção de um banheiro, já que a casa contava apenas com um único banheiro no pavimento superior (Figura 141). Hoje é a casa, dentro do conjunto moderno da Vila Norma, que melhor manteve conservadas as características arquitetônicas originais, tendo realizado poucas alterações e evitando possíveis descaracterizações.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

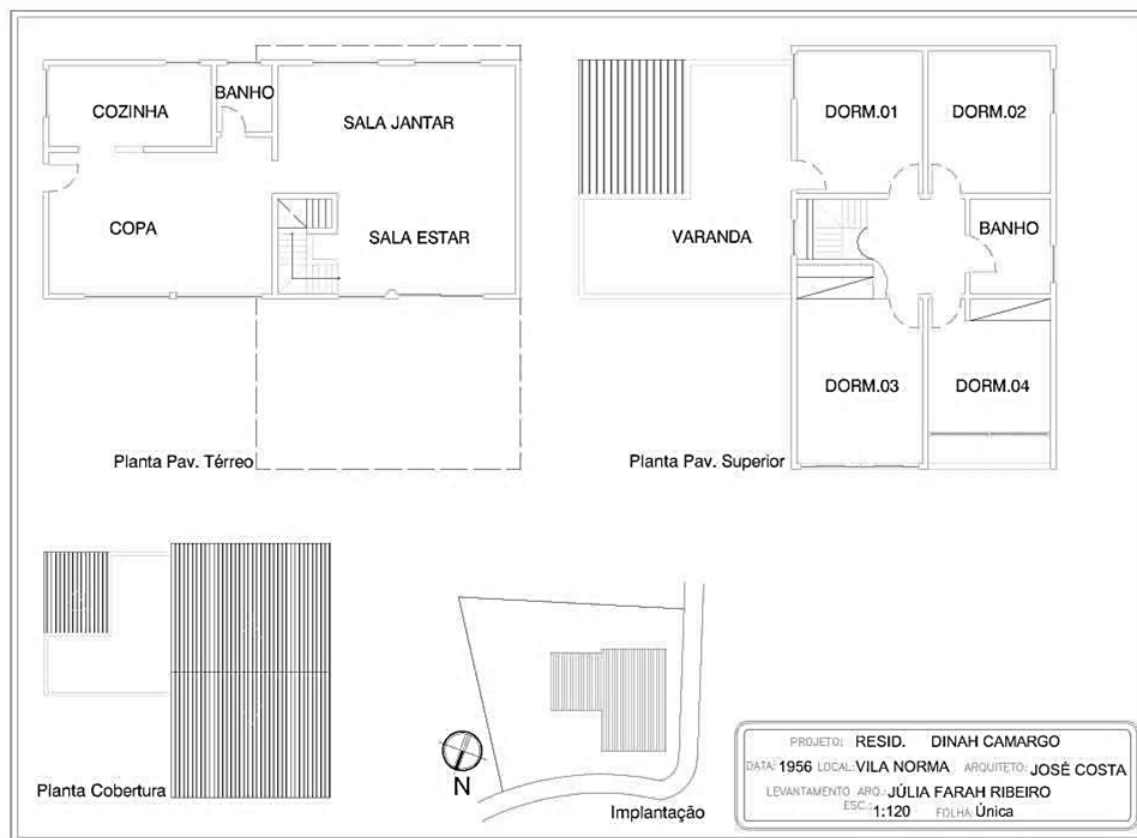


Figura 141 – Levantamento arquitetônico Residência d. Dinah Camargo. As plantas dos pavimentos representam a situação atual, não o projeto original.

Fonte: Autora: 2016.

A única **intervenção externa** realizada foi a instalação de gradil, no ano de 2011, visando aumentar a segurança dos moradores, depois da casa ter sido assaltada.

Residência dr. Pedro Henrique Sertório (projeto de Carlos A. C. Lemos)

A residência do **dr. Pedro Henrique Sertório** e sua esposa, **d. Carmen Lúcia**, foi construída na Vila Norma aproximadamente uma década depois das casas de José Costa. Seu projeto é de autoria do arquiteto paulista e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) **Carlos Alberto Cerqueira Lemos**, e data do ano de **1966** (Figura 142).



Figura 142 - Residência do Dr. Pedro Henrique Sertório, no bairro da Vila Norma, 2016.

Fonte: Autora, 2016.

Em entrevista, Dr. Pedro Henrique contou que sua esposa era prima de Celina, esposa de Carlos Lemos na época. O arquiteto havia feito anteriormente alguns projetos para o seu sogro, Dr. Milton, que morava no Jardim Paulista em São Paulo (mesmo bairro onde residia o arquiteto). Assim, conhecendo as obras de Carlos Lemos e tendo proximidade com ele, Dr. Pedro Henrique o chamou para projetar a sua casa em Espírito Santo do Pinhal.

Dr. Pedro Henrique comprou dois terrenos do sr. Antônio Costa na Vila Norma. O então proprietário contou que desejava que sua casa tivesse espaços externos livres, onde pudesse haver um quintal com árvores. Os dois lotes comprados foram unificados, criando um lote com grandes dimensões, apresentando topografia em declive e formato irregular (um trapézio, tendo o limite com a praça da Igreja).

A solução proposta pelo arquiteto foi a construção de um volume único em forma de curva, remetendo ao desenho da rua, recuado de todos os alinhamentos.

Buscando aproveitar a topografia, o imóvel consta de dois pavimentos, sendo um no nível térreo e o outro no nível subterrâneo (Figura 143).

O pavimento térreo é dividido em duas grandes áreas: a área social, na porção direita, e a área íntima, à esquerda. A área social contém hall de entrada, um escritório, um lavabo e uma sala de estar (a partir da qual cresce um corredor de acesso aos dormitórios). À direita do

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

escritório encontra-se um dormitório originalmente destinado aos empregados e que não possui ligação interna com os demais cômodos da casa, apenas um acesso externo.



Figura 143 - Planta original da residência de Dr. Pedro Henrique Sertório, datada de 1966.
Fonte: Acervo de Pedro Henrique Sertório.

Cada uma das áreas do pavimento térreo (a íntima e a social) contém alguns elementos especiais. No caso da **área íntima** é a disposição dos cômodos, especialmente dos **banheiros**, que chama mais atenção. O programa é basicamente definido por quatro dormitórios (um para o casal e os restantes para os filhos) e três banheiros (sendo um para a suíte principal, um para os filhos homens e um para as filhas mulheres). Contudo, diversamente do usual na época, as áreas dos banheiros eram delimitadas por dois espaços separados, há um cômodo íntimo (fechado) para o chuveiro e vaso sanitário e a bancada da pia, por sua vez, é posicionada em uma área aberta que se integra ao corredor e proporciona **circulação livre com os quartos**.

Já a **área social** é marcada pela **escada** de acesso ao piso inferior. É uma escada larga, de cujo mezanino avista-se a piscina e jardim (Figura 144). No nível inferior, dá acesso tanto para a sala de estar (Figura 145) quanto para a cozinha. O hall de entrada possui piso de madeira (ipê).



Figura 144 - Vista parcial da área externa a partir da escada principal.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 145 - Sala de estar localizada no pavimento inferior. Ao fundo está a escada de acesso ao nível térreo. Fonte: Autora, 2016.

No **piso inferior**, o pavimento é dividido pelo patamar da escada que à direita dá acesso para **área de serviços** e à esquerda para a **sala social**. A sala é um espaço amplo, sem divisões de paredes (os seus ambientes são delimitados apenas pelo layout do mobiliário), com piso de pedra mineira, e por onde é possível o acesso à piscina e churrasqueira (Figura 146).

A área destinada aos serviços (localizada também no pavimento subterrâneo), é dividida entre copa, cozinha e área de serviço. A copa, diferentemente da cozinha, foi projetada como um ambiente aberto e as paredes são revestidas com azulejos estampados em branco e azul, desenhados pelo próprio arquiteto (Figura 147).

Figura 146 (inf.) - Sala de estar, pavimento inferior. Espaço de grandes dimensões e com aberturas que o integram com a área externa.
Fonte: Autora, 2016.

Figura 147 (dir.) - Detalhe da copa. Parede revestida de azulejos, desenhados pelo arquiteto.
Fonte: Autora, 2016.



PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

A **fachada principal** (que dá para a Igreja de Santo Antônio) é marcada pelo **contraste de cores**, do amarelo das paredes e o branco usado nos beirais e pilares.

A **entrada é marcada por duas rampas em curva** (ambas feitas em pedra) (Figura 148). Uma dá acesso ao hall e outra ao "apartamento" próximo ao escritório. As rampas, que podem ser consideradas um recurso formal e funcional utilizado pelo arquiteto, se incorporam ao edifício como objetos que lhe conferem leveza em contraposição com as linhas retas do volume. A fachada é marcada ainda por muro, também curvo, que conforma um jardim íntimo para os quartos (Figura 149).



Figura 148 - Vista parcial da fachada. Percebe-se a existência de duas entradas para a casa, demarcadas pelas duas rampas.
Fonte: Autora, 2016.



Figura 149 - Jardim íntimo, área comum a todos os dormitórios. Nesta imagem é possível ver as portas dos dormitórios com venezianas em madeira e a composição de cores entre o amarelo e o branco.
Fonte: Autora, 2016.

A fachada dos fundos destaca os dois pavimentos (Figura 150). No pavimento superior aparecem as pequenas janelas para a ventilação dos banheiros e no pavimento inferior são usadas grandes aberturas, visando integrar os ambientes internos e externos.



Figura 150 - Fachada dos "fundos". Pelo uso de diferentes aberturas, percebe-se a existência de dois pavimentos na residência (elemento que não é percebido na fachada frontal).
Fonte: Autora, 2016.

O Dr. Pedro Henrique ressaltou que Carlos Lemos demonstrava grande atenção nas questões de **iluminação e ventilação** da casa. Os pilares, profundos e estreitos, além da função estrutural também atuam como uma espécie de brise-soleil no controle da iluminação natural. O jogo de cores é mantido, assim como nas demais fachadas.

Em entrevista com Carlos Alberto Cerqueira Lemos, o arquiteto destacou alguns **pontos principais do projeto**, entre eles: **1-** As dimensões pequenas da área destinada à cozinha em comparação com toda a casa; **2-** A configuração da sala social (localizada no pavimento térreo) caracterizada como um espaço amplo e livre (possibilitando a total visualização da área social); **3-** Quanto à implantação do volume, o arquiteto destaca a distribuição dos ambientes internos obedecendo ao eixo do sol (Leste-Oeste), o que garante insolação adequada e, consequentemente, conforto térmico.

Apesar de ser possível reconhecer as principais características e "modernidades" do projeto feito por Carlos Lemos, foi informado pelo Dr. Pedro Henrique que, durante a construção foram feitas diversas **alterações no projeto original**.

De acordo com o proprietário, como não era possível que o arquiteto acompanhasse constantemente a obra, sua execução ficou sob a responsabilidade do engenheiro pinhalense sr. Paulo Klinger Costa, com a supervisão de Carlos Lemos (que fazia visitas a cada dois meses). Devido a essas circunstâncias, foram feitas algumas alterações.

No pavimento térreo o dormitório dos funcionários foi reformado para ser usado como dormitório da família, integrando-se ao escritório. No pavimento inferior uma grande parcela do espaço reservado para uma garagem coberta foi incorporado na sala social, aumentando a área interna da casa. A área de lazer também não fazia parte do projeto original e só foi construída décadas depois.

3.2.3 Considerações sobre a Vila Norma

Diversamente da Vila Monte Negro, os imóveis construídos na Vila Norma ainda **conservam os mesmos usos**.

Percebe-se também que **o traçado original do bairro não sofreu alterações**, foram ocupados apenas os lotes definidos no projeto inicial, e a área não se expandiu. Parte da antiga chácara do sr. Antônio Costa foi mantida, o que possivelmente dificultou a ampliação da cidade para além dos limites urbanos estabelecidos pelo bairro.

Somados a esses fatos, a falta de demandas de crescimento da área e de diversificação nas formas de ocupação, que se mantém **estritamente residencial**, possibilitam a preservação de suas características arquitetônicas.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Salvo algumas exceções, **não foram feitas mudanças nas residências** que resultassem em significativas descaracterizações desses bens, e mesmo aqueles que se encontram atualmente desocupados são conservados pelos seus proprietários.

Dentre os imóveis aqui mencionados percebe-se claramente que a residência de **d. Dinah Camargo** foi a que manteve até hoje **mais bem preservadas as suas características arquitetônicas originais**, seja em seus elementos internos ou externos, sendo a única que não removeu o piso em mosaico cerâmico usado dentro da casa.

A casa de **d. Iaminha Chaim Pinto**, ao contrário, **é a que sofreu mais reformas** e, conseqüentemente, descaracterizações. Nela ainda é possível reconhecer alguns elementos da arquitetura moderna presentes nos projetos de Costinha, como os **pilotis e elementos vazados** na fachada principal e as **linhas geometrizadas**. Contudo, devido às sucessivas obras de ampliação, as principais referências do **volume** inicial hoje são pouco reconhecíveis.

Nos aspectos externos, as casas de **Raul Vergueiro e Adriano Ferriani** ainda se mantêm bem preservadas.

Observa-se uma tendência há alguns anos de isolar as residências do contato direto com a rua, para segurança, por meio da instalação de **gradis no alinhamento frontal dos lotes**.

O primeiro imóvel a apresentar esta intervenção foi a de d. Dinah, em 2011, seguida por Raul Vergueiro e, em setembro de 2016, a residência do Dr. Pedro Henrique..

Percebe-se certa **consciência nos proprietários das casas em evitar a descaracterização** de seus imóveis, contudo, não se pode negar que com a instalação das grades há uma mudança no diálogo entre os espaços públicos e privados que caracterizavam os projetos originais.

A Vila Norma até hoje se mantém como o espaço onde se concentra o maior número de residências construídas em **arquitetura moderna em Espírito Santo do Pinhal**. É um conjunto arquitetônico único na cidade, representante de um período da evolução local ainda pouco conhecido e valorizado.

Preservação Arquitetônica e seus instrumentos:
diretrizes e práticas para proteção do patrimônio

Capítulo 4



PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

O reconhecimento do patrimônio arquitetônico de qualquer cidade tem sido um processo evolutivo em compasso com as mudanças sociais e culturais, e que por meio de constantes debates tende a se ampliar e abarcar novos aspectos da história local. Essa evolução conceitual, por sua vez, reflete-se nas iniciativas de seleção e proteção de bens e conjuntos de interesse histórico, que cada vez englobam uma gama maior de expressões de arquitetura. Para Beatriz Mugayar Kuhl (2008) o interesse pela preservação do **patrimônio industrial**, por exemplo, é relativamente recente se comparado com a preocupação por outros tipos de manifestação cultural e “deve ser entendido dentro do contexto de ampliação daquilo que é considerado bem cultural” (KUHL, 2008, p. 37).

É importante reconhecer que o entendimento mais claro do valor cultural dos conjuntos arquitetônicos e urbanos, bem como os princípios teóricos que atuam sobre eles, são aquisições conceituais que vieram a ser devidamente contempladas em documentos internacionais do século XX, principalmente pelas **Cartas Patrimoniais**.

4.1 As cartas patrimoniais e a valorização dos conjuntos urbanos ferroviários

A compreensão e identificação dos bens culturais por parte de sua população (seja na escala do país, estado ou município) estão diretamente ligadas com o entendimento da evolução urbana e econômica sofrida por determinado território. No contexto do desenvolvimento do Estado de São Paulo, destaca-se a importância do ciclo do café. Os lucros advindos da produção cafeeira, viabilizados pela implantação das linhas férreas, foram essenciais para o crescimento das cidades paulistas durante o século XX.

No que tange ao urbanismo, a ferrovia incentivou a ocupação extensiva das áreas de entorno dos centros das cidades. Quanto às edificações a ela associadas, com programas vinculados à produção que então impulsionavam, foram erigidas com **novos materiais e técnicas construtivas** de acordo com o processo de industrialização vigente, constituindo novos conjuntos de prédios de serviço e habitação que caracterizam as nucleações de caráter industrial (Figura 151).

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

(...) Cumpre salientar que o trinômio café, ferrovia e indústria condicionou sobremaneira o processo de transformação urbana, social e espacial na cidade de São Paulo nessa fase, de meados do século XIX até a consolidação da estrutura industrial ao longo dos eixos ferroviários por volta da década de 1940. (RUFINONI, 2013, p. 271)

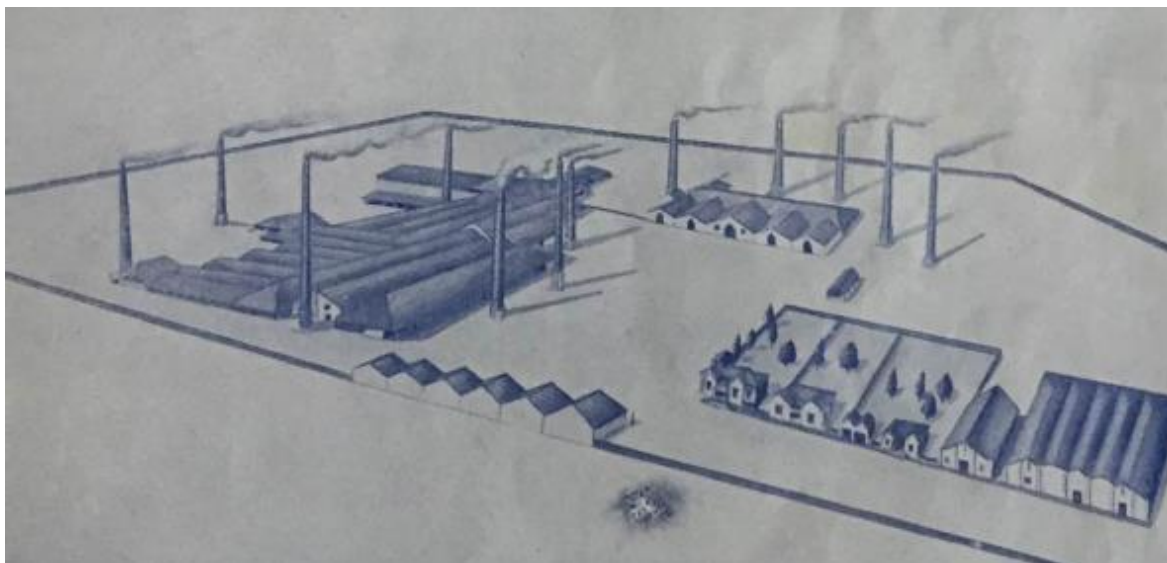


Figura 151 – Propaganda da indústria Cerâmica Martini S. A., localizada em São Paulo. Tal registro, publicado em 1949, exemplifica o tipo de implantação adotado nos conjuntos industriais do século XX, onde se destacam as grandes chaminés, armazéns e edifícios de apoio (com menores dimensões).
Fonte: Revista Polianteia, 1949.

Por **patrimônio industrial** entende-se não apenas os vestígios remanescentes da Revolução Industrial, mas também aqueles de séculos anteriores que refletem a crescente especialização técnica, a capacidade produtiva intensificada e a distribuição e consumo para além dos mercados locais, marcas registradas da ascensão da industrialização²⁴. Além da esfera material, o patrimônio industrial também inclui o planejamento, elaboração de políticas e práticas necessárias à gestão desses vestígios históricos inseridos nas sociedades atuais.

Os **conjuntos arquitetônicos ferroviários** paulistas vão de encontro às definições de **patrimônio industrial** constantes na **Carta de Nizhny Tagil**, publicada em **2003**. Essa recomendação considera que a industrialização em larga escala e o transporte ferroviário são partes integrantes de um mesmo processo, a industrialização “associa-se diretamente a esse meio de transporte, pois impulsionou as ferrovias e, por sua vez, foi por elas impulsionada” (KUHL, 2008, p. 40) (Figura 152). A Carta de Nizhny Tagil assim o conceitua:

²⁴ Num panorama geral, o patrimônio industrial abrange conjuntos industriais, estruturas e infraestruturas, maquinário e equipamentos, habitações, assentamentos, paisagens, produtos, processos, conhecimentos e técnicas incorporadas, documentos e registros. Fonte: TICCIH. *Memorandum de Conhecimento* – Preâmbulo. 2014. Tradução: Autor. Disponível em: <http://ticcih.org/about/icomosticcih-memorandum-of-understanding/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

(...) O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria (...), meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (“Definição do patrimônio industrial”, in Carta de Nizhny Tagil, 2003).



Figura 152 – Pátio das oficinas da São Paulo Railway na Lapa, em São Paulo, no início do século XX. Ao fundo da imagem já aparecem algumas chaminés, elementos que vão ganhando destaque na paisagem e retratam a disseminação das atividades industriais (que foram impulsionadas pela implantação das ferrovias).

Fonte: MAZZOCO, 2005, p. 83.

Este documento destaca que os conjuntos arquitetônicos que compõem o patrimônio industrial, mesmo que não sejam detentores de características arquitetônicas singulares ou excepcionais, representam e testemunham atividades que propiciaram profundas transformações históricas nas sociedades em que ocorreram, justificando assim sua proteção.

Nessa perspectiva, para além das grandes estações centrais, por vezes arquitetonicamente refinadas, que costumam destacar-se dos conjuntos que integram, interessam também as **residências mais singelas dos imigrantes europeus e os grandes galpões industriais e comerciais**. O modelo, a implantação e as transformações técnicas que estas edificações engendram – a exemplo do uso de materiais como tijolo, ferro e vidro –, além de outros modos

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

de morar, testemunham igualmente a evolução tecnológica-social que marca o século XX no Estado de São Paulo.

Portanto, o interesse pela **preservação** do patrimônio industrial volta-se **não só para as grandes construções**, mas estende-se às residências, pequenas vendas, escolas, enfermarias e edifícios pré-fabricados de diversas tipologias arquitetônicas.

O processo de expansão dos símbolos tangíveis de uma época tem similaridade com o que se considera patrimônio ferroviário. Os objetos e construções relacionadas às linhas férreas, com decisiva interferência no território em que se instalam, atribuíam a ele notórias alterações espaciais, e impingiram sua marca simbólica, seu valor memorial nas cidades em que foram implantados interferindo de modo inexorável na vida e nos arranjos sociais.

Esse tipo de nucleação e símbolo urbano corresponde também ao caso da **Vila Monte Negro** em **Espírito Santo do Pinhal**. Incluem-se ali contribuições materiais e imateriais que corroboram a ampliação de nossos conhecimentos acerca do universo construtivo do Estado de São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX. E, portanto, a proteção e conservação de seu conjunto edificado vão ao encontro das posturas internacionais voltadas à ampliação da herança cultural dos povos.

Quanto às **práticas de preservação do patrimônio industrial**, ainda que atualmente seja largamente aceita a ideia de que um número maior de tipologias e componentes arquitetônicos configura um conjunto ferroviário, a visão de patrimônio cultural ainda segue limitada. Há tendência em reduzir o conjunto à representação do todo por meio de poucas edificações reificadas. O prédio central das **estações ferroviárias** continua sendo o edifício mais privilegiado nos estudos de preservação e ações de conservação e restauro físico.

Em **Espírito Santo do Pinhal**, dentre os onze bens protegidos pelo CONDEPHAAT encontra-se a **Estação Ferroviária** (Figura 153). Nos estudos empreendidos pela Associação Pinhalense de Cultura para abertura do pedido de estudos para tombamento foram identificados e arrolados em listagem, entre outros bens, residências e armazéns de estocagem de café relacionados à implantação das linhas férreas (muito mais que o prédio da estação considerado pelo órgão de preservação estadual).



Figura 153 – Antiga estação ferroviária de Espírito Santo do Pinhal, em 2013.
Fonte: Autora, 2013.

Pode-se inferir que na ocasião do **tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal** predominava ainda a visão restritiva de valorizar o monumento singular, e de maior escala, em detrimento de seu conjunto (no caso do conjunto ferroviário). O CONDEPHAAT tombou apenas a estação, em perspectiva de edifício significativo como testemunho da história estadual, sugerindo que os demais imóveis de seu entorno, que já haviam sido identificados pela população, **fossem preservados na esfera municipal**.

Cumprir destacar que a Estação Ferroviária de Pinhal está localizada fora do perímetro histórico delimitado em 1992, afastada do núcleo central. Apesar de ter havido mudanças nos usos de algumas edificações comerciais, devido ao fim do transporte ferroviário e implantação do sistema rodoviário, esta área – o entorno imediato da estação e a Vila Monte Negro como um todo – sofreu poucas transformações na composição social. Arquitetonicamente, ainda hoje, suas características, em geral, se mantêm preservadas.

4.2 A arquitetura moderna como patrimônio

No Brasil, a construção do **patrimônio nacional** e a disseminação da **arquitetura moderna** são partes integrantes da mesma trama. Foram os arquitetos do movimento modernista que em 1937 fundaram o IPHAN.

Sabe-se que a maior parte dos **tombamentos** até meados da década de 1970 recaiu sobre edificações e conjuntos urbanos do **período colonial**, reconhecido e valorizado na época como a arquitetura “original” brasileira e, por isso, símbolo maior da **identidade nacional**. Nesse

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

sentido, afirma Flávia Brito do Nascimento (2012, p. 174) que, “as exceções a esse grupo de tombamentos saltam aos olhos, sendo a mais evidente a das obras do movimento moderno”.

No dizer de Nivaldo de Andrade Jr. (2009), nos primeiros **tombamentos de imóveis do Movimento Moderno** predominaram as inscrições de edificações cujos autores eram importantes arquitetos brasileiros. A proteção dessa documentação edificada garantia não só a permanência desses projetos para as gerações futuras como também a afirmação da própria arquitetura brasileira. “Não por acaso, o Brasil foi o primeiro país do mundo a implementar ações legais visando à salvaguarda de exemplares da arquitetura moderna” (ANDRADE JR, 2009, p. 4), com a salvaguarda da Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha, em Belo Horizonte - MG, obra do arquiteto Oscar Niemeyer, em 1947 – apenas dez anos após a criação do órgão federal de preservação (Figura 154).



Figura 154 – Igreja de São Francisco de Assis na Pampulha, Belo Horizonte - MG. Projetada por Oscar Niemeyer em 1943. Fonte: Revista Acrópole, 1958, p.86. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/231/16>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

Nos anos seguintes foram considerados monumentos nacionais edifícios tais como: o Ministério da Educação e Saúde Pública (atual Palácio Gustavo Capanema) (tombado em 1948) (Figura 155), o “Catetinho” (1959) (Figura 156), o Parque do Flamengo (1965) (Figura 157) e a Catedral Metropolitana de Brasília (1967)²⁵ (Figura 158). No dizer de Flávia Brito do Nascimento (2012, p.175):

(...) Se nas ações do Iphan existe íntima relação entre a arquitetura que se considerou relevante de salvaguarda e a escrita da história dessa mesma arquitetura, na proteção da arquitetura moderna tais relações

²⁵ Tanto o Parque do Flamengo como a Catedral Metropolitana de Brasília foram tombadas ainda durante a execução dessas obras.

tornaram-se operativas. Os arquitetos modernos lançaram mão do tombamento como recurso de afirmação da arquitetura defendida como garantia da materialidade e prova de originalidade não só às gerações futuras, mas às ameaças do presente. Os tombamentos eram a prova final da vitória. (NASCIMENTO , 2012, p. 175)



Figura 155 – Maquete da sede do Ministério da Educação e Saúde apresentada na Exposição do Estado Novo, em 1938.
Fonte: CAVALCANTI, 2006, p. 50.



Figura 156 – Catetinho, primeira residência oficial do presidente *Juscelino Kubitschek* na cidade de Brasília, inaugurado em 1956. Fonte: Revista Acrópole, 1960, p.117. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/256/127>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.



Figura 157 – Parque do Flamengo, projetado por comissão de arquitetos, com destaque para Lota Macedo Soares, Eduardo Reidy, Burle Marx, entre outros. Fonte: Revista Acrópole, 1967, p.24. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/337/24>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.



Figura 158 - Catedral de Brasília ainda em construção, 1960. Fonte: Revista Acrópole, 1960, p.87. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/256/95>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

Por serem tão recentes à época dos **tombamentos**, o **reconhecimento de atributos estilísticos e históricos** significativos na arquitetura moderna ficou muito a cargo de ações pontuais viabilizadas pelo IPHAN, notando-se ainda certa falta de visibilidade histórica, ou distanciamento histórico. Percebe-se também que a sua consagração como parte do patrimônio nacional tendia ao destaque da produção da chamada “escola carioca”. Somente com o tombamento de três casas projetadas por Gregori Warchavchik entre os anos de 1927 e 1930

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

na cidade de São Paulo é que as ações preservacionistas demonstram alcançar novos limites, preservando exemplares construídos em outros estados do Brasil (Figuras 159, 160 e 161).



Figura 159 – Casa Modernista localizada na Rua Santa Cruz, em São Paulo, 1927. Imóvel tombado pelo CONDEPHAAT em 1983. Fonte: Revista Acrópole, 1963 p.20. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/301/26>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.



Figura 160 – Casa Modernista localizada na Rua Bahia, em São Paulo, 1930. Fonte: Revista Acrópole, 1963, p.20. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/301/26>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.



Figura 161 – Casa Modernista localizada na Rua Itápolis, em São Paulo, 1930. Fonte: IPHAN, 1.154/85, p.16. Disponível em: http://www.arquitectura.fau.usp.br/images/arquitectura/Processo_IPHAN_-_Casa_Modernista_Rua_Itapolis.PDF. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

Apesar destas iniciativas, o reconhecimento do acervo arquitetônico do movimento moderno brasileiro ainda se constituía na época como “uma ação sistemática de identificação e salvaguarda dos seus exemplares mais representativos” (ANDRADE JR, 2009, p. 6).

Especialmente no que tange ao reconhecimento e salvaguarda do patrimônio arquitetônico no **Estado de São Paulo**, sabe-se que as primeiras iniciativas de preservação propostas pelo CONDEPHAAT recaíam sobre os conjuntos referentes aos ciclos econômicos mais

significativos do século XIX e XX, principalmente nas cidades participantes da produção de cana-de-açúcar e café. Em 1981, mais de dez anos após a sua criação do órgão estadual de preservação, efetiva-se o tombamento de um bem moderno, o edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de São Paulo (FAU-USP), projetada por João Vilanova Artigas (Figura 162).



Figura 162 - Edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, projetada por Vilanova Artigas em 1969. Fonte: Revista Acrópole, 1969, p.8. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/366/10>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

Sem esquecer as importantes evoluções pelas quais o patrimônio arquitetônico paulista passou desde a formação do seu órgão de preservação, em 1968, cumpre destacar que até os primeiros anos do século XXI os **tombamentos da arquitetura moderna** representavam o reconhecimento de **edifícios isolados**. Para Silvia Wolff et. al. (2016), o conhecimento mais aprofundado sobre a arquitetura moderna, tendo em vista as suas diferentes perspectivas, “deveu-se, sem dúvida, ao aprimoramento dos quadros técnicos do órgão, que buscaram cursos de pós-graduação, a participação em congressos temáticos como os promovidos pelo DOCOMOMO e a publicação de pesquisas” (WOLFF, 2016, p. 7).

O tombamento de edifícios do movimento moderno ainda hoje não é prática corrente, não só no Brasil como também em outros países com forte tradição nesse tipo de arquitetura.

Para Silvio Zancheti (2014), uma série de fatores contribui para que o consenso sobre o tombamento e a conservação dos monumentos do modernismo brasileiro não sejam facilmente alcançados. Dentre eles destacam-se: **1-** A arquitetura moderna foi mais amplamente difundida

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

entre uma comunidade internacional de especialistas (arquitetos e engenheiros, principalmente) e entre políticos, e a ideia de arquitetura moderna como sinônimo de progresso não chegou a ser assimilada no senso comum; 2- Em termos culturais, ainda não ocorreram processos sociais de sedimentação, com tempos históricos suficientemente longos, para enraizar a ideia de que essa arquitetura é um patrimônio cultural e como tal merece ser conservada para as gerações futuras.

Para a preservação de um bem, independente da época ou do estilo, a identificação e o reconhecimento de seus valores culturais são pré-requisitos indispensáveis. Nesse sentido, para ZANCHETTI (2014, p.5) “os valores culturais que ganham importância em uma sociedade são aqueles criados por processos intersubjetivos, realizados em períodos relativamente longos, portanto, ganham certa estabilidade na cultura da sociedade, mas não podem ser considerados definitivos”. No caso do **patrimônio moderno**, ainda hoje persistem algumas barreiras na determinação de sua significância cultural e nas tarefas de inclusão desses imóveis nas listas de bens a serem protegidos legalmente, a exemplo dos processos de tombamento²⁶.

Em **Espírito Santo do Pinhal**, o conjunto de **residências da Vila Norma**, construídas com elementos da arquitetura moderna, ainda foi pouco estudado (Figura 163). Apesar de não possuírem inovações ou características arquitetônicas especiais, as construções desse bairro são testemunhos do desenvolvimento urbano, econômico e social de Pinhal. Refletem a superação da crise que atingiu a cidade, a partir do declínio da economia cafeeira, o crescimento da área urbanizada e a evolução arquitetônica, com a aplicação dos princípios norteadores da arquitetura moderna.

²⁶ Na discussão apresentada por Silvio Mendes Zancheti (2014), o arquiteto enfatiza a importância da construção da Declaração de Significância como um documento que “expressa o valor cultural de um bem para a comunidade”, (...) “uma justificativa que explicita o porquê do bem ser conservado para o usufruto de gerações futuras” (Zancheti, 2014, p. 30). A Declaração é exigida nos processos de pedido de inclusão de bens patrimoniais na lista do Patrimônio Mundial, da UNESCO. De acordo com Zancheti, na elaboração de uma Declaração de Significância os edifícios modernos devem ser avaliados considerando: 1) Origem e autoria; 2) Representatividade – a existência de características exemplares ou marcantes; 3) Raridade; 4) Completude – estado de conservação e descaracterização; 5) Potencial interpretativo – capacidade de expressar temas históricos, experiências sociais, tipos de usos, emprego de técnicas construtivas.



Figura 163 – Vista parcial da Vila Norma, a partir da Rua Valdomiro Vergueiro.
Fonte: Autora, 2013.

Observam-se, à esquerda, as residências de José Marabesi e Iamina Chiam Pinto, e à direita de Reni Novaes Vergueiro. Todas essas casas foram projetadas por José Costa na década de 1950

Trata-se de um espaço destacado na paisagem urbana devido à sua concentração de “residências modernistas”, inseridos numa cidade onde apenas as construções em arquitetura historicista dos séculos XIX e XX ainda são reconhecidas e valorizadas como formadoras da identidade local. Assim como afirma Silvio Zancheti (2014), talvez ainda não tenha havido tempo suficiente para que esse tipo de arquitetura seja assimilado, reconhecido e valorizado pela população como parte da história de Pinhal, e que merece ser preservado. Cabe, então, estudar esse conjunto de maneira mais aprofundada, divulgando as informações adquiridas, para que sua história e suas características especiais sejam conhecidas pelos pinhalenses.

4.3 Sistemas de inventariação do patrimônio

O **inventário** corresponde a um instrumento de identificação de bens de interesse cultural, sendo uma das formas mais antigas de proteção do patrimônio em nível internacional. Principalmente a partir do início do século XX, grandes encontros e debates foram realizados para discutir normas e formas de cautela do patrimônio, dos quais resultam as **Cartas Patrimoniais**, sendo que o inventário está presente em muitas delas. No dizer de Lia Motta (2012, p. 257):

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

(...) A ideia de inventário surge juntamente com a institucionalização dos trabalhos de preservação do patrimônio cultural no mundo ocidental, no século XIX. Esses se estruturam em função dos seus diferentes objetivos e concepções de patrimônio, apresentando grande diversidade de propostas metodológicas, com maior ou menor detalhamento no levantamento de dados, sendo os inventários de identificação, de proteção, científicos, entre outras denominações. (MOTTA, 2012, p. 257).

No campo da preservação do patrimônio cultural, os inventários distinguem-se em três tipos de acautelamento, tomados como base para as principais etapas de reconhecimento e proteção de bens materiais. São eles: 1 - **Inventários de identificação**, 2- **Inventários de proteção**, 3- **Inventários científicos**.

Os **inventários de identificação** caracterizam-se como sendo o primeiro passo para o conhecimento dos bens culturais. Correspondem à coleta preliminar de dados, tais como localização, proprietário, época de construção e levantamento fotográfico.

Nos **inventários de proteção** são reunidos os dados necessários à tomada de decisão a respeito da proteção do bem estudado.

Os **inventários científicos**, por sua vez, consistem no levantamento e produção de informações necessárias ao conhecimento mais profundo dos imóveis, possibilitando a identificação dos valores a serem preservados e visando à orientação de obras de conservação e restauro.

Face ao aumento no número de sítios urbanos tombados e nas demandas por obras nessas áreas protegidas, os vários tipos de inventário tornaram-se indispensáveis no auxílio da efetiva preservação da diversidade de bens culturais. Estes instrumentos são essenciais para apoiar ações em diferentes níveis, envolvendo desde a proteção, restauração, planejamento urbano, entre outras.

4.3.1 As experiências de inventariação do patrimônio arquitetônico em Pinhal

No âmbito dos inventários municipais, em **Espírito Santo do Pinhal** o **inventário** é frequentemente mencionado nos pareceres do processo de **tombamento** de seu Núcleo Histórico Urbano. Este instrumento é destacado tanto pelo proponente, a Associação Pinhalense de Cultura, quanto pelo órgão de preservação estadual como fundamental para a proteção do conjunto arquitetônico identificado na cidade.

Para Marly Rodrigues (2016), os inventários paulistas ainda hoje consistem em uma prática esparsa, um trabalho assistemático ainda pouco utilizado como “referência para abertura de

estudos de tombamento” (RODRIGUES, 2016, p.41). Nessa direção, os estudos produzidos pela Associação Pinhalense de Cultura caracterizam-se como um trabalho inovador para as demandas por proteção na década de 1980.

É nesse olhar mais maduro sobre o patrimônio que reside a maior relevância desse projeto de tombamento. A historiadora Ana Luiza Martins, em seu parecer inicial ao CONDEPHAAT destaca a iniciativa dos pinhalenses ao reconhecer o seu patrimônio e solicitar a sua proteção legal: (...) “É de se registrar a iniciativa da cidade de Pinhal quanto ao encaminhamento desde pedido, que ultrapassa a solicitação pontual e envia a este Conselho um arrolamento sistemático de seus bens culturais” (CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 11).

a) O Inventário da Associação Pinhalense de Cultura – para pedido de tombamento

A abrangência do levantamento apresentado pelo grupo pinhalense quando da abertura do pedido de estudos para tombamento, “que considerou exemplares representativos dos vários grupos sociais da história local” (CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 10), e o emprego de **fichas e metodologia semelhante ao modelo do IPAC-BAHIA** (a saber: emblemático inventário realizado no Estado da Bahia), foram reconhecidos pelo CONDEPHAAT como **avanços na noção de patrimônio**, ainda pouco tratado com tal abrangência em outras cidades da região.

Ana Luiza Martins (CONDEPHAAT, 26.2644/88, p.11) destaca que enquanto até meados da década de 1980 a maioria das cidades do Estado de São Paulo buscava a tutela apenas de seus “símbolos oficiais”, como igrejas, casas de câmara e cadeia e palacetes oligárquicos, Pinhal solicitou também proteção de variedade de residências e estabelecimentos comerciais, edifícios que representavam parte significativa de seu patrimônio histórico e arquitetônico.

Apesar da proposta ter sido valorizada por configurar iniciativa da população local, à época de sua submissão para o CONDEPHAAT a quantidade e variedade dos bens arrolados para pedido de proteção, aliada à impossibilidade de vistorias técnicas para melhor reconhecimento das potencialidades dos 56 (cinquenta e seis) imóveis identificados, constituiu-se em obstáculo para avaliação da real necessidade de se tombarem todo o conjunto proposto.

Nos documentos entregues pela Associação Pinhalense de Cultura (documentação essa que era composta por breve histórico de Pinhal justificando o pedido de proteção legal, listagem de imóveis para tombamento e fichas de inventário dos mesmos) notava-se também carência de levantamento histórico rigoroso da cidade que desse conta do processo de ocupação urbana, dados imprescindíveis para o embasamento dos estudos de tombamento solicitados.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Quanto às **fichas** apresentadas pela Associação Pinhalense, apesar da compartimentação baseada no IPAC-BAHIA, com dedicada intenção de “rigor, critério e adequado procedimento metodológico” (CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 10), privilegiou-se a **caracterização arquitetônica**. Nos dados coletados predominava a descrição das fachadas, tipologias, técnicas construtivas e estado de conservação, minimizando a importância das correlações destes imóveis com a história e memória da cidade.

A **ficha** utilizada como modelo para esse inventário do patrimônio arquitetônico pinhalense estruturava-se em: **1**-Localização e proprietário, **2**- Ano de construção, agrupado entre os períodos “início do século”, “meados do século” e “final do século”, **3**- Uso atual e anterior, **4**- Estado de conservação do imóvel (avaliado como ótimo, regular, ruim ou em ruína), **5**- Histórico (descrição das características históricas), **6**- Observações complementares, **7**- Localização em mapa, **8**- Levantamento fotográfico (Figura 164).

FICHA PARA INVENTÁRIO DE PINHAL (ASSOCIAÇÃO PINHALENSE DE CULTURA)

INVENTÁRIO PRELIMINAR DE IMÓVEIS DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL					
IMÓVEL nº 1.2.3-3.	Ano de Construção 1915	Uso Atual Residência	Estado de Conservação ótimo <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> ruína <input type="checkbox"/>	Levantado por Ana Lúcia Mendes de Amor C.R.E.A. 00047/A.P.-SP Ribeiro Lima C.R.E.A. 01332/D - D.R. Lopes F. R. M. Silva ADVERTADO	
LOCALIZAÇÃO: Praça da Independência nº 151	Uso Anterior Residência				
PROPRIETÁRIO: Cassio Ribeiro Porto	Estado de Conservação ótimo <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> ruína <input type="checkbox"/>				
Histórico Neste imóvel funcionou a primeira Câmara Municipal. A foto antiga, é da época de seu funcionamento.					
Observações					
anexações.					
Fotografia		Localização no Mapa			

Figura 164 – Ficha para “Inventário Preliminar de Imóveis” produzida pela Associação Pinhalense de Cultura em 1985. Neste exemplo, era objeto de estudo residência localizada na Praça da Independência onde funcionou a primeira Câmara Municipal (atual “Casarão”, espaço comercial).

Fonte: CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 58.

Ao **inventariar**, pressupõe-se, necessariamente, estabelecer e seguir determinados critérios, pontos de vista e recortes sobre universos sociais e territoriais específicos. O efetivo reconhecimento de um conjunto edificado como patrimônio cultural (processo permeado por

juízos de valor) depende da **seleção de bens**, dos **dados registrados e comparados**, além dos sujeitos envolvidos nos procedimentos de inventariação.

No caso de **Pinhal**, apesar da ficha usada prever a descrição das características históricas e arquitetônicas mais marcantes, em todos os exemplares encontrados os campos destinados para “histórico” e “observações” foram pouco ou nada preenchidos.

Tais lacunas denotam falta de pesquisa histórica sobre a origem e evolução da cidade, já destacada pelo CONDEPHAAT, e de levantamento arquitetônico dos bens identificados. Ainda que a metodologia escolhida estivesse adequada aos padrões da época, a sua execução pouco contribuiu para o estudo, reconhecimento e atribuição de valor aos bens selecionados.

O arquiteto Adauto Moraes (CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 21) confirma, e também destaca, as lacunas no uso das fichas de inventário, evidenciando carência de uma série de informações importantes para a avaliação da relevância dos imóveis:

(...) Desta forma inteligente de pedido, os autores usam mais a semelhança da apresentação das fichas do que os critérios científicos da metodologia do IPAC - Bahia, e de certa forma, ao deixarem de preencher uma infinidade de espaços informativos provocam no leitor uma vontade intelectual, digamos, de prover de informações estas lacunas ou então, confessar a necessidade da realização de uma investigação abrangente nesta região ligada à produção cafeeira. (CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 21).

A falta de um histórico que relatasse o desenvolvimento urbano de Pinhal e a escassez de dados sobre os imóveis dificultavam para o órgão estadual a compreensão sobre os valores arquitetônicos e históricos que eram alegados aos imóveis.

A inexistência de documentos cadastrais e levantamento arquitetônico dos imóveis identificados também foi destacada no parecer do arquiteto Flávio Luiz Marcondes Bueno de Moraes (CONDEPHAAT, 26.264/88, p.157), que aponta: (...) “Vale observar que na quase totalidade dos imóveis tivemos que realizar os levantamentos métrico-arquitetônicos para compor as necessárias plantas-baixa, devido à ausência desta espécie de documentos no município”.

Contudo, os documentos e fichas apresentados pela Associação Pinhalense constituíram a base inicial para a pesquisa que propunha a delimitação de estoque construído a ser oficialmente tutelado. O recorte temporal adotado pelo CONDEPHAAT no conjunto de bens arquitetônicos tombados seguiu o mesmo dos imóveis identificados pelos pinhalenses (a saber: imóveis construídos entre 1880 e 1920).

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

O estudo da APC não contemplava, entretanto, todas as informações necessárias ao tombamento e estabelecimento das diretrizes de preservação, **sendo necessária a produção, pelos profissionais do CONDEPHAAT, de estudo e inventário complementar.**

O **tombamento final, em nível estadual**, de apenas 11 (onze) imóveis não pode ser considerado, entretanto, uma omissão do órgão de preservação em relação ao reconhecimento da diversidade que compõe o patrimônio de Espírito Santo do Pinhal, uma vez que **sua função é proteger os bens que conservam marcas da história do Estado**, era o entendimento da época. Nesse sentido, evidencia-se ainda hoje a necessidade do próprio município criar mecanismos locais de salvaguarda dos elementos que auxiliem na consolidação da identidade local.

b) A proposta de inventário do CONDEPHAAT – para estudo de tombamento

Para dar continuidade e conclusão aos estudos inicialmente apresentados pela Associação Pinhalense de Cultura, coube ao **CONDEPHAAT** traçar **outra metodologia de pesquisa** que possibilitasse a compreensão da evolução da cidade de Espírito Santo do Pinhal e da **diversidade de seu patrimônio construído**, viabilizando a delimitação do conjunto arquitetônico urbano a ser preservado e elaboração das diretrizes que embasariam o tombamento.

De acordo com os pareceres do processo de tombamento (CONDEPHAAT, 26.264/88), esta tarefa foi desenvolvida a partir de três etapas: **1ª)** Coleta de dados relativos aos imóveis, desde dados históricos de sua construção até alterações e reformas; **2ª)** Coleta de dados essenciais de natureza física da cidade, compreensão da cidade no seu desenho urbano e sua topografia (densidade, visuais, vegetação, relação entre os volumes construídos); **3ª)** Levantamento fotográfico dos imóveis e da cidade.

Flávio Luiz Marcondes Bueno de Moraes (CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 157), arquiteto então membro do CONDEPHAAT, relata que nos estudos para Pinhal buscou-se:

(...) Tipificar uma metodologia de trabalho que fornecesse elementos para uma completa compreensão dos fenômenos que mostram a necessidade da preservação de determinados imóveis, sejam fenômenos puramente físicos, de valores especificamente arquitetônicos, existentes ou não, e também aqueles referentes às relações destes com a cidade, numa abordagem mais ampla. (CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 157).

Ao CONDEPHAAT interessava também, além dos dados históricos, identificar nos imóveis alterações, reformas, novos usos, acréscimos, demolições, qualquer evidência de modificação sofrida ao longo do tempo que merecesse destaque.

Para suprir a carência de informações apresentada nas fichas da Associação Pinhalense de Cultura e possibilitar a coleta de dados mais ampla e completa dos imóveis estudados, foram desenvolvidas pelo órgão estadual **novas fichas de inventário**. Estas abrangiam o conhecimento desde **informações históricas** dos imóveis até a **análise de eventuais obras de restauro**, quando fosse necessário.

Estruturalmente a ficha feita pelo CONDEPHAAT era dividida em três grupos de informações: **caracterização do bem imóvel analisado, aspectos técnicos e dados complementares**.

A **primeira etapa** (Figuras 165 e 166), denominada “caracterização do bem imóvel analisado” tinha caráter mais abrangente, compreendendo informações a respeito do entorno e a caracterização dos imóveis (características históricas e arquitetônicas mais relevantes), tais como: município, endereço, uso atual, proprietário, classificação (arquitetura religiosa, militar, civil de função pública, civil de função privada, industrial ou agrícola), tipo (bem arquitetônico isolado, conjunto arquitetônico, equipamento urbano, logradouro), dados históricos (função original, data da construção, situação no contexto, documentação existente), situação e ambiência (croquis) e planta do imóvel.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

FICHAS DE INVENTÁRIO PARA PINHAL - CONDEPHAAT

PROPOSTA DE MODELO PARA FICHAMENTO

CARACTERIZAÇÃO DO BEM IMÓVEL ANALISADO

MUNICÍPIO: CAMPINAS

ENDEREÇO:

QUADRA:

USO ATUAL:

PROPRIEDADE:

CLASSIFICAÇÃO:

() arquitetura religiosa, assistencial ou funerária.

() arquitetura militar.

() arquitetura civil de função pública.

() arquitetura civil de função privada.

() arquitetura industrial ou agrícola.

TIPO:

() bem arquitetônico isolado

() conjunto arquitetônico

() equipamento urbano

() logradouro

GABARITO:

RAZÕES HISTÓRICAS

Função Original:

Data de Construção:

Situação no Contexto: () Homogêneo () Heterogêneo

Documentação Existente:

SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA

ESBOÇO:

Figura 165 (esq.) - Proposta de ficha do CONDEPHAAT para inventário de Pinhal, folha nº 1. Conteúdo previsto: Caracterização do bem imóvel analisado. Fonte: CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 159.

PLANTA DO IMÓVEL

SE POSSÍVEL, DESENHAR PLANTA DE IDENTIFICAÇÃO.

Figura 166 (dir.) - Proposta de ficha do CONDEPHAAT para inventário de Pinhal, folha nº 2. Conteúdo previsto: Planta do imóvel. Fonte: CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 160.

A **segunda etapa** (Figuras 167, 168 e 169), chamada “aspectos técnicos”, focou na descrição dos imóveis, tanto interna como externamente. Para tanto, buscava-se a descrição e análise de: estrutura, elementos secundários (vãos, esquadrias, gradis, revestimentos externos), elementos do interior do imóvel (divisórias internas, pisos, escadas, revestimentos e decoração, forros), cobertura, instalações e serviços e elementos que conferiam salubridade ao bem.

FICHAS DE INVENTÁRIO PARA PINHAL - CONDEPHAAT

ASPECTOS TÉCNICOS

1. ESTRUTURA

FUNDAÇÕES ☐ SEM PRELQUES
☐ PRELQUES TOTALMENTES
☐ SEMPRE PRELQUES

SUPORTES VERTICAIS ☐ ESTÁVEL, SEM SINAIS DE IMPROPRIAÇÃO
☐ PRESENTES LARGOS
☐ PRESENTES

SUPORTES HORIZONTAIS ☐ ORIGINAIS OU RESTAURADOS, ESTADO BOM
☐ PARCIALMENTE RESTAURADOS
☐ ARRUINADOS OU PARCIALMENTE SUBSTITUÍDOS.

ESTRUTURA ANEXADA ☐

OBSERVAÇÕES: _____

2. ELEMENTOS SECUNDÁRIOS

VIGAS ☐ ORIGINAIS OU RESTAURADOS, ESTADO BOM.
☐ ALTERADOS PARCIALMENTE
☐ SUBSTITUÍDOS

ESQUADRIAS ☐ ORIGINAIS OU RESTAURADOS, ESTADO BOM
☐ ALTERADOS PARCIALMENTE, MAS CONSERVADOS
☐ SUBSTITUÍDOS

GRANDES E QUADRA CORPOS ☐ ORIGINAIS OU RESTAURADOS, ESTADO BOM.
☐ PARCIALMENTE ALTERADOS
☐ SUBSTITUÍDOS

REVESTIMENTO EXTERIO ☐ ORIGINAL OU RESTAURADO, ESTADO BOM.
☐ PRECÁRIO OU PARCIALMENTE ALTERADO
☐ SUBSTITUÍDO

BIODECORAT. ☐ ORIGINAL OU RESTAURADA, ESTADO BOM.
☐ PARCIALMENTE ALTERADA
☐ SUBSTITUÍDA

OBSERVAÇÕES: _____

Figura 167 - Proposta de ficha do CONDEPHAAT para inventário de Pinhal, folha nº 3. Conteúdo previsto: Aspectos técnicos (estrutura e elementos secundários).
 Fonte: CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 161.

3. INTERIORES

DIVISÓRIAS ☐ ORIGINAIS OU RESTAURADAS, ESTADO BOM.
☐ PARCIALMENTE ALTERADAS
☐ SUBSTITUÍDAS

PISOS ☐ ORIGINAIS OU RESTAURADOS, ESTADO BOM.
☐ PARCIALMENTE ALTERADOS
☐ SUBSTITUÍDOS

ESTADAS ☐ ORIGINAIS OU RESTAURADAS, ESTADO BOM.
☐ PARCIALMENTE ALTERADAS
☐ SUBSTITUÍDAS

REVESTIMENTO E PISOTAMPO ☐ ORIGINAL OU RESTAURADO, ESTADO BOM.
☐ PARCIALMENTE ALTERADO
☐ SUBSTITUÍDO

FORROS ☐ ORIGINAIS OU RESTAURADOS, ESTADO BOM.
☐ PARCIALMENTE ALTERADOS
☐ SUBSTITUÍDOS

4. COBERTURA

ESTRUTURA DA COBERTURA ☐ ORIGINAL ESTÁVEL OU RESTAURADA.
☐ PRECÁRIA OU PARCIALMENTE ALTERADA.
☐ SUBSTITUÍDA

IMPERMEABILIZAÇÃO ☐ ORIGINAL DE 10% DE SUBSTITUIÇÃO
☐ ORIGINAL DE 50% DE SUBSTITUIÇÃO
☐ ORIGINAL DE 100% DE SUBSTITUIÇÃO

ISOLAMENTO ☐ ORIGINAL OU RESTAURADO, ESTADO BOM.
☐ PRECÁRIO OU PARCIALMENTE ALTERADO
☐ SUBSTITUÍDO

BRISAS E TELA ☐ ORIGINAL OU RESTAURADA, ESTADO BOM.
☐ PARCIALMENTE ALTERADA
☐ SUBSTITUÍDA

OBSERVAÇÕES: _____

Figura 168 - Proposta de ficha do CONDEPHAAT para inventário de Pinhal, folha nº 4. Conteúdo previsto: Aspectos técnicos (interior e cobertura).
 Fonte: CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 162.

5. INSTALAÇÕES E SERVIÇOS

REDE HIDRÁULICA ☐ EXISTENTE SEM VARIANTE
☐ EXTERNA / SEM VARIANTE
☐ PARCIALMENTE EXISTENTE

SANITÁRIO ☐ EXISTENTE SEM VARIANTE (SEM EFEITO)
☐ SATISFATORIO, LOCALIZADO DENTRO DO IMPLANTADO
☐ INSATISFATORIO OU INADEQUADAMENTE LOCALIZADO
☐ TODA A REDE EXISTENTE

REDE ELÉTRICA ☐ EXISTENTE E SATISFATORIO
☐ EXTERNA OU PARCIALMENTE
☐ PRECÁRIA OU INEXISTENTE

COZINHA ☐ SATISFATORIA, LOCALIZADA DENTRO DO IMPLANTADO
☐ INSATISFATORIA OU INADEQUADAMENTE LOCALIZADA
☐ INEXISTENTE

OBSERVAÇÕES: _____

6. SALUBRIDADE

ILUMINAÇÃO E VENT. NATURAL ☐ EM 2/3 DOS AMBIENTES OU MAIS
☐ EM 1/3 A 2/3 DOS AMBIENTES
☐ EM MENOS DE 1/3 DOS AMBIENTES

UMIDADE DOS AMBIENTES ☐ PRECÁRIA
☐ MODERADA
☐ EXCESSIVA

OBSERVAÇÕES: _____

Figura 169 (esq.) - Proposta de ficha do CONDEPHAAT para inventário de Pinhal, folha nº 5. Conteúdo previsto: Aspectos técnicos (instalações e serviços e salubridade).
 Fonte: CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 163.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Na **terceira etapa** (“Dados complementares”) (Figuras 170 e 171) prendia-se realizar a análise dos dados coletados nas etapas anteriores, a fim de apontar as modificações sofridas pelos imóveis e as intervenções necessárias (restaurações). Para tanto, deveriam ser descritos os dados tipológicos, modificações de materiais, propostas para as intervenções necessárias, análise dos perigos potenciais e indicação de mobiliário existente (bens móveis).

FICHAS DE INVENTÁRIO PARA PINHAL – CONDEPH AAT

DADOS COMPLEMENTARES

1. DADOS TIPOLOGICOS (Descrever aspectos essenciais, se houver, do edifício no tocante a sua linguagem arquitetônica).

2. IDENTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS

- ☐ ALVENARIA DE PEDRA
- ☐ ALVENARIA DE TIJOLO
- ☐ ALVENARIA MISTA (PEDRA E TIJOLO)
- ☐ TAPA DE PISO, TAPA DE MURTO EM ADOBE
- ☐ MADEIRA
- ☐ FERRO
- ☐ METAL

3. INTERVENÇÃO (RESTAURAÇÃO) NECESSÁRIA

Tipo de intervenção	Dados de anotação
<input type="checkbox"/> ESTABILIZAÇÃO COM REUTILIZAÇÃO	Edifício muito deteriorado
<input type="checkbox"/> SUPRESSÃO DE ELEMENTOS PARA REUTILIZAÇÃO	Edifício recuperável
<input type="checkbox"/> CONSERVAÇÃO ESTRUTURAL	Edifício de estabilização comprometida
<input type="checkbox"/> REPARAÇÃO DE COBERTURA	Edifício com cobertura recuperável (possível)
<input type="checkbox"/> SANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO	Edifícios e edifícios abandonados
<input type="checkbox"/> ELIMINAÇÃO DE ELEMENTOS E SUPERFÍCIES COM CARÁTER ARQUITETÔNICOS	Edifício muito deteriorado
<input type="checkbox"/> RETIRADA DE ELEMENTOS E SUPERFÍCIES	Edifício mal conservado
<input type="checkbox"/> RESTAURAÇÃO DE OBJETOS DE ARTE	Objetos de arte necessitando de restauração como: altar, vitrais, fornos, azulejos, etc.
<input type="checkbox"/> INTERVENÇÃO AMBIENTAL	Edifícios desmembrados

Figura 170 - Proposta de ficha do CONDEPHAAT para inventário de Pinhal, folha nº 6. Conteúdo previsto: Dados complementares (dados tipológicos e intervenção necessária).

Fonte: CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 164.

4. PERIGOS POTENCIAIS

ELEMENTOS AMEAÇADOS

- ☐ INTEGRIDADE DO EDIFÍCIO
- ☐ ARTOS APLICADOS AO EDIFÍCIO OU SEU ACERVO
- ☐ AMBIENTE DO MONUMENTO

DANOS

- ☐ INFILTRAÇÕES NATURAIS (PROBLEMAS DE SUB-SOLO, AÇÃO DO TEMPO, DOS INSETOS, ETC.)
- ☐ AÇÃO HUMANA (DEGRADAÇÃO, HUMILHAÇÃO, ETC.)
- ☐ FALTA DE MANUTENÇÃO / OU PROTEÇÃO

5. MOBILIÁRIO (BENS MÓVEIS)

- ☐ OBJETOS DE ARTE
- ☐ QUADROS
- ☐ ILUSTRAÇÕES E ESBOÇOS
- ☐ ALBRÃO

6. OBSERVAÇÕES GERAIS

Figura 171 - Proposta de ficha do CONDEPHAAT para inventário de Pinhal, folha nº 7. Conteúdo previsto: Dados complementares (perigos potenciais, mobiliário e observações gerais).

Fonte: CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 165.

A ficha, usada pelo CONDEPHAAT, constitui-se como principal instrumento para os estudos iniciais da cidade de Pinhal e de seu patrimônio arquitetônico, mostrando-se, no dizer de Flávio Luiz M. B. de Moraes (CONDEPHAAT, 26.264/88, p.158), “bastante valiosa no decorrer das visitas que realizamos”.

A intenção do órgão era a organização de informações por meio de coleta de dados de natureza física da cidade, tais como densidade, uso do solo, áreas verdes, entre outros e, posteriormente, a realização de levantamento fotográfico dos imóveis e da paisagem urbana. Salvo melhor juízo, as fichas, como constam no processo conservado nos arquivos do CONDEPHAAT, não foram preenchidas.

Por meio da análise dos dados coletados ao longo de todas as etapas desse estudo, pretendia-se o reconhecimento da existência, ou não, de valores especiais (tanto arquitetônicos quanto históricos) nos bens inventariados. Nesse sentido, os pareceres e cartas do processo de tombamento indicam que houve uma série de questionamentos e divergências entre os profissionais do órgão estadual e a Associação Pinhalense de Cultura, quanto às suas considerações acerca da valoração e necessidade de preservação do patrimônio arquitetônico de Pinhal.

Para os arquitetos do CONDEPHAAT, em geral, os edifícios construídos em Pinhal não possuíam características especiais e sua preservação embasava-se apenas em **valores históricos locais**. Portanto, **sugeriu-se que a proteção legal deveria ser feita na esfera municipal**.

Já para a Associação Pinhalense de Cultura, o tombamento estadual era indispensável para garantir a sua preservação efetiva.

Diante destas divergências, o **inventário** é mencionado nos pareceres do arquiteto Adauro Moraes (CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 27), mais uma vez, como uma possível solução para embasar e viabilizar a preservação do conjunto arquitetônico de Pinhal:

(...) Nesta abordagem longa, apesar de conhecer os edifícios apresentados, retiro a atenção individual, análise de caso por caso, dos vários edifícios do anexo I, porque minha manifestação final é pela valorização de um inventário sistemático da região.

Faço a indicação de tombamento pelo Egrégio Conselho apenas do colégio EEPG "Dr. Almeida Vergueiro" e do Cine Theatro Avenida dentre os vários edifícios constantes no anexo I deste processo. Os demais edifícios considero que devam ser analisados dentro de um procedimento do inventário regional. (CONDEPHAAT, 26.264/88, p. 27).

c) Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Pinhal (IPAC-PINHAL)

Mesmo com a evolução das **leis municipais** para embasar as práticas preservacionistas, um novo inventário em Pinhal somente foi produzido no ano de **2010**, por iniciativa do **CONDEPAC**.

Cumprе mencionar que no ano de **1991**, enquanto os estudos para tombamento do núcleo histórico de Pinhal estavam em andamento, a Prefeitura Municipal criou o **Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Espírito Santo do Pinhal (CONDEPAC)**.

Este órgão desempenha até hoje a tarefa de gerir as políticas de defesa do patrimônio local. De acordo com a legislação municipal, compete ao CONDEPAC:

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Definir a política municipal de Defesa do Patrimônio Cultural; Proceder a estudos para elaboração e aperfeiçoamento de recursos institucionais e legais, (...) para a defesa do patrimônio cultural, histórico, folclórico, artístico, turístico, ambiental, ecológico e arqueológico do Município; Coordenar, integrar e executar as atividades públicas referentes à defesa do patrimônio cultural do Município. (Espírito Santo do Pinhal, Lei 1.807, artigo 2º).

Nesse sentido, o **Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Pinhal (IPAC-PINHAL)** trata-se de uma identificação e sistematização do acervo arquitetônico erigido na cidade no século XX que à época ainda estava preservado.

A partir de uma seleção inicial, foi realizado **levantamento fotográfico das fachadas** dos imóveis identificados e, após a coleta de dados, foi produzida uma **listagem dos imóveis de interesse histórico e cultural da cidade** (Figuras 172 e 173)²⁷.



Figura 172 – Parte do levantamento fotográfico de imóveis históricos de Pinhal, trabalho realizado em 2010, para o IPAC-PINHAL.

Fonte: IPAC-PINHAL, 2010 (Arquivo disponibilizado pela arquiteta Thais Helena Vergueiro Costa).

²⁷ Nos trabalhos de IPAC-PINHAL foi realizado levantamento fotográfico de 280 fachadas e, em tabela, foram sistematizadas informações de 200 imóveis de Pinhal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL - SP

TABELA 2 - INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL - IPAC-PINHAL - 2010

Nº	FOTO Nº	IMÓVEL TOMBADO		INSCRIÇÃO CADASTRAL DO IMÓVEL Nº	ENDEREÇO LOGRADOURO Nº BAIRRO	INSERIDO NÚCLEO HISTÓRICO RS - 035/92		GRAUS DE PROTEÇÃO			DEMOLIÇÃO					ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL							OBSERVAÇÃO
		S	N			GP1	GP2	GP3	ND	D	DAC	DA PM ESP	NA	DSA	O	MB	B	P	ER				
001	001		x		Rua Abelardo César, 51 – Centro	x				x	x								x				Necessita de conservação
002	002		x		Rua Abelardo César, 120 – Centro	x				x		x							x				Ótimo estado de conservação
003	003		x		Rua Abelardo César, 144 – Centro	x				x		x								x			Importante e necessita de conservação pintura
004	004		x		Rua Abelardo César, 149 – Centro	x				x		x								x			Necessita de manutenção/conservação
005	005		x	4.591-00	Rua Acrísio, Dr., 51 – Centro	x				x		x							x				Nº 51 e nº 67 conjunto
006	006		x	4.592-00	Rua Acrísio, Dr., 62 – Centro	x				x		x								x			Nº 62, 72, 84 conjunto
007	007		x	4.594-00	Rua Acrísio, Dr., 72 – Centro	x				x		x								x			Nº 62, 72, 84 conjunto
008	008		x	4.595-00	Rua Acrísio, Dr., 84 – Centro	x				x		x								x			Nº 62, 72, 84 conjunto
009	009		x		Rua Antonio Augusto, Cel., 384 - Centro		x			x		x							x				Estilo normando
010	010		x	1.843-00	Rua Antonio Bento, 49 – Centro			x		x		x									x		Nº 49 e 67 conjunto adequar vãos conservação/manutenção
011	010		x	1.844-00	Rua Antonio Bento, 67 - Centro			x		x		x									x		Nº 49 e 67 idem
012	011 e 012		x		Rua Amando Vergueiro, Cel., 180 - Centro			x		x		x								x			Educandário de menores
013	013		x		Rua Amando de Paiva, Centro			x		x		x										x	Entorno da estação ferroviária tombada
014	014		x		Rua Amando de Paiva, Centro			x		x		x									x		Entorno da estação ferroviária tombada
015	015		x		Rua Amando de Paiva, Centro			x		x		x									x		Entorno da estação ferroviária tombada

GRAUS DE PROTEÇÃO: GP1 = GRAU DE PROTEÇÃO 1 (TOTAL); GP2 = GRAU DE PROTEÇÃO 2 (PARCIAL); GP3 = GRAU DE PROTEÇÃO 3 (VOLUNTÁRIA); DEMOLIÇÃO: ND = NÃO DEMOLIDO; D = DEMOLIDO; DAC = DEMOLIÇÃO AUTORIZADA CONDEPHAAT; DAPMESP = DEMOLIÇÃO AUTORIZADA PREFEITURA MUNICIPAL E SP DO PINHAL; NA = NÃO AUTORIZADA; DSA = DEMOLIDA SEM AUTORIZAÇÃO; ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL: O = ÓTIMO; MB = MUITO BOM; B = BOM; P = PÉSSIMO; ER = EM RUÍNA.

Imóveis Tombados segundo a Resolução SC nº 635, publicada do D.O.E. 17/11/1992

Imóveis que o CONDEPHAAT deliberou abertura de processo de tombamento – Notificação publicada D.O.E. 11/05/2010

Imóveis em tramitação no CONDEPHAAT

ANEXO - V - TABELA 2 - INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE PINHAL - IPAC-PINHAL - ELABORAÇÃO CONDEPA-PINHAL - SISTEMATIZAÇÃO ARQUITETA E URBANISTA THAÍS H. V. COSTA - NOVEMBRO/2010 página 2 de 15

Figura 173 – Tabela para sistematização dos dados coletados no IPAC-PINHAL, realizado em 2010.

Nesta tabela constam informações tais como: endereço, preservação existente, grau de proteção, demolições existentes, estado de conservação e observações complementares.

Fonte: IPAC-PINHAL, 2010 (Arquivo disponibilizado pela arquiteta Thais Helena Vergueiro Costa).

O **IPAC-PINHAL** caracterizou-se como uma iniciativa de reconhecimento das diversas tipologias arquitetônicas existentes em Pinhal, assim como a listagem da Associação Pinhalense na década de 1980, identificando desde casarões dos fazendeiros de café, residências mais simples, estabelecimentos comerciais, espaços de uso misto (residencial e comercial), igrejas, antigos armazéns, entre outros.

A listagem, sistematizada pela arquiteta Thaís H. V. Costa (então responsável pelos trabalhos do CONDEPAC), ainda que não tenha correspondido a um trabalho aliado à pesquisa histórica, visou **identificar imóveis de interesse histórico e cultural** para a cidade, os seus **graus de preservação, estado de conservação** e a **existência de demolições**.

Este documento até hoje é tomado como um balizador para o controle do patrimônio pinhalense a ser preservado na cidade, não tendo resultado, contudo, em novos pedidos de tombamento²⁸.

²⁸ Apesar de a população de Pinhal ter lutado para conseguir a preservação de seu patrimônio arquitetônico em nível estadual, a cidade não possui nenhum imóvel tombado a nível municipal. Ao município coube até hoje apenas a gestão e conservação desse patrimônio já reconhecido.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Por fim, ao percorrer a trajetória das políticas e práticas preservacionistas do patrimônio histórico e arquitetônico de Espírito Santo do Pinhal, principalmente a respeito do **uso de inventários e fichas de levantamentos**, percebe-se que esses instrumentos de reconhecimento ainda não se consolidaram com práticas recorrentes. Por esta razão, dentre os inventários mencionados como exemplos, **não existe uma metodologia padronizada**, cada um foi feito espelhando-se nos padrões nacionais de suas épocas.

Tombamento do Núcleo Histórico de Espírito

Santo do Pinhal: Questões para revisão

Capítulo 5



PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Os tecidos urbanos guardam referências significativas e necessárias para a manutenção da memória e para a identificação do cidadão com o espaço onde vive. A preservação física dos vários elementos do espaço urbano é “de fundamental importância para o pleno exercício da cidadania” (D’ALAMBERT et. al., 2006, p.155).

Em **Espírito Santo do Pinhal**, nos últimos 30 (trinta) anos o município pouco avançou nas práticas de reconhecimento e preservação patrimonial, apesar da visão madura da população sobre seu patrimônio (que já na década de 1980 reconhecia a importância de sua **diversidade**) e das iniciativas de ampliação das **leis** estabelecidas entre as décadas de 1990 e 2010, que passaram a incidir sobre o patrimônio edificado. Ainda hoje o tombamento estadual caracteriza-se como a iniciativa mais significativa no campo da preservação.

Os trabalhos realizados desde então – como a consolidação das novas leis, inventários e pesquisas acadêmicas – apresentam uma noção de patrimônio vinculada quase exclusivamente ao conjunto tombado e pouco consideram a diversidade de outros de exemplares arquitetônicos destacados pela Associação Pinhalense de Cultura em 1985.

Nesse sentido, cumpre aqui apresentar parte do material que produzi para minha dissertação de mestrado, desenvolvida dentro do programa de pós-graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp.

A meu ver, esta proposta da pesquisa se difere dos trabalhos anteriores, pois analisa outras áreas e conjuntos que também representam importantes períodos da história e evolução urbana de Pinhal.

Desta maneira, é importante explicar que a **pesquisa histórica inicial** foi centrada na leitura da morfologia urbana, compreendendo fatores históricos, urbanos, sociais e arquitetônicos responsáveis pelo desenvolvimento da cidade.

A produção arquitetônica de determinados bairros foi entendida como registro de **um passado que ainda precisava (e precisa até hoje) ser estudado**, para o reconhecimento pleno da história de Espírito Santo do Pinhal e para possíveis ações preservacionistas de bens imóveis importantes que mesmo atualmente não são reconhecidos como tal.

Portanto, a **análise histórica e arquitetônica** da **Vila Monte Negro e Vila Norma** justifica-se principalmente pelos seguintes fatores:

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

- A **Vila Monte Negro** é um dos bairros mais antigos de Pinhal, tendo significado histórico e cultural, com valores arquitetônicos e urbanísticos de interesse à preservação;
- A **Vila Monte Negro** passou, e tem passado, por transformações sociais que colocaram em risco o seu conjunto edificado;
- A **Vila Norma** é um importante testemunho da dinâmica mais recente de crescimento urbano local;
- Na **Vila Norma** concentram-se exemplares arquitetônicos que ilustram a assimilação de um estilo ainda pouco estudado e reconhecido na cidade (a arquitetura moderna), e que interessa ao patrimônio.

Assim, considerou-se como relevantes o trabalho de mestrado não só imóveis excepcionais localizados nestes bairros, mas também exemplares anônimos que conservam os modos de vida característicos de suas épocas. Estas construções, juntas, dão forma a conjuntos arquitetônicos singulares na paisagem da cidade, **merecedores de proteção legal**.

O estudo, registro e construção de inventários dos mesmos se constituem como instrumentos que, por reunir um vasto e diversificado banco de informações, possibilitam o estabelecimento de normativas para a preservação do patrimônio edificado à luz das demandas atuais de desenvolvimento. Tais atividades contribuem também para evidenciar as potencialidades e vocações desses espaços e viabilizar a reinserção destes na dinâmica da cidade contemporânea.

Ainda, a estrutura de **inventário** de bens arquitetônicos foi considerada como o produto que melhor concilia as informações disponíveis coletadas e os resultados esperados.

5.1 O fichamento

A metodologia adotada no **inventário de identificação**²⁹ aqui apresentado (proposto originalmente como parte de minha dissertação de mestrado) procura se desvincular do estudo focado na área central e analisa dois conjuntos com características arquitetônicas distintas entre si.

Desta maneira, a pesquisa inicial foi centrada na análise da **evolução urbana** da cidade, identificando os principais espaços responsáveis pelo seu crescimento. Posteriormente, partiu-se para o reconhecimento de como os **bairros** a serem estudados (nomeadamente a Vila Monte

²⁹ De acordo com Lia Motta et. al. (2016), os inventários de identificação figuram um primeiro conhecimento dos bens culturais, onde devem ser coletados dados básicos, tais como: a localização, o proprietário, a época de construção e realizar levantamento fotográfico dos bens.

Negro e Vila Norma) se constituíram inicialmente. Por fim, chegou-se à **escolha dos imóveis** a serem inventariados.

Até à época de minha pós-graduação não havia sido realizado qualquer tipo de estudo sobre a arquitetura moderna de Pinhal e a Prefeitura Municipal também não possui nenhum tipo de documentação sobre a **Vila Norma** e as residências lá construídas. Portanto, este trabalho contou com a **busca de documentos e informações inéditas**. Para tanto, foi indispensável o acesso a moradores antigos e atuais do bairro, que em conversas e entrevistas relataram informações sobre a evolução da Vila e a construção de suas residências.

A **Vila Monte Negro**, por ser um bairro histórica e temporalmente mais próximo ao núcleo tombado, já dispõe de um número maior de documentos e referências bibliográficas (gerais e locais) que informam dados necessários para a construção de sua análise.

Não existem, contudo, estudos sobre seu acervo edificado, à exceção da residência do Comendador Monte Negro e da antiga Estação Ferroviária. A Relação de imóveis para tombamento proposta pela Associação Pinhalense de Cultura (1985) e o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Pinhal (2010), que identificam algumas construções do bairro, foram essenciais para auxiliar na escolha dos bens imóveis a serem estudados.

Durante a coleta de dados sobre a cidade foi encontrado também **levantamento fotográfico** (fotos aéreas) realizado pela Prefeitura em **1969**, acervo que permitiu a leitura dos conjuntos estudados, relacionando-os às demais partes da cidade. Tais fotos, apesar de não focarem diretamente nos imóveis, constituíram documentos de extrema importância para comprovar muitas informações que haviam sido adquiridas anteriormente.

Diante da dificuldade de conseguir os documentos originais sobre a produção arquitetônica desses bairros, o levantamento de dados é resultado de fontes diretas e indiretas. A busca pelos projetos arquitetônicos perpassa pelo cruzamento de referências bibliográficas, acervos fotográficos, levantamentos arquitetônicos e relatos.

Optou-se pela **seleção de 7 (sete) imóveis em cada bairro** (Figura 174), procedendo também ao cotejamento dos dados *in situ*. A escolha dos imóveis obedeceu a diferentes critérios para cada uma das áreas.

Na **Vila Monte Negro** privilegiou-se:

1. As diferentes tipologias encontradas em um mesmo espaço (imóveis residenciais com várias soluções de implantação, estabelecimentos comerciais, edifícios ferroviários e industriais);
2. A disponibilidade de informações e documentos sobre os imóveis;

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

3. O estado de conservação dos mesmos, permitindo o reconhecimento de suas características arquitetônicas e históricas marcantes.
4. Foram selecionados: 1 (um) imóvel de uso misto (residencial e comercial), 2 (duas) residências, 3 (três) antigos armazéns e a antiga Estação Ferroviária

Na **Vila Norma** foram considerados:

1. Dados cronológicos: foram estudadas as primeiras residências do bairro, construídas a partir início da década de 1950;
2. A disponibilidade de documentos sobre os imóveis ou o acesso aos moradores, que oralmente relataram informações de extrema relevância à pesquisa;
3. A autoria dos projetos arquitetônicos: foram analisados 6 (seis) projetos de José Costa e 1 (um) do arquiteto paulista Carlos Alberto Cerqueira Lemos;
4. O estado de conservação dos imóveis.

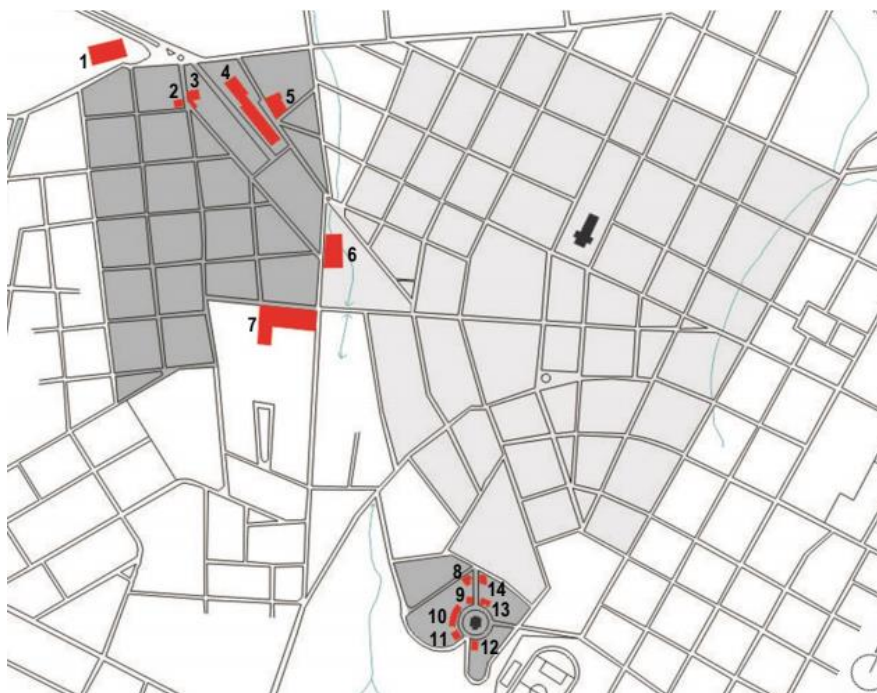


Figura 174 – Mapeamento dos 14 (quatorze) imóveis inventariados.

Fonte: Autora, 2017 (mapa esquemático desenvolvido a partir de mapeamento digital disponibilizado pela Prefeitura Municipal).

Legenda:

- | | |
|--|--|
| 1. Armazém de Lourenço Westin | 8. Residência Espólio de Reni Novaes Vergueiro |
| 2. Residência de Antônio Augusto Antunes | 9. Residência de Adriano Ferriani |
| 3. Chalé Comendador Monte Negro | 10. Residência de Pedro Henrique Sertório |
| 4. Estação Ferroviária | 11. Residência de Raul Vergueiro |
| 5. Residência de Rubens Marinelli | 12. Residência de Dinah Camargo |
| 6. Conjunto industrial da Rua Prefeito Lessa | 13. Residência de Iamina Chaim Pinto |
| 7. Armazéns Construtora Antônio Costa | 14. Residência de José Marabes |

Para sistematizar os dados obtidos na pesquisa histórica e arquitetônica sobre os bairros da Vila Monte Negro e Vila Norma, a apresentação das informações foi organizada no formato de **fichas de inventário**.

As etapas necessárias para a realização do **inventário do patrimônio ferroviário e moderno**, construído em Espírito Santo do Pinhal entre os séculos XIX e XX, foram guiadas por publicações já existentes, baseando-se em diferentes trabalhos de sistematização aplicados pelo IPHAN, por governos estaduais e iniciativas municipais³⁰.

Assim, o **fichamento apresentado a seguir** é composto da documentação de **14 (catorze) imóveis**, destacando principalmente dados tais como: **histórico dos imóveis, descrição arquitetônica, mapa de localização, levantamento fotográfico e questões relativas à preservação e conservação dos bens**.

A **estrutura de ficha** desenvolvida buscou dar conta da diversidade de tipologias e características arquitetônicas que os imóveis selecionados possuem. Tais fichas constam de informações divididas nos seguintes campos-chave: **1-** Localização; **2-** Identificação do bem arquitetônico (construção, uso, descrição do histórico, características arquitetônicas); **3-** Proteção (existência ou não de legislação incidente sobre o imóvel e estado de preservação).




³⁰ A saber: na esfera federal analisou-se o SICG-IPHAN; nos trabalhos estaduais, principalmente, o IPAC-BA, IPAC-IEPHA e inventários do CONDEPHAAT, e na esfera municipal foram analisadas as fichas de inventário propostas pela Associação Pinhalense de Cultura e pelo arquiteto Flávio Luiz Marcondes Bueno de Moraes durante o processo de tombamento pelo CONDEPHAAT.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Fichamento

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODERNO PINHALENSE					Ficha nº 01	
Bens arquitetônicos da Vila Monte Negro			X			
Bens arquitetônicos da Vila Norma						
1. LOCALIZAÇÃO						
Município:	Espírito Santo do Pinhal		F:	P		
Bairro:	Vila Monte Negro					
Endereço antigo:	Rua Governador Pedro Toledo, s/n.					
Endereço atual:	Av. Washington Luís, nº 49.					
						
2. IDENTIFICAÇÃO DO BEM ARQUITETÔNICO						
Proprietário:	Falcafé					
Autor do projeto:						
Período da construção:	Tipologia:	Usos:		Propriedade:		
Antes de 1900	Residencial	Uso original: Industrial		Privada:	X	
Entre 1900-1950	Ferroviária	Uso atual: Industrial		Pública:		
Depois de 1950				Mista:		
<p>Obs. complementares: Não foram encontrados documentos que informassem o ano de construção do armazém, contudo, acredita-se que date dos primeiros anos da década de 1900.</p>						
Informações históricas:						
<p>A localização deste armazém na Av. Washington Luís sempre foi determinante para o escoamento dos produtos locais (café). Originalmente os trilhos da linha férrea delimitavam um dos limites do seu lote (atual Rua Governador Pedro Toledo). Assim, esse imóvel sempre foi ocupado por empresas vinculadas com produção e exportação agrícola, mantendo esse tipo de ocupação até hoje.</p>						
Breve descrição arquitetônica:						
<p>O antigo armazém de Lourenço Westin compõe com o Chalé do Comendador Monte Negro e a residência de Antônio Augusto Antunes um conjunto arquitetônico marcante na paisagem pinhalense e, em especial, na Vila Monte Negro. Arquitetonicamente, trata-se de um grande volume retangular construído em alvenaria de tijolo, por vezes aparente ou com reboco em massa (principalmente sobre os pilares nas fachadas).</p>						
Levantamento fotográfico:						

	
Antigo armazém de Lourenço Westin. Propriedade da empresa Icatu, até julho de 2016. Fonte: Autora, 2016.	Antigo armazém de Lourenço Westin. Atualmente é propriedade da empresa Falcafé. Fonte: Autora, 2016.
	<p><i>Comentários:</i> A partir da análise comparativa entre os registros fotográficos do imóvel em diferentes épocas é possível confirmar que ainda hoje este armazém mantém preservadas suas características arquitetônicas, bom estado de conservação e mesmo tipo de uso.</p>
Antigo armazém em 1949. Na época deste registro fotográfico era ocupado pela empresa Lima, Nogueira & Cia. No primeiro plano da foto veem-se os trilhos do ramal férreo. Fonte: Revista Planteia, 1949.	
Documentos complementares:	
3. PROTEÇÃO	
Estadual INDIVIDUAL (Resolução SC-35)	
Estadual – ÁREA ENVOLTÓRIA (Resolução SC-35)	X
Inexistente	
<i>Comentários:</i> Imóvel localizado dentro da área envoltória da Estação Ferroviária tombada pelo CONDEPHAAT.	
<i>Obs.:</i> A resolução SC-35 do CODEPHAAT, de 16/11/1992, define o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal e tomba onze imóveis inseridos nessa área.	
Estado de preservação:	
Íntegro	<i>Breve descrição do estado de conservação:</i> Externamente o imóvel sempre foi bem conservado e mantém até hoje suas características arquitetônicas originais. Devido às suas grandes dimensões também foi mantido o mesmo tipo de uso industrial (especificamente de empresas ligadas ao comércio e exportação de café).
Pouco alterado	
Muito alterado	
Descaracterizado	
REFERÊNCIAS	
FREITAS, Sônia Maria. <i>Vida e obra do Comendador Montenegro – Um Lousanense visionário no Brasil</i> . São Paulo: Polo Printer, 2013.	
RIZZONI, Ernesto (org.). <i>Revista Poliantéia</i> . Espírito Santo do Pinhal, 1949.	

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

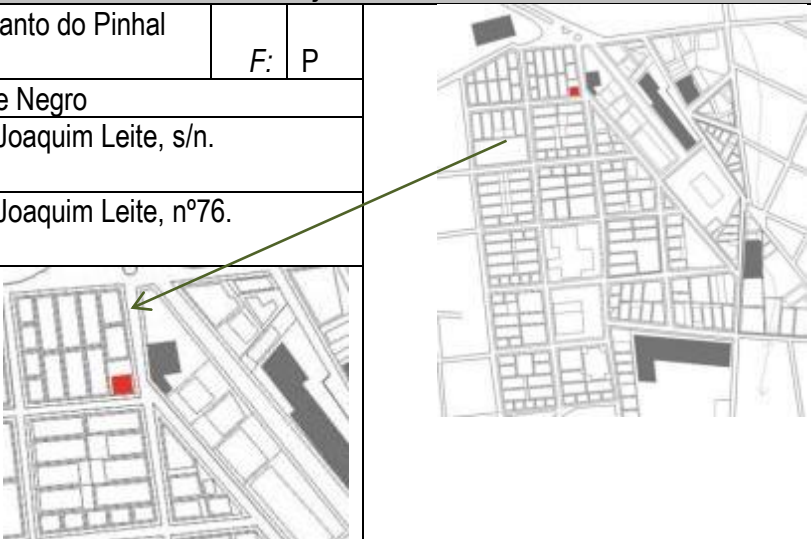
Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. Tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. *Resolução SC-35, de 16/11/92.*

SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. CONDEPHAAT. *Estudo de tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. Anexo 1- Relação de imóveis para tombamento.* São Paulo, 1988. Processo nº 26.264/88.

PRENCHIMENTO

<i>Responsável</i>	Julia Farah Ribeiro	<i>Data</i>	09/10/2016
--------------------	---------------------	-------------	------------

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODERNO PINHALENSE						Ficha nº 02	
Bens arquitetônicos da Vila Monte Negro				X			
Bens arquitetônicos da Vila Norma							
1. LOCALIZAÇÃO							
Município:	Espírito Santo do Pinhal			F:	P		
Bairro:	Vila Monte Negro						
Endereço antigo:	Rua Cel. Joaquim Leite, s/n.						
Endereço atual:	Rua Cel. Joaquim Leite, nº76.						
2. IDENTIFICAÇÃO DO BEM ARQUITETÔNICO							
Proprietário:	Espólio de Jacob Antunes						
Autor do projeto:							
Período da construção:		Tipologia:		Usos:		Propriedade:	
Antes de 1900		Residencial		Uso original: Residencial		Privada:	X
Entre 1900-1950		Ferroviária		Uso atual: Residencial		Pública:	
Depois de 1950						Mista:	
Obs. complementares:							
Informações históricas:							
<p>Antônio Augusto Antunes, antigo proprietário, era português nascido na cidade de Louzã. O sr. Antunes era uma das pessoas mais próximas ao Comendador João Elisário de Carvalho Monte Negro e por isso construiu sua residência em frente ao Chalé do Comendador. Não há registros que confirmem a data precisa de sua construção, contudo, acredita-se que seja próxima ao Chalé, construído em 1894.</p>							
Breve descrição arquitetônica:							
<p>Implantada em um lote de esquina, a residência de Antônio A. Antunes, assim como a construída pelo Comendador, difere-se das demais casas do bairro. Apesar de não possuir muitos ornamentos em suas fachadas, é o único exemplar arquitetônico da Vila Monte Negro que possui porão alto. Foi construída com tijolos e a cobertura é feita por um telhado em quatro águas, arrematado por platibandas. A volumetria da implantação não apresenta grandes inovações, caracterizando-se como um grande volume único retangular ocupando o alinhamento do lote em apenas uma face lateral.</p>							
Levantamento fotográfico:							

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Antiga residência Antônio Augusto Antunes.
Fonte: Autora, 2016.

Comentários: Apesar de não possuir elementos estéticos muito elaborados esta é uma das residências mais expressivas da Vila Monte Negro, principalmente devido às grandes dimensões do lote e a localização privilegiada (lote de esquina próxima à Av. Washington Luís, via de acesso à rodovia).

Documentos complementares:

3. PROTEÇÃO

4.

Estadual INDIVIDUAL (Resolução SC-35)		
Estadual – ÁREA ENVOLTÓRIA (Resolução SC-35)	X	
Inexistente		

Comentários: Imóvel localizado dentro da área envoltória da Estação Ferroviária tombada pelo CONDEPHAAT.

Obs.: A resolução SC-35 do CODEPHAAT, de 16/11/1992, define o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal e tomba onze imóveis inseridos nessa área.

Estado de preservação:

Íntegro		<i>Breve descrição do estado de conservação:</i> Não foram feitas reformas ou alterações que provocassem descaracterização do imóvel, tanto interna quanto externamente. Atualmente esta residência encontra-se desocupada. A falta de uso e de manutenção tem resultado em processo de degradação deste bem.
Pouco alterado		
Muito alterado		
Descaracterizado		

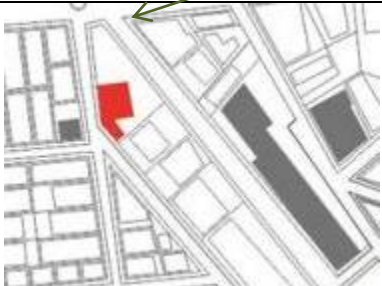
REFERÊNCIAS

FREITAS, Sônia Maria. *Vida e obra do Comendador Montenegro – Um Lousanense visionário no Brasil*. São Paulo: Polo Printer, 2013.

SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. Tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. *Resolução SC-35, de 16/11/92*.

PRENCHIMENTO

<i>Responsável</i>	Julia Farah Ribeiro	<i>Data</i>	09/10/2016
--------------------	---------------------	-------------	------------

NVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODERNO PINHALENSE						Ficha nº 03	
Bens arquitetônicos da Vila Monte Negro				X			
Bens arquitetônicos da Vila Norma							
1. LOCALIZAÇÃO							
Município:	Espírito Santo do Pinhal			F:	P		
Bairro:	Vila Monte Negro						
Endereço antigo:	Rua Cel. Joaquim Leite, s/n.						
Endereço atual:	Rua Cel. Joaquim Leite, nº 31						
							
2. IDENTIFICAÇÃO DO BEM ARQUITETÔNICO							
Proprietário:	Silvio Occialini						
Autor do projeto:							
Período da construção:	Tipologia:		Usos:		Propriedade:		
Antes de 1900	Residencial		Uso original: Institucional		Privada:	X	
Entre 1900-1950	Ferroviária		Uso atual: Comercial		Pública:		
Depois de 1950					Mista:		
<p><i>Obs. complementares:</i> Os dados sobre a data em que o chalé foi construído não são claros, contudo, em visita ao Chalé o atual proprietário afirmou que a residência data do ano de 1894.</p>							
Informações históricas:							
<p>Antiga residência de João Elisário de Carvalho Monte Negro, o Comendador Monte Negro, importante fazendeiro de origem portuguesa. Por ter sido construída nas terras do Comendador, foi a primeira residência do bairro e também um dos primeiros imóveis da área, além da estação ferroviária. O Comendador foi grande incentivador da implantação das linhas férreas da cidade, e por isso o desenvolvimento do bairro da Vila Monte Negro está diretamente atrelado ao movimento de imigração italiana e portuguesa na cidade. A construção da antiga Estação e do Chalé marca o início da Vila Monte Negro.</p>							
Breve descrição arquitetônica:							
<p>O “Chalé” está implantado em terreno com forma irregular e pequeno declive. Como solução para a topografia, a residência foi construída elevada do solo com base de pedra. Diferentemente de todas as outras residências do bairro, o chalé possui volumetria “movimentada” e deslocada dos limites do lote, circundada por jardins. A entrada principal está voltada para a rua paralela ao prédio da estação ferroviária. Possui dois pavimentos e na fachada principal o acesso ao interior da residência é feito por</p>							

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

uma escadaria que leva a um alpendre, cuja cobertura é sustentada por pilares metálicos, desenhando um acabamento que remete a uma renda.

Levantamento fotográfico:



Chalé do Comendador Monte Negro. Fonte: Autora, 2016.



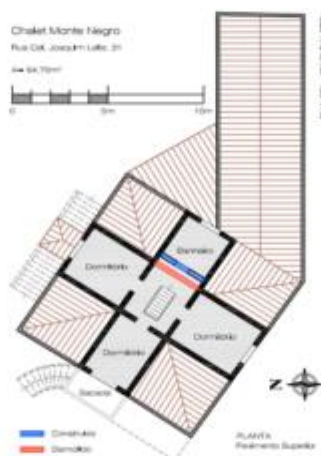
Vista lateral da residência. Ao fundo pode-se ver a antiga garagem. Fonte: Autora, 2016.



Chalé do Comendador Monte Negro, visto da Av. Washington Luiz. Fonte: Autora, 2016.

Comentários: Esta residência pode ser considerada um dos monumentos mais reconhecidos na cidade. Construída em uma área onde predominam residências menos expressivas, o “chalé” é ricamente ornamentado. Sua implantação isolada no lote e sua localização próxima a importantes vias fazem com que esta residência seja um dos elementos mais destacados na paisagem urbana.

Documentos complementares:



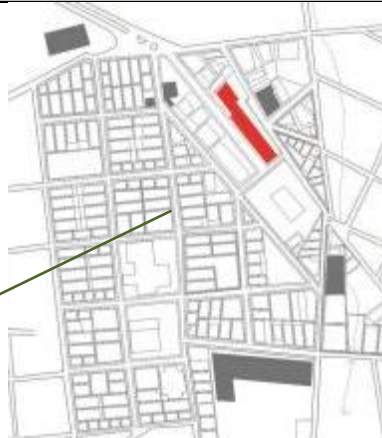
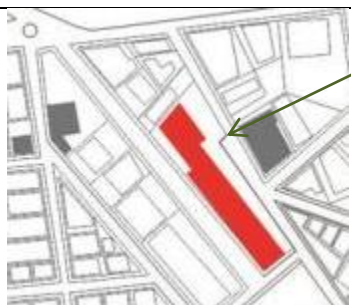
Planta baixa atual, confeccionada a partir do levantamento arquitetônico feito pela arquiteta Camila Corsi Ferreira. Fonte: FERREIRA, 2010.

3. PROTEÇÃO

Estadual INDIVIDUAL (Resolução SC-35)			
Estadual – ÁREA ENVOLTÓRIA (Resolução SC-35)		X	
Inexistente			
Comentários: Imóvel localizado dentro da área envoltória da Estação Ferroviária tombada pelo CONDEPHAAT.			
Obs.: A resolução SC-35 do CODEPHAAT, de 16/11/1992, define o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal e tomba onze imóveis inseridos nessa área.			
Estado de preservação:			
Íntegro		Breve descrição do estado de conservação:	
Pouco alterado		O imóvel não passou por grandes reformas que descaracterizassem sua arquitetura. Durante as últimas décadas o “chalé” não estava em bom estado de conservação, apresentando diversos sinais de degradação de elementos estéticos e estruturais. Neste ano de 2016 a casa foi vendida e o novo proprietário realizou obras de restauro, hoje este se encontra bem preservado. A maior intervenção já realizada foi a alteração no fechamento do terreno, em meados da década de 1970, anteriormente este era feito por meio de gradis de meia altura que foram substituídos por muros altos.	
Muito alterado			
Descaracterizado			
REFERÊNCIAS			
<p>FERREIRA, Camila Corsi. <i>Arquitetura Residencial Urbana: Espírito Santo do Pinhal, 1880-1930</i>. 531p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.</p> <p>FREITAS, Sônia Maria. <i>Vida e obra do Comendador Montenegro – Um Lousanense visionário no Brasil</i>. São Paulo: Polo Printer, 2013.</p> <p>SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. Tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. <i>Resolução SC-35, de 16/11/92</i>.</p> <p>SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. CONDEPHAAT. <i>Estudo de tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. Anexo 1- Relação de imóveis para tombamento</i>. São Paulo, 1988. Processo nº 26.264/88.</p>			
PREENCHIMENTO			
Responsável	Julia Farah Ribeiro	Data	09/10/2016

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODERNO PINHALENSE					Ficha nº 04	
Bens arquitetônicos da Vila Monte Negro			X			
Bens arquitetônicos da Vila Norma						
4. LOCALIZAÇÃO						
Município:	Espírito Santo do Pinhal		F:	P		
Bairro:	Vila Monte Negro					
Endereço antigo:	Av. Dr. Quirino dos Santos, s/n.					
Endereço atual:	Praça Motta Sobrinho, Nº 39.					
						
5. IDENTIFICAÇÃO DO BEM ARQUITETÔNICO						
Proprietário:	Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal					
Autor do projeto:	Nicolau Rehder					
Período da construção:	Tipologia:		Usos:		Propriedade:	
Antes de 1900	Residencial		Uso original: Institucional		Privada:	
Entre 1900-1950	Ferroviária		Uso atual: Comercial		Pública:	X
Depois de 1950					Mista:	
<p><i>Obs. complementares:</i> Antiga estação ferroviária, construída no ano de 1890. Hoje a estação encontra-se desativada, sendo ocupada como estabelecimento comercial da Cooperativa dos Cafeicultores de Pinhal (COOPINHAL).</p>						
Informações históricas:						
<p>O edifício da Estação de Pinhal pertencia ao ramal ferroviário de Pinhal, uma iniciativa do Barão de Motta Paes e do Comendador Monte Negro. O ramal foi inaugurado no ano de 1889, mas as obras da estação e armazéns foram concluídas apenas no ano seguinte. Localiza-se na Vila Monte Negro, terras pertencentes ao Comendador.</p>						
Breve descrição arquitetônica:						
<p>O edifício que hoje é reconhecido como a antiga estação ferroviária é na verdade o segundo construído para essa função. Originalmente havia neste mesmo terreno um edifício menor com tijolos aparentes, construído no ano de 1890. No ano de 1909 houve uma ampliação, que também não atendeu às demandas da época e, em 1913, a antiga estação foi demolida, no mesmo lugar construiu-se um edifício mais amplo. Caracteriza-se por sua forma retangular bem alongada, construída em alvenaria de tijolos recoberta por argamassa, telhado em duas águas e platibandas, sem cobertura da gare, apenas</p>						

sobre as entradas de acesso (feitas com estruturas metálicas). Apesar de constituir um único edifício, os espaços evidenciam-se na volumetria. A área do armazém, por exemplo, possui largura um pouco maior do que a estação e sua cobertura, também em duas águas, conta com um lanternim contínuo.

Levantamento fotográfico:



Edifício da antiga Estação Ferroviária de Pinhal. Fonte: Autora, 2016.



Edifício da antiga Estação Ferroviária de Pinhal. Fonte: Autora, 2016.



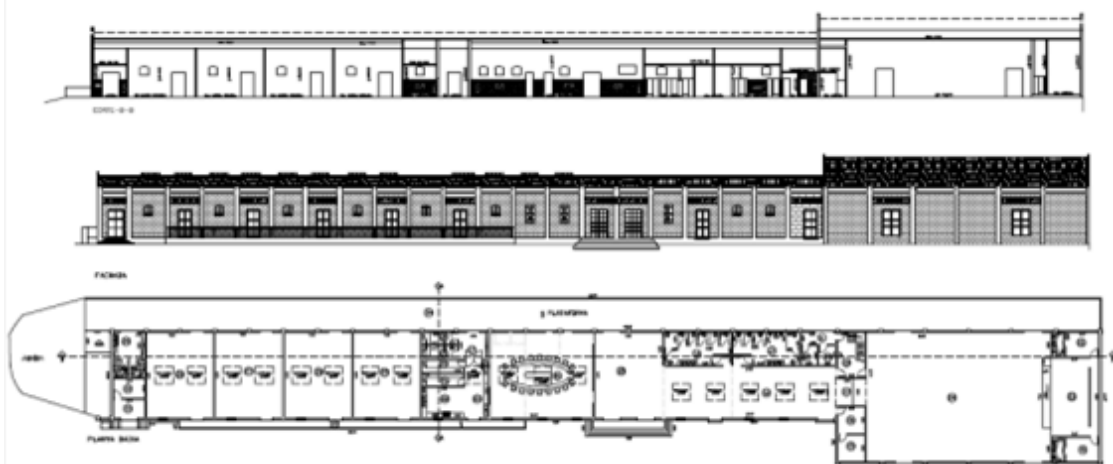
Antigos armazéns de estocagem de café pertencentes ao conjunto ferroviário. Fonte: Autora, 2016.



Vista parcial da estação e armazéns. Fonte: Autora, 2016.

Comentários: Ainda que o conjunto da antiga estação ferroviária tenha sido amplamente alterado durante a segunda metade do século XX, a partir do levantamento fotográfico da área ainda é possível identificar alguns armazéns da época que também foram mantidos.

Documentos complementares:



Levantamento arquitetônico do edifício da antiga estação de Pinhal. Fonte: Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal.

6. PROTEÇÃO

Estadual INDIVIDUAL (Resolução SC-35)

X

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Estadual – ÁREA ENVOLTÓRIA (Resolução SC-35)		
Inexistente		
<p><i>Comentários:</i> Edifício pertencente ao conjunto tombado pelo CONDEPHAAT no ano de 1992 (processo de tombamento nº 26.264/88).</p> <p><i>Obs.:</i> A resolução SC-35 do CODEPHAAT, de 16/11/1992, define o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal e tomba onze imóveis inseridos nessa área.</p>		
Estado de preservação:		
Íntegro		<p><i>Breve descrição do estado de conservação:</i></p> <p>Quanto ao edifício isolado, pode-se afirmar que o tombamento efetivamente garantiu a sua preservação. Não foram realizadas reformas ou intervenções que resultassem em alterações de suas características arquitetônicas, ainda que o edifício não esteja em perfeito estado de conservação. Houve mudanças de uso (hoje é um estabelecimento comercial) e entre os anos de 2014 e 2015 o entorno da estação abrigou o carnaval de rua da cidade. Foi seu lote original, contudo, que sofreu maiores transformações. Inicialmente a estação contava com um conjunto arquitetônico maior (casa de máquinas, garagem, entre outros). Com a desativação das linhas férreas as demais instalações foram sendo demolidas e o lote original foi subdividido, hoje é composto por três partes: uma ainda com o edifício da estação, outra com a nova estação rodoviária e na terceira foi construído o fórum municipal. Os antigos trilhos do Ramal também foram removidos.</p>
Pouco alterado		
Muito alterado		
Descaracterizado		
REFERÊNCIAS		
<p>FREITAS, Sônia Maria. <i>Vida e obra do Comendador Montenegro – Um Lousanense visionário no Brasil</i>. São Paulo: Polo Printer, 2013.</p> <p>SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. Tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. <i>Resolução SC-35, de 16/11/92</i>.</p> <p>SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. CONDEPHAAT. Estudo de tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. Anexo 1- Relação de imóveis para tombamento. São Paulo, 1988. <i>Processo nº 26.264/88</i>.</p>		
PRENCHIMENTO		
<i>Responsável</i>	Julia Farah Ribeiro	<i>Data</i> 09/10/2016

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODERNO PINHALENSE						Ficha nº 05	
Bens arquitetônicos da Vila Monte Negro				X			
Bens arquitetônicos da Vila Norma							
1. LOCALIZAÇÃO							
Município:	Espírito Santo do Pinhal			F:	P		
Bairro:	Vila Monte Negro						
Endereço antigo:	Rua da Louzã, s/n.						
Endereço atual:	Rua Benjamin Constant, nº 56.						
							
2. IDENTIFICAÇÃO DO BEM ARQUITETÔNICO							
Proprietário:	Rubens Marinelli						
Autor do projeto:							
Período da construção:	Tipologia:		Usos:		Propriedade:		
Antes de 1900	Residencial		Uso original: Misto		Privada:	X	
Entre 1900-1950	Ferroviária		Uso atual: Misto		Pública:		
Depois de 1950					Mista:		
Obs. complementares: Residência construída no ano de 1900.							
Informações históricas:							
<p>Esta residência, devido a sua localização próxima a Estação Ferroviária, pode ser considerada uma das primeiras da Vila Monte Negro, datando de 1900. Diversamente de grande parte das construções do bairro, esse imóvel originalmente já era destinado ao uso misto, tendo a área voltada para a estação ocupada para comércio (pequena “venda” para os visitantes e trabalhares da ferrovia) e os fundo para residência de David Coelho.</p>							
Breve descrição arquitetônica:							
<p>Trata-se de residência construída nas imediações da Praça Motta Sobrinho, onde está localizada a Estação Ferroviária. Apesar de proximidade com esse importante edifício ferroviário, sua fachada (da residência) está voltada para a Rua Benjamin Constant. Possui apenas um pavimento térreo e o sistema de cobertura é feito em quatro águas com telhas de barro. As fachadas são ornamentadas com elementos estéticos do historicismo característico do período do ciclo cafeeiro.</p>							
Levantamento fotográfico:							

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Residência de Rubens Marinelli Fonte: Autora, 2016.



Praça Motta Sobrinho. À esquerda pode-se ver a residência de Rubens Marinelli e à direita o edifício da antiga estação. Fonte: Autora, 2016.



Residência no início do século XX. Fonte: Álbum do Pinhal, 1903.

Comentários: No caso desta residência o levantamento de acervos fotográficos antigos é de extrema importância, pois possibilita a comparação das permanências e mudanças tanto arquitetônicas quanto no tipo de uso do imóvel.

Documentos complementares:

3. PROTEÇÃO

Estadual INDIVIDUAL (Resolução SC-35)		
Estadual – ÁREA ENVOLTÓRIA (Resolução SC-35)	X	
Inexistente		

Comentários: Imóvel localizado dentro da área envoltória da Estação Ferroviária tombada pelo CONDEPHAAT.

Obs.: A resolução SC-35 do CODEPHAAT, de 16/11/1992, define o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal e tomba onze imóveis inseridos nessa área.

Estado de preservação:

Íntegro		<p><i>Breve descrição do estado de conservação:</i></p> <p>Para facilitar a análise, este imóvel pode ser dividido em duas partes: área residencial e área comercial. Na residência não se identificam alterações e descaracterizações em sua arquitetura. Já na área comercial foram feitas uma série de reformas, principalmente nas aberturas. As quatro antigas portas de madeira que davam para a Praça da Estação foram fechadas e substituídas por janelas, em duas delas do tipo sasazaki, uma (maior) em vidro e esquadria e grade de metal, e uma porta de duas folhas em vidro e esquadria de metal. Foram mantidos os ornamentos da platibanda, contudo, a intervenção nas aberturas alterou significativamente a leitura dos elementos históricos deste imóvel.</p>
Pouco alterado		
Muito alterado		
Descaracterizado		

REFERÊNCIAS

FREITAS, Sônia Maria. *Vida e obra do Comendador Montenegro – Um Lousanense visionário no Brasil*. São Paulo: Polo Printer, 2013.

SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. Tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. *Resolução SC-35, de 16/11/92.*




SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. CONDEPHAAT. *Estudo de tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. Anexo 1- Relação de imóveis para tombamento.* São Paulo, 1988. Processo nº 26.264/88.

PRENCHIMENTO			
<i>Responsável</i>	Julia Farah Ribeiro	<i>Data</i>	09/10/2016

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:


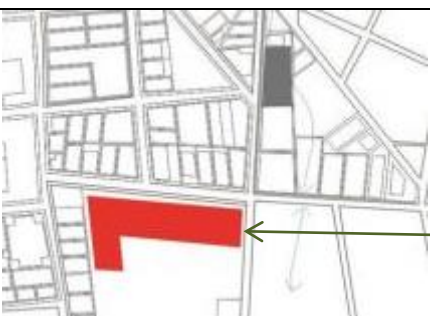
Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODERNO PINHALENSE						Ficha nº 06	
Bens arquitetônicos da Vila Monte Negro				X			
Bens arquitetônicos da Vila Norma							
1. LOCALIZAÇÃO							
Município:	Espírito Santo do Pinhal			F:	P		
Bairro:	Vila Monte Negro						
Endereço antigo:	Rua Prefeito Lessa, s/n.						
Endereço atual:	Rua Prefeito Lessa, nº 59, 67, 79, 97.						
2. IDENTIFICAÇÃO DO BEM ARQUITETÔNICO							
Proprietário:							
Autor do projeto:							
Período da construção:	Tipologia:		Usos:		Propriedade:		
Antes de 1900	Residencial		Uso original: Industrial		Privada:	X	
Entre 1900-1950	Ferroviária		Uso atual: Comercial		Pública:		
Depois de 1950					Mista:		
<p><i>Obs. complementares:</i> Não há registros que possibilitem apresentar a data específica da construção, contudo, este é edifício industrial do início das primeiras décadas do século XX.</p>							
Informações históricas:							
<p>Edifício industrial construído no limite da Vila Monte Negro, portanto, trata-se de um lote inserido na dinâmica de expansão urbana da cidade no início do século XX, quando estavam sendo ocupadas as áreas entre a Estação Ferroviária e a Igreja Matriz. Além de suas características arquitetônicas e dimensões expressivas, este imóvel deve ser destacado por retratar um importante processo de crescimento da malha urbana pinhalense.</p>							
Breve descrição arquitetônica:							
<p>Conjunto industrial construído na Rua Prefeito Lessa, via que junto com a Av. Oliveira Motta configuram eixos de intenso deslocamento na cidade. Arquitetonicamente, é um edifício retangular (com grande extensão) construído em alvenaria de tijolos e reboco em massa nas fachadas externas.</p>							
Levantamento fotográfico:							

	
<p>Conjunto de armazéns localizados na Rua Prefeito Lessa. Fonte: Autora, 2016.</p>	<p>Outros imóveis residenciais e comerciais construídos na Rua Prefeito Lessa. Fonte: Autora, 2016.</p>
	<p><i>Comentários:</i> A partir do levantamento fotográfico atual da Rua Prefeito Lessa, Av. Quirino dos Santos e Av. Oliveira Motta pode-se observar que esta área ainda preserva grande quantidade de galpões, armazéns e outros imóveis referentes ao desenvolvimento industrial na cidade, em decorrência do crescimento da produção cafeeira.</p>
<p>Vista parcial da Av. Quirino dos Santos e, ao fundo, a Rua Prefeito Lessa. Nessa área encontra-se uma concentração de antigos armazéns.</p>	
<p>Documentos complementares:</p>	
<p>3. PROTEÇÃO</p>	
<p>Estadual INDIVIDUAL (Resolução SC-35)</p>	<p></p>
<p>Estadual – ÁREA ENVOLTÓRIA (Resolução SC-35)</p>	<p></p>
<p>Inexistente</p>	<p>X</p>
<p><i>Comentários:</i> Edifício localizado entre o núcleo central tombado e a área envoltória da estação ferroviária, fora de ambas.</p>	
<p><i>Obs.:</i> A resolução SC-35 do CODEPHAAT, de 16/11/1992, define o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal e tomba onze imóveis inseridos nessa área.</p>	
<p>Estado de preservação:</p>	
<p>Íntegro</p>	<p><i>Breve descrição do estado de conservação:</i></p>
<p>Pouco alterado</p>	<p>Devido às suas grandes dimensões, hoje esse imóvel foi dividido em quatro partes. A ocupação para uso industrial não foi mantida, sendo ocupado por estabelecimentos comerciais variados. A divisão deste espaço resultou também numa segmentação da sua fachada. As pinturas e instalações de placas sem qualquer tipo de regramento ou direcionamento profissional permitiram poluição visual sobre o imóvel, o que dificulta a leitura de suas características histórica e arquitetônica originais.</p>
<p>Muito alterado</p>	
<p>Descaracterizado</p>	
<p></p>	
<p></p>	
<p></p>	
<p></p>	
<p></p>	
<p>REFERÊNCIAS</p>	
<p>SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. Tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. Resolução SC-35, de 16/11/92.</p>	
<p>PRENCHIMENTO</p>	
<p><i>Responsável</i></p>	<p>Julia Farah Ribeiro</p>
<p></p>	<p><i>Data</i></p>
<p></p>	<p>09/10/2016</p>

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODERNO PINHALENSE						Ficha nº 07	
Bens arquitetônicos da Vila Monte Negro				X			
Bens arquitetônicos da Vila Norma							
1. LOCALIZAÇÃO							
Município:	Espírito Santo do Pinhal			F:	P		
Bairro:	Vila Monte Negro						
Endereço antigo:	Avenida Oliveira Motta, 407.						
Endereço atual:	Avenida Oliveira Motta, 407.						
							
2. IDENTIFICAÇÃO DO BEM ARQUITETÔNICO							
Proprietário:	Construtora Antônio Costa S.A.						
Autor do projeto:							
Período da construção:	Tipologia:		Usos:		Propriedade:		
Antes de 1900	Residencial		Uso original: Industrial		Privada:	X	
Entre 1900-1950	Ferroviária		Uso atual: Industrial		Pública:		
Depois de 1950					Mista:		
<p><i>Obs. complementares:</i> Conjunto industrial construído no ano de 1937, para a instalação da indústria Votorantim.</p>							
Informações históricas:							
<p>Este expressivo conjunto industrial foi construído na Avenida Oliveira Motta na década de 1930 para a instalação da usina de algodão da Indústria Têxtil Votorantim, contando na época com 214 funcionários. Em meados de 1966 o edifício foi comprado pela Construtora Antônio Costa, empresa pinhalense, atual proprietária.</p>							
Breve descrição arquitetônica:							
<p>Este é o maior imóvel industrial da cidade. Trata-se um conjunto de armazéns, com dimensões variadas, construído em tijolo aparente e implantado em um grande lote de esquina na Avenida Oliveira Motta, no limite da Vila Monte Negro. O bloco de dimensões maiores corresponde a um armazém com dois pavimentos construído no alinhamento das vias Av. Oliveira Motta e Rua Prefeito Lessa. Os demais armazéns possuem apenas um pavimento. O lote ainda dispõe de áreas para manobra dos caminhões de transporte de cargas e pequenas "lavouras" de café.</p>							
Levantamento fotográfico:							

Conjunto de Armazéns da Construtora Antônio Costa, vista a partir da Av. Oliveira Motta. Fonte: Autora, 2016.

Detalhe do armazém principal da Construtora. Pode-se ver sobre as janelas a inscrição “Construtora Antônio Costa S/A” Fonte: Autora, 2016.

Conjunto de Armazéns da Construtora Antônio Costa, vista lateral a partir da Av. Oliveira Motta. Fonte: Autora, 2016.

Em destaque pode-se ver pequeno armazém anexo ao conjunto da Construtora, e ao fundo o armazém maior. Vista lateral a partir da Av. Oliveira Motta. Fonte: Autora, 2016.

Comentários: Os armazéns da Construtora Antônio Costa podem ser considerados como o conjunto industrial de maior relevância na cidade, principalmente devido à sua escala, características arquitetônicas (construção em tijolo aparente) e pela localização em uma via de grande movimento (Av. Oliveira Motta).

Documentos complementares:

3. PROTEÇÃO

Estadual INDIVIDUAL (Resolução SC-35)		
Estadual – ÁREA ENVOLTÓRIA (Resolução SC-35)		
Inexistente	X	

Comentários: Edifício localizado entre o núcleo central tombado e a área envoltória da estação ferroviária, fora de ambas.

Obs.: A resolução SC-35 do CODEPHAAT, de 16/11/1992, define o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal e tomba onze imóveis inseridos nessa área.

Estado de preservação:

Íntegro		<i>Breve descrição do estado de conservação:</i> Devido às suas grandes dimensões, externamente, os armazéns da Construtora Antônio Costa visualmente apresentam algumas dificuldades quanto à sua perfeita conservação. Não foram realizadas, contudo, obras que tivessem afetado a leitura de suas características arquitetônicas, internas ou externas. As aberturas do volume principal, maior, contudo tiveram parte dos vidros substituídos por chapas metálicas.
Pouco alterado		
Muito alterado		
Descaracterizado		

REFERÊNCIAS

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



DA SILVA, Gustavo Pereira et al. *Da Falência À Liderança: A Trajetória Do Grupo Votorantim No Setor Têxtil Paulista (1918-1939)*. In: Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia. ANPEC- Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2016.

SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. Tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. *Resolução SC-35, de 16/11/92*.

SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. CONDEPHAAT. *Estudo de tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. Anexo 1- Relação de imóveis para tombamento*. São Paulo, 1988. Processo nº 26.264/88.

PRENCHIMENTO

<i>Responsável</i>	Julia Farah Ribeiro	<i>Data</i>	09/10/2016
--------------------	---------------------	-------------	------------

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODERNO PINHALENSE						Ficha nº 08	
Bens arquitetônicos da Vila Monte Negro							
Bens arquitetônicos da Vila Norma				X			
1. LOCALIZAÇÃO							
Município:	Espírito Santo do Pinhal			F:	P		
Bairro:	Vila Norma						
Endereço antigo:	Rua Valdomiro Vergueiro, 129.						
Endereço atual:	Rua Valdomiro Vergueiro, 129.						
							
2. IDENTIFICAÇÃO DO BEM ARQUITETÔNICO							
Proprietário:	Reni Novaes Vergueiro						
Autor do projeto:	José Costa						
Período da construção:	Tipologia:		Usos:		Propriedade:		
Antes de 1900	Residencial		Uso original: Residencial		Privada:	X	
Entre 1900-1950	Ferroviária		Uso atual: Residencial		Pública:		
Depois de 1950					Mista:		
Obs. complementares:							
Informações históricas:							
Projeto arquitetônico de José Costa. Não há registros que disponibilizem informações sobre a sua construção. Estima-se que esta residência tenha sido construída no final da década de 1950, posterior às quatro residências localizadas na Praça de Santo Antônio.							
Breve descrição arquitetônica:							
Trata-se do projeto arquitetônico, entre as casas de José Costa na Vila Norma, com maior complexidade de volumetria, sendo composta por um bloco retangular principal com alguns volumes anexos. A alternância entre as linhas retas e angulosas usadas no sistema de cobertura, aliadas à volumetria, dão “movimento” ao conjunto. Está implantada em terreno de esquina com declive acentuado, e conta com dois pavimentos. Externamente, além dos pilotis, é também o projeto com maior uso de elementos vazados nas fachadas.							
Levantamento fotográfico:							

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Residência projetada por José Costa na Praça Santo Antônio, na Vila Norma. Fonte: Autora, 2013.



Residência projetada por José Costa na Praça Santo Antônio, na Vila Norma. Fonte: Autora, 2016.



Vista lateral da residência. Fonte: Autora, 2016.

Comentários: A partir da comparação dos registros fotográficos realizados ao longo da década de 2010 é possível perceber que nesta residência não foram realizadas intervenções que configurassem descaracterização de suas características arquitetônicas, à exceção da remoção de abertura (com forma ameboide) na varanda.

Documentos complementares:

3. PROTEÇÃO

Estadual INDIVIDUAL (Resolução SC-35)

Estadual – ÁREA ENVOLTÓRIA (Resolução SC-35)

Inexistente

X

Comentários: Imóvel construído em arquitetura moderna, estilo ainda não reconhecido como patrimônio histórico na cidade, e localizado fora do núcleo tombado.

Obs.: A resolução SC-35 do CODEPHAAT, de 16/11/1992, define o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal e tomba onze imóveis inseridos nessa área.

Estado de preservação:

Íntegro

Breve descrição do estado de conservação:

Pouco alterado

Muito alterado

Descaracterizado

Nesta residência pode-se perceber, pelo estudo comparativo de registros fotográficos, que não foram feitas grandes reformas ou alterações no volume original ou em seus elementos arquitetônicos e estéticos. Externamente, as únicas alterações feitas foram a remoção de uma janela lateral (para instalação de ar condicionado em dormitório) e da abertura (em formato ameboide) existente na parede lateral da varanda. Vale destacar que os desenhos com formas ameboides são elementos marcantes do modernismo brasileiro, tanto na arquitetura quanto em esculturas e no paisagismo, e que em Pinhal, contudo, são encontrados em poucos projetos. Diversamente das demais residências já apresentadas, ainda conserva os muros baixos construídos no limite dos lotes.

REFERÊNCIAS



Mapa original do loteamento. Fonte: Acervo da arquiteta Thaís H. V. Costa.

PRENCHIMENTO			
<i>Responsável</i>	Julia Farah Ribeiro	<i>Data</i>	09/10/2016

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODERNO PINHALENSE						Ficha nº 09	
Bens arquitetônicos da Vila Monte Negro							
Bens arquitetônicos da Vila Norma				X			
1. LOCALIZAÇÃO							
Município:	Espírito Santo do Pinhal			F:	P		
Bairro:	Vila Norma						
Endereço antigo:	Rua Valdomiro Vergueiro, 44.						
Endereço atual:	Rua Valdomiro Vergueiro, 44.						
							
2. IDENTIFICAÇÃO DO BEM ARQUITETÔNICO							
Proprietário:	Adriano Ferriani Sobrinho						
Autor do projeto:	José Costa						
Período da construção:	Tipologia:		Usos:		Propriedade:		
Antes de 1900		Residencial		Uso original: Residencial	Privada:	X	
Entre 1900-1950		Ferroviária		Uso atual: Residencial	Pública:		
Depois de 1950					Mista:		
Obs. complementares: Residência construída na década de 1950.							
Informações históricas:							
<p>Projeto arquitetônico de autoria de José Costa. Assim como as demais residências, não há registros que afirmem o ano em que a obra foi concluída. Sabe-se que as quatro casas projetadas por Costinha no Largo da Igreja de Santo Antônio (a saber: D. Dinah, Raul Vergueiro, Iamaina Chaim e Adriano Ferriani) foram as primeiras do bairro. Portanto, estima-se que também date de 1956/57. O Sr. Vicente Miguel (empreiteiro) foi responsável pela execução do projeto original, tendo construído sua própria residência em terreno vizinho a Adriano Ferriani, no começo da década de 1960.</p>							
Breve descrição arquitetônica:							
<p>Implantada em lote de esquina, entre o Largo da Igreja de Santo Antônio e a principal via de acesso ao bairro, com declive acentuado. Possui dois pavimentos bem demarcados, assim como os demais projetos. Neste caso, o deslocamento entre os dois pavimentos demarca um balanço na fachada lateral (não no alinhamento frontal como na casa de D. Dinah e Raul Vergueiro). Essa solução possibilita a construção de uma garagem coberta e integrada com a casa, suportada por pilotis. A fachada principal não está voltada para a Igreja, mas para a rua de acesso a ela (Rua Valdomiro Vergueiro). No pavimento térreo a fachada principal é revestida por pedras e no pavimento superior tem grandes aberturas horizontais (grandes janelas feitas em caixilho de ferro e venezianas em madeira).</p>							
Levantamento fotográfico:							

	
<p>Residência de Adriano Ferriani, projetada por José Costa. Fonte: Autora, 2016.</p>	<p>Vista parcial da residência, fachada dos fundos. Pode-se ver a cobertura da garagem sustentada por pilotis e as aberturas (janelas) com esquadria em ferro e vidro. Fonte: Autora, 2016.</p>
<p>Comentários: A partir do levantamento fotográfico das residências projetadas por Costinha na Vila Norma, percebe-se que todos os projetados apresentam uma volumetria alongada no lote, com formato retangular. Nesta residência o deslocamento entre os pavimento superior e inferior é feito no sentido longitudinal, criando uma garagem coberta para a casa.</p>	
<p>Documentos complementares:</p>	
<p>3. PROTEÇÃO</p>	
<p>Estadual INDIVIDUAL (Resolução SC-35)</p>	
<p>Estadual – ÁREA ENVOLTÓRIA (Resolução SC-35)</p>	
<p>Inexistente</p>	<p>X</p>
<p>Comentários: Imóvel construído em arquitetura moderna, estilo ainda não reconhecido como patrimônio histórico na cidade, e localizado fora do núcleo tombado.</p>	
<p>Obs.: A resolução SC-35 do CODEPHAAT, de 16/11/1992, define o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal e tomba onze imóveis inseridos nessa área.</p>	
<p>Estado de preservação:</p>	
<p>Íntegro</p>	<p><i>Breve descrição do estado de conservação:</i></p>
<p>Pouco alterado</p>	<p>Não possui alterações de grande relevância que a descaracterizem interna ou externamente. Internamente, apenas o piso da área íntima, originalmente em madeira, foi trocado por carpete. Quanto às características externas, a única alteração mais significativa foi a construção de um muro alto sobre o alinhamento dos lotes, criando uma barreira visual entre a residência e o seu entorno.</p>
<p>Muito alterado</p>	
<p>Descaracterizado</p>	
<p>REFERÊNCIAS</p>	
<p>Entrevista com o proprietário, Adriano Ferriani Sobrinho, realizada em 12 de julho de 2016. Mapa original do loteamento. Fonte: Acervo da arquiteta Thaís H. V. Costa.</p>	
<p>PRENCHIMENTO</p>	
<p>Responsável</p>	<p>Julia Farah Ribeiro</p>
<p>Data</p>	<p>09/10/2016</p>

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODERNO PINHALENSE						Ficha nº 10	
Bens arquitetônicos da Vila Monte Negro							
Bens arquitetônicos da Vila Norma				X			
1. LOCALIZAÇÃO							
Município:	Espírito Santo do Pinhal			F:	P		
Bairro:	Vila Norma						
Endereço antigo:	Praça Santo Antônio, s/n.						
Endereço atual:	Rua Santa Cruz, s/n.						
							
2. IDENTIFICAÇÃO DO BEM ARQUITETÔNICO							
Proprietário:	Pedro Henrique Sertório						
Autor do projeto:	Carlos Alberto Cerqueira Lemos						
Período da construção:	Tipologia:		Usos:		Propriedade:		
Antes de 1900		Residencial		Uso original: Residencial	Privada:	X	
Entre 1900-1950		Ferroviária		Uso atual: Residencial	Pública:		
Depois de 1950					Mista:		
<p><i>Obs. complementares:</i> Residência construída em 1966. Seu programa e características estéticas seguem os preceitos da arquitetura moderna brasileira.</p>							
Informações históricas:							
<p>Residência projetada por Carlos Alberto Cerqueira Lemos no bairro da Vila Norma, área recém-urbanizada da cidade. As linhas modernistas de seu projeto e os materiais até então pouco usados na cidade destacam essa residência do seu entorno.</p> <p>Em Pinhal o arquiteto realizou apenas dois projetos, a saber: Residência de Dr. Pedro H. Sertório, em 1966, e residência de Ricardo Sertório, na década de 1990. Carlos Lemos possuía vínculos pessoais com a família Sertório, motivo pelo qual realizou essas obras na cidade.</p>							
Breve descrição arquitetônica:							
<p>Quanto à implantação, a residência é composta por um único volume com forma curva. Foi construída isolada dos limites do lote e possui dois pavimentos, térreo e subterrâneo, aproveitando o declive do terreno. Internamente possui ambientes amplos, sendo o nível térreo destinado para a área íntima e o subterrâneo para serviços (cozinha), social e lazer (piscina). Nas fachadas predomina o uso de cores contrastantes (amarelo e branco), grandes planos em vidro, rampas e muros em pedra mineira. No projeto, originalmente, havia grande integração entre as áreas externa e interna.</p>							
Levantamento fotográfico:							



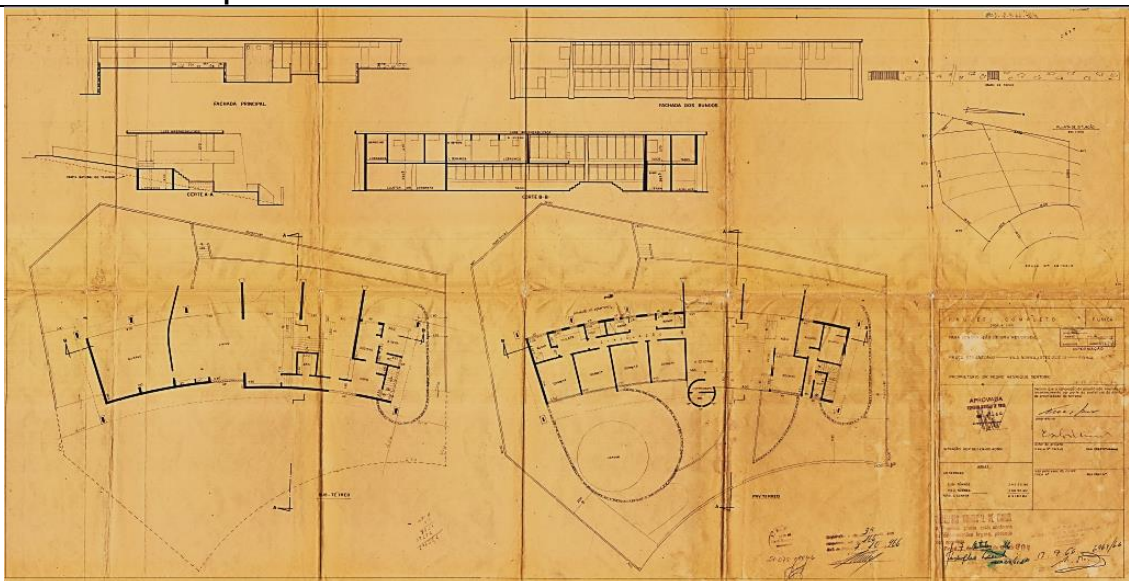
Residência projetada por Carlos Lemos na Vila Norma. Fonte: Autora, junho de 2016.



Residência projetada por Carlos Lemos na Vila Norma. Fonte: Autora, outubro de 2016.

Comentários: Nesta residência, projetada pelo arquiteto paulista Carlos A. C. Lemos, o elemento de maior destaque são as linhas curvas, tanto no desenho do volume quanto na forma das rampas de acesso à casa. Apesar da clara diferença entre os projetos de Costinha, esta residência não destoia do seu entorno, pelo uso de elementos que se repetem nas demais residências, como a pedra, o vidro e as cores contrastantes. Atualmente, com a instalação de gradil sobre os limites do lote, a relação então existente entre a arquitetura e o espaço público foi visualmente afetada.

Documentos complementares:



Projeto arquitetônico original. Fonte Acervo da família Sertório.

3. PROTEÇÃO

Estadual INDIVIDUAL (Resolução SC-35)		
Estadual – ÁREA ENVOLTÓRIA (Resolução SC-35)		
Inexistente	X	
<p>Comentários: Imóvel construído em arquitetura moderna, estilo ainda não reconhecido como patrimônio histórico na cidade, e localizado fora do núcleo tombado.</p> <p>Obs.: A resolução SC-35 do CODEPHAAT, de 16/11/1992, define o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal e tomba onze imóveis inseridos nessa área.</p>		
Estado de preservação:		
Íntegro		<p><i>Breve descrição do estado de conservação:</i></p> <p>Internamente, foram realizadas algumas alterações no projeto original ainda durante a execução da obra.</p> <p>Quanto aos aspectos externos, há poucos meses foi colocado um gradil sobre o limite frontal do lote. Esta é a única alteração feita nas fachadas.</p>
Pouco alterado		
Muito alterado		
Descaracterizado		

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:



Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

REFERÊNCIAS			
Entrevista com o proprietário, Dr. Pedro Henrique Sertório, realizada em 15 de junho de 2016. Entrevista com o arquiteto, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, realizada em 13 de setembro de 2016. Mapa original do loteamento. Fonte: Acervo da arquiteta Thaís H. V. Costa.			
PREENCHIMENTO			
Responsável	Julia Farah Ribeiro	Data	09/10/2016

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODERNO PINHALENSE						Ficha nº 11	
Bens arquitetônicos da Vila Monte Negro							
Bens arquitetônicos da Vila Norma				X			
1. LOCALIZAÇÃO							
Município:	Espírito Santo do Pinhal			F:	P		
Bairro:	Vila Norma						
Endereço antigo:	Praça Santo Antônio, s/n.						
Endereço atual:	Rua Santa Cruz, s/n.						
							
2. IDENTIFICAÇÃO DO BEM ARQUITETÔNICO							
Proprietário:	Raul Porto Vergueiro						
Autor do projeto:	José Costa						
Período da construção:	Tipologia:		Usos:		Propriedade:		
Antes de 1900	Residencial		Uso original: Residencial		Privada:	X	
Entre 1900-1950	Ferroviária		Uso atual: Residencial		Pública:		
Depois de 1950					Mista:		
Obs. complementares: Residência construída na década de 1950. Atualmente encontra-se desocupada.							
Informações históricas:							
Projeto arquitetônico de autoria de José Costa. Terreno comprado diretamente com o Sr. Antônio Costa, dono do loteamento da Vila Norma. Não há registros que afirmem o ano em que a obra foi concluída, contudo, estima-se que date de 1956/57. Sabe-se que o Sr. Vicente Miguel foi responsável pela execução do projeto.							
Breve descrição arquitetônica:							
Projeto arquitetônico característico das obras de José Costa encontradas no bairro, marcado pela movimentação dos volumes e jogo das coberturas com linhas retas e inclinadas. Mais uma vez a fachada frontal é destacada pelo pavimento superior em balanço. As paredes externas em curvas e pilotis, soluções estruturais, neste caso também tem a função estética de diferenciar os projetos de Costinha, que são arquitetonicamente extremamente similares. As pedras e mosaico cerâmico são os principais revestimentos externos.							
Levantamento fotográfico:							

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

			
Residência projetada por José Costa na Praça Santo Antônio, na Vila Norma. Fonte: Autora, 2013.	Fachada da residência de Raul P. Vergueiro, projetada por José Costa. Fonte: Autora, 2016.		
<p><i>Comentários:</i> A partir da análise comparativa entre os registros fotográficos feitos nos anos de 2013 e 2016 pode-se perceber que, externamente, foram realizadas poucas alterações no projeto original, apenas foi mudada a cor das paredes e instalado gradil sobre o muro baixo.</p>			
Documentos complementares:			
3. PROTEÇÃO			
Estadual INDIVIDUAL (Resolução SC-35)			
Estadual – ÁREA ENVOLTÓRIA (Resolução SC-35)			
Inexistente	X		
<p><i>Comentários:</i> Imóvel construído em arquitetura moderna, estilo ainda não reconhecido como patrimônio histórico na cidade, e localizado fora do núcleo tombado.</p>			
<p><i>Obs.:</i> A resolução SC-35 do CODEPHAAT, de 16/11/1992, define o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal e tomba onze imóveis inseridos nessa área.</p>			
Estado de preservação:			
Íntegro	<i>Breve descrição do estado de conservação:</i>		
Pouco alterado	Foram realizadas algumas alterações no projeto original, muito semelhantes às alterações feitas na casa de D. Dinah Camargo (a saber: redução da área da cozinha para a construção de outro banheiro). A troca de grande parte dos revestimentos originais figura as alterações internas mais significativas. Nos aspectos externos, todas as janelas (originalmente em esquadria de metal e vidro) foram substituídas por vidros tipo blidex, assim como a porta de entrada. A pintura, originalmente amarela e branca, foi coberta por uma nova camada de massa (textura grafiato) e tinta verde claro e, em meados de 2012, foi instalado gradil sobre os limites do lote. Apesar das diversas intervenções, ainda é possível reconhecer as características marcantes da arquitetura moderna no projeto.		
Muito alterado			
Descaracterizado			
REFERÊNCIAS			
Entrevista com Raul Porto Vergueiro, filho dos antigos proprietários, realizada em 06 de maio de 2016.			
Mapa original do loteamento. Fonte: Acervo da arquiteta Thaís H. V. Costa.			
PRENCHIMENTO			
<i>Responsável</i>	Julia Farah Ribeiro	<i>Data</i>	09/10/2016

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODERNO PINHALENSE						Ficha nº 12	
Bens arquitetônicos da Vila Monte Negro							
Bens arquitetônicos da Vila Norma				X			
1. LOCALIZAÇÃO							
Município:	Espírito Santo do Pinhal			F:	P		
Bairro:	Vila Norma						
Endereço antigo:	Praça Santo Antônio, s/n.						
Endereço atual:	Rua Santa Cruz, s/n.						
							
2. IDENTIFICAÇÃO DO BEM ARQUITETÔNICO							
Proprietário:	Sr. Dimas e Dona Dinah Camargo						
Autor do projeto:	José Costa						
Período da construção:	Tipologia:		Usos:		Propriedade:		
Antes de 1900	Residencial		Uso original: Residencial		Privada:	X	
Entre 1900-1950	Ferroviária		Uso atual: Residencial		Pública:		
Depois de 1950					Mista:		
Obs. complementares: Residência construída em 1956.							
Informações históricas:							
<p>Projeto arquitetônico com autoria de José Costa. A família Camargo, vinda de São Paulo, comprou a casa já em construção, as obras foram concluídas em 1956. Está é a primeira casa do bairro. Sabe-se que o Sr. Vicente Miguel era o construtor responsável pela execução dos projetos de Costinha. Hoje não foram encontrados registros que informassem quem era o antigo proprietário.</p>							
Breve descrição arquitetônica:							
<p>Projeto arquitetônico marcado principalmente pelas linhas geométricas usadas nos volumes, nos elementos estruturais e estéticos. Os pavimentos, térreo e superior, são evidenciados com dois volumes movimentados, criando um balanço na fachada frontal, sustentado por um conjunto de arcos, e uma varanda lateral (no pavimento superior). Nos revestimentos utilizados, há predomínio do mosaico cerâmico nos pisos e o ferro e vidro nas aberturas.</p>							
Levantamento fotográfico:							

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Residência de D.Dinah Camargo na Vila Norma, a primeira do bairro. Fonte: Autora, 2016.



Vista lateral da residência. Fonte: Autora, 2016.



Detalhe de foto aérea do bairro, datada de 1969. No centro da imagem, próxima à igreja de Santo Antônio, pode-se ver a residência de D. Dinah já com os pinheiros do jardim frontal. Fonte: Acervo pessoal de Ricardo M. Olivi.

Comentários: Nos projetos das residências construídas na Vila Norma observa-se o diálogo entre o espaço público e os ambientes internos. Neste caso, a ausência de muros nos limites dos lotes, o jardim e o balanço que demarcam a entrada social também evidenciam essa permeabilidade entre a construção e a rua.

Documentos complementares:



Planta baixa atual, confeccionada a partir levantamento arquitetônico. Não foram encontradas as plantas originais do projeto. Fonte: Autora, 2016.

3. PROTEÇÃO

Estadual INDIVIDUAL (Resolução SC-35)		
Estadual – ÁREA ENVOLTÓRIA (Resolução SC-35)		
Inexistente	X	

Comentários: Imóvel construído em arquitetura moderna, estilo ainda não reconhecido como patrimônio histórico na cidade, e localizado fora do núcleo tombado.

Obs.: A resolução SC-35 do CODEPHAAT, de 16/11/1992, define o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal e tomba onze imóveis inseridos nessa área.

Estado de preservação:

Íntegro		<i>Breve descrição do estado de conservação:</i>
Pouco alterado		Internamente, foram realizadas algumas alterações no projeto original, sendo a principal a redução da área da cozinha para a construção de um segundo banheiro na casa. Quanto aos aspectos externos, é o imóvel em arquitetura moderna do bairro que sofreu menos alterações externas e, por isso, o que melhor mantém suas características originais. A única intervenção realizada foi a instalação de gradil no limite do lote, em 2011, por questões de segurança.
Muito alterado		
Descaracterizado		

REFERÊNCIAS

Entrevista com Danilo José Camargo Golfieri, neto dos antigos proprietários, realizada em 15 de abril de 2016.

Levantamento arquitetônico realizado, pela autora, em 24 de setembro de 2016.



Mapa original do loteamento. Fonte: Acervo da arquiteta Thaís H. V. Costa.

PREENCHIMENTO

Responsável	Julia Farah Ribeiro	Data	09/10/2016
-------------	---------------------	------	------------

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODERNO PINHALENSE					Ficha nº 13	
Bens arquitetônicos da Vila Monte Negro						
Bens arquitetônicos da Vila Norma			X			
1. LOCALIZAÇÃO						
Município:	Espírito Santo do Pinhal	F:	P			
Bairro:	Vila Norma					
Endereço antigo:	Praça Santo Antônio, s/n.					
Endereço atual:	Rua Santa Cruz, s/n.					
						
2. IDENTIFICAÇÃO DO BEM ARQUITÔNICO						
Proprietário:	lamina Chaim Pinto					
Autor do projeto:	José Costa					
Período da construção:	Tipologia:	Usos:		Propriedade:		
Antes de 1900	Residencial	Uso original: Residencial		Privada:	X	
Entre 1900-1950	Ferrovária	Uso atual: Residencial		Pública:		
Depois de 1950				Mista:		
<p><i>Obs. complementares:</i> Residência construída na década de 1950. Atualmente a proprietária vive em São Paulo e, conseqüentemente, esta casa encontra-se desocupada. A manutenção do imóvel é feita regularmente.</p>						
Informações históricas:						
<p>Projeto arquitetônico de autoria de José Costa. Assim como as demais residências, não há registros que afirmem o ano em que a obra foi concluída, estima-se que date de 1956/57. O Sr. Vicente Miguel foi responsável pela execução do projeto original.</p>						
Breve descrição arquitetônica:						
<p>Residência implantada em lote com localização de destaque no conjunto da Vila Norma, em esquina entre as principais de acesso ao largo da Igreja de Santo Antônio. Em sua fachada principal ainda são mantidos o conjunto de pilotis que demarcam a entrada social da casa. A ausência de muros, mais uma vez, explicita o diálogo entre ambientes internos e o espaço público. Na cobertura foram usadas telhas de fibrocimento com inclinação leve, a fim não interferir visualmente nas linhas retas da volumetria.</p>						
Levantamento fotográfico:						



Residência de D. Iammina Chaim, projetada por José Costa na Vila Norma. Fonte: Autora, 2016.



Vista lateral de residência projetada por José Costa na Vila Norma. Fonte: Autora, 2016.



Detalhe da entrada principal da residência. Pode-se ver o uso de pilotis e elementos vazados no projeto. Fonte: Autora, 2016.

Comentários: A partir do levantamento fotográfico atual percebe-se que o projeto arquitetônico sofreu uma série de reformas, ampliações e adições. A fachada frontal é o plano que sofreu menos alterações, mantendo ainda alguns elementos arquitetônicos característicos do modernismo e dos projetos de Costinha, como o uso de pilotis, elementos vazados, pedras e aberturas com esquadrias de ferro e vidro.

Documentos complementares:

3. PROTEÇÃO

Estadual INDIVIDUAL (Resolução SC-35)		
Estadual – ÁREA ENVOLTÓRIA (Resolução SC-35)		
Inexistente	X	

Comentários: Imóvel construído em arquitetura moderna, estilo ainda não reconhecido como patrimônio histórico na cidade, e localizado fora do núcleo tombado.

Obs.: A resolução SC-35 do CODEPHAAT, de 16/11/1992, define o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal e tomba onze imóveis inseridos nessa área.

Estado de preservação:

Íntegro		<i>Breve descrição do estado de conservação:</i>
Pouco alterado		Residência que, dentro do conjunto estudado, sofreu maior número de alterações, devido às constantes movimentações de compra e venda do imóvel. Além das alterações internas, foram realizadas diversas obras de ampliação e construção de anexos. Portanto, hoje já não é mais possível identificar a volumetria original e o volume atual ocupa todos os limites do lote (com exceção do discreto recuo frontal). A grande maioria dos ornamentos característicos da arquitetura moderna foi sendo diluída pelas reformas. A fachada principal é a face que se mantém menos alterada, nela não foram alteradas as aberturas feitas em esquadria de ferro com desenhos geométricos e vidro, foi conservado o revestimento em pedra e os pilotis e elementos vazados que demarcam a entrada da casa.
Muito alterado		
Descaracterizado		

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

REFERÊNCIAS			
Relatos de Raul Porto Vergueiro e Danilo J. C. Golfieri. Mapa original do loteamento. Fonte: Acervo da arquiteta Thaís H. V. Costa.			
PREENCHIMENTO			
<i>Responsável</i>	Julia Farah Ribeiro	<i>Data</i>	09/10/2016

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODERNO PINHALENSE						Ficha nº 14	
Bens arquitetônicos da Vila Monte Negro							
Bens arquitetônicos da Vila Norma				X			
1. LOCALIZAÇÃO							
Município:	Espírito Santo do Pinhal			F:	P		
Bairro:	Vila Norma						
Endereço antigo:	Rua Guerino Costa, 54.						
Endereço atual:	Rua Guerino Costa, 54.						
							
2. IDENTIFICAÇÃO DO BEM ARQUITETÔNICO							
Proprietário:	José Marabesi						
Autor do projeto:	José Costa						
Período da construção:	Tipologia:		Usos:		Propriedade:		
Antes de 1900	Residencial		Uso original: Residencial		Privada:	X	
Entre 1900-1950	Ferroviária		Uso atual: Residencial		Pública:		
Depois de 1950					Mista:		
Obs. complementares: Residência construída no final da década de 1950, posterior às residências no entorno da Igreja de Santo Antônio.							
Informações históricas:							
Projeto arquitetônico de José Costa. Não há registros que disponibilizem informações sobre a sua construção. Sabe-se que as quatro casas localizadas no largo da Igreja foram as primeiras do bairro e considerando que esta residência não se localiza no entorno imediato da igreja, então, provavelmente data do final da década de 1950.							
Breve descrição arquitetônica:							
Diferentemente dos outros projetos de Costinha no bairro, esta residência não apresenta uma volumetria com linhas horizontais marcantes. Neste caso as dimensões menores do lote e o declive acentuado resultam em um bloco em formato mais próximo a um quadrado. Como solução para a topografia, a casa foi construída elevada do solo, a partir de um porão sob o pavimento térreo. Além do porão e do pavimento térreo, possui também um pavimento superior. Assim, visualmente esta construção parece mais alta que as demais. O sistema de cobertura adotado constitui-se de telhado de duas águas, com telhas cerâmicas. Externamente, as fachadas se destacam pelo amplo uso de elementos vazados.							
Levantamento fotográfico:							

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Residência projetada por José Costa na Vila Norma. Ao fundo pode-se ver a Igreja de Santo Antônio. Fonte: Autora, 2016.



Vista parcial da residência. Destaque para os elementos vazados e aberturas com linhas geométricas. Fonte: Autora, 2016.

Comentários: Nesta residência, externamente, os elementos de maior destaque são as formas geométricas usadas nas aberturas (formas retangulares e circulares) e os elementos vazados usados na construção do guarda-corpo. A volumetria e o declive do terreno resultam em um projeto com linhas visualmente mais verticais.

Documentos complementares:

3. PROTEÇÃO

Estadual INDIVIDUAL (Resolução SC-35)		
Estadual – ÁREA ENVOLTÓRIA (Resolução SC-35)		
Inexistente	X	

Comentários: Imóvel construído em arquitetura moderna, estilo ainda não reconhecido como patrimônio histórico na cidade, e localizado fora do núcleo tombado.

Obs.: A resolução SC-35 do CODEPHAAT, de 16/11/1992, define o Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal e tomba onze imóveis inseridos nessa área.

Estado de preservação:

Íntegro		Breve descrição do estado de conservação: Nesta residência não foi realizado qualquer tipo de reforma ou mudança que alterasse a sua configuração original. São feitas constantes manutenções pelos proprietários, que ainda residem nesse imóvel. Portanto, pode-se afirmar que está em bom estado de preservação e conservação.
Pouco alterado		
Muito alterado		
Descaracterizado		

REFERÊNCIAS

Mapa original do loteamento. Fonte: Acervo da arquiteta Thaís H. V. Costa.

PRENCHIMENTO

Responsável	Julia Farah Ribeiro	Data	09/10/2016
-------------	---------------------	------	------------

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Conclusão

Em 1992, o tombamento em nível estadual recaiu apenas sobre a área central. Esta seleção, porém, não constitui uma omissão do órgão de defesa quanto à constatação da diversidade existente no patrimônio arquitetônico pinhalense. À época já se evidenciava a necessidade do município criar mecanismos próprios para a salvaguarda dos elementos que lhe conferem identidade.

Apesar de não terem sido realizadas outras ações significativas no campo da preservação em Espírito Santo do Pinhal após a criação do Núcleo Histórico Urbano, já há alguns anos a cidade tem voltado a dar indícios de sua preocupação com a manutenção e valorização de suas especificidades (tanto por iniciativas privadas como por parte da Prefeitura Municipal – a exemplo das obras de restauro da antiga Estação Ferroviária e do Museu e Biblioteca Municipal, iniciadas entre os anos de 2019 e 2020).

Por meio de ações culturais, além do título de Município de Interesse Turístico concedido pelo governo estadual, a cidade voltou a ganhar um novo ânimo quanto à participação ativa de seu patrimônio nas dinâmicas urbanas atuais, por meio do incentivo ao uso e apropriação dos edifícios históricos pela população.

Portanto, ainda hoje, estamos em um momento oportuno para rever as possibilidades e potencialidades do patrimônio local, e este trabalho, aqui apresentado, insere-se como uma contribuição nesse sentido.

Sobre os dois principais objetos de estudo, a **Vila Monte Negro e Vila Norma**, destaca-se que o **conjunto ferroviário** já é mais amplamente reconhecido pela população pinhalense, visto que o próprio portal de entrada da cidade foi construído com inspirações na arquitetura dos galpões e armazéns edificados na Vila Monte Negro. Também, a partir da última década, nota-se uma crescente ocupação de antigas residências na Praça Mota Sobrinho (área que corresponde ao antigo espaço ocupado pelas gares dos trens, localizada imediatamente em frente à Estação Ferroviária), dando lugar a restaurantes e cafeterias.

Arelado à atual obra de revitalização da antiga estação férrea, este fato evidencia um movimento de inserção de edifícios históricos nas dinâmicas urbanas da cidade contemporânea, por meio de novos e adequados usos para esses bens imóveis.

Entretanto, observa-se, ainda, que alguns antigos armazéns encontram-se desocupados ou subutilizados, e alguns estão até mesmo sendo demolidos nos últimos anos. Suas dimensões mais amplas explicitam uma vocação para usos públicos que atendam à população do próprio bairro.

Por meio do estudo e reconhecimento do conjunto ferroviário como um todo – com as antigas residências dos imigrantes, pequenos estabelecimentos comerciais e armazéns – espera-se que outros imóveis possam ser novamente ocupados, não apenas o entorno da Estação.

Encontrar usos atuais e adequados – que não degradem, descaracterizem ou prejudiquem edifícios e conjuntos históricos – é uma das difíceis tarefas impostas aos municípios e órgãos preservacionistas. Apesar de prescindir uma série de análises, para Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes (2006), novas formas de ocupação são essenciais para preservação:

(...) O uso dos bens culturais constitui uma das principais justificativas da proteção que o poder público (nos três níveis) é obrigado a fomentar. O uso e a efetividade das funções em benefício da coletividade é mesmo o que legitima, em última instância, a própria preservação. (MENESES, 2006, p.41)

No caso da **Vila Norma**, as **residências de inspiração moderna** ainda não são tomadas pela população como representantes de parte importante da história de Pinhal. Tal falta de identificação, contudo, enquadra-se no próprio cenário do patrimônio moderno brasileiro.

Espera-se, com a crescente produção de estudos sobre esses conjuntos, que cada vez mais a arquitetura moderna e os exemplares edificados representantes de sua assimilação fora das grandes capitais entrem nos debates acerca do patrimônio nacional, estimulando o seu reconhecimento e preservação.

Na Vila Norma há poucos exemplos de residências desocupadas ou que passaram por reformas que resultaram em descaracterizações expressivas de sua arquitetura. Contudo, por meio de estudos, do reconhecimento e da consequente valorização desse conjunto único na cidade, tenciona-se integrá-lo a outros exemplares regionais e, assim, contribuir para a ampliação do patrimônio arquitetônico moderno.

Com a coleta e divulgação de informações inéditas sobre o acervo construído de Espírito Santo do Pinhal, realizadas em minha pós-graduação, buscou-se **estimular também a capacidade dos técnicos municipais e da população de estabelecer relações com a história local e sua paisagem** (Figura 175). Incentiva-se que a cidade (composta pelo poder público e por seus cidadãos) proponha alternativas para o desenvolvimento urbano que considerem a **manutenção dos elementos identitários da cidade**.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal



Figura 175 – Foto aérea de Espírito Santo do Pinhal, em 1969. Em destaque estão a área central (onde está localizada a Igreja Matriz) e os bairros da Vila Monte Negro e Vila Norma (destacados na cor laranja). Esta figura esquemática apresenta os bairros da Vila Monte Negro e Vila Norma dentro da malha urbana e evidencia a relação destes espaços com o núcleo central (área mais antiga da cidade). Fonte: Autora, 2016 (Imagem feita a partir de registro fotográfico produzido pela Prefeitura Municipal, em 1969, e disponibilizado por Ricardo Mateus Olivi).

Por fim, destaca-se a necessidade dos órgãos públicos, profissionais da arquitetura e urbanismo e a população civil de colocar em prática novas iniciativas que efetivem a participação dos núcleos urbanos históricos nas cidades contemporâneas, bem como impulsionem as atividades preservacionistas que englobam o conceito amplo de patrimônio cultural.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Referências

AL ASSAL, Marianna Ramos Boghosian. *Arquitetura, identidade nacional e projetos políticos na ditadura vanguardista – as Escolas Práticas de Agricultura do Estado de São Paulo*. 2009. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de; SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Inventário da arquitetura moderna. In: MOTTA, Lia (Org.). *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p. 125-126.

ANDRADE JR, Nivaldo Vieira de; ANDRADE, Maria Rosa de Carvalho; FREIRE, Raquel Neimann da Cunha. O IPHAN e os desafios da preservação do patrimônio moderno: a aplicação na Bahia do Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos. *CEP*, v. 41, p. 210. 2009.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Inventário como instrumento e proteção: a experiência pioneira do IPAC-Bahia. In: MOTTA, Lia (Org.). *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p. 61-89.

_____. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22 p. 82-85. 1987.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen. Escolas, Qualidade Ambiental e Educação no Brasil: uma contextualização histórica. *Caderno de boas práticas em arquitetura: eficiência energética nas edificações - edifícios educacionais*, v. 8, p. 8-11. 2009.

BAFFI, Mirthes I. S. O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão do Patrimônio do DPH: um balanço. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, nº204, p. 169-191. 2006.

BARTHOLOMEI, Marly de Alencar Xavier. *Espírito Santo do Pinhal – O romance de Pinhal*. São Paulo: Bellini Cultural, 2010.

BEM, Sueli Ferreira de. *Conversas de Patrimônio em Jundiá*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

BOITO, Camillo. Tradução Beatriz Mugary Kuhl e Paulo Mugary Kuhl. *Os restauradores*. Coleção Artes e Ofício. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

BORIANI, Maurizio. *La Sfida del Moderno - L'architettura del XX secolo tra conservazione e innovazione*. Dipartimento di Progettazione dell'Architettura: Edizioni Unicopli, 2003.

BRANDI, Cesare. Tradução de Beatriz Mugary Kuhl. *Teoria da restauração*. Coleção Artes e Ofício. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. República Federativa do Brasil. *Constituição Federal – Art. 216: Patrimônio cultural brasileiro*. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Processo de tombamento das “Casas Modernistas” de Gregori Warchavchik. *Processo nº 1.154-T-85*. Rio de Janeiro, 1985.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, p. 193-234. 2004.

CALVINO, Ítalo. Tradução de Diogo Mainardi. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ªed., 2006.

CÁRDENAS, Alexandra Silva. *MASP: estrutura, proporção, forma*. São Paulo: Editora da Cidade – Ecidade, 2015.

CARDOSO, Andréia Loureiro. *A valorização como Patrimônio Cultural do “Raio que o parta”: expressão do Modernismo Popular, em Belém/PA*. 2012. Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.

CARRILHO, Marcos. Restauração de obras modernas e a Casa da Rua Santa Cruz de Gregori Warchavchik. *Arquitextos006*, v.30, 2000. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.006/965>>. Acesso em: 09 de novembro de 2014.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. As aproximações com os vassalos da América: a concessão de sesmarias no governo de D. João. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 39-60. 2015.

CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e brasileiro*. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 2006.

CHAVES, C.; DIAS, R.. Documentação e Estudo da Arquitetura Residencial Moderna em Belém (1940-1970). In: DOCOMOMO Brasil, 11., 2016, Recife. *Anais do 11º Seminário Nacional do DOCOMOMO Brasil*. Recife, 2016. p.1-12.

CHING, Francis D. K. *Arquitetura: forma, espaço e ordem*. São Paulo: Editora Bookman, 2013.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp/Estação Liberdade, 2001.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº34, p. 147-165. 2012.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

_____. O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade. *Revista IEB*, São Paulo, nº 55, p. 89-107. 2012.

CIAM. *Carta de Atenas do CIAM*. Atenas: CIAM, 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: cinco de julho de 2016.

CIVVIH. *Carta de Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos*. Valletta: CIVVIH, 2011. Disponível em: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portuguese.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

CORBUSIER, Le; GIRAUDOUX, Jean. Tradução de Rebeca Scherer. *A Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec EDUSP, 1993.

COSTA, Armando Dalla; SILVA, Gustavo Pereira. Da falência à liderança: A trajetória do Grupo Votorantim no setor têxtil paulista (1918-1939). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 43., 2016, Florianópolis. *Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia*, Florianópolis, 2016.

COSTA, Lúcio; PESSOA, José (coord). *Lúcio Costa: Documentos de Trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 26, p. 105-169. 1997.

D' ALAMBERT, Clara Correia; FERNANDES, Paulo Cesar G. Bela Vista: a preservação e o desafio da renovação de um bairro paulistano. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, nº204, p. 151-169. 2006.

DIAS, Maria Luiza M. Planejamento e patrimônio no Paraná. In: GITAHY, Maria Lúcia Caira; LIRA, José Tavares Correia de (Orgs.). *Cidade: impasses e perspectivas* (Coleção Arquiteses, v. 2). São Paulo: Annablume Editora FAU-USP/Fupam, 2007. p. 289-308.

ESPÍRITO SANTO DO PINHAL (Município). *Lei nº 1.807 - Criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Espírito Santo do Pinhal*. Espírito Santo do Pinhal, 1991.

ESPÍRITO SANTO DO PINHAL (Município). *Lei nº 1.880 – Demolição de edificações no município de Espírito Santo do Pinhal*. Espírito Santo do Pinhal, 1992.

ESPÍRITO SANTO DO PINHAL (Município). *Lei nº 2.474 – Isenção de IPTU e taxas para imóveis considerados de interesse histórico, cultural e arquitetônico de Espírito Santo do Pinhal*. Espírito Santo do Pinhal, 1999.

ESPÍRITO SANTO DO PINHAL (Município). *Lei nº 3.063 – Plano Diretor Participativo de Espírito Santo do Pinhal*. Espírito Santo do Pinhal, 2006.

ESPÍRITO SANTO DO PINHAL (Município). *Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Pinhal (IPAC-PINHAL)*. Espírito Santo do Pinhal, 2010.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização, 1993. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, p.131-143. 1993.

_____. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

FERREIRA, Camila Corsi. *Arquitetura Residencial Urbana: Espírito Santo do Pinhal, 1880-1930*. 2010. 531p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

_____. Lugares esquecidos do patrimônio ferroviário paulista: o caso da estação de Nova Louzã, 6, 2012. *VI Colóquio latino-americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial* (Seminário), Rio de Janeiro, 2012.

FICHER, Sylvia. *Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FONSECA, Claudia Damasceno. *Arriais e Vilas d'el Rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo - Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ / Minc / Iphan, 1997.

_____. A noção de referência cultural nos trabalhos de inventário. In MOTTA, Lia. *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p. 27-40.

FONSECA; Paulo Delfino; LUNÉ, Antônio José Batista. *Almanak da província de São Paulo*. São Paulo: Typografia Americana, 1873.

FREITAS, Pedro Murilo Gonçalves. *Formação e transformação urbana de Ribeirão Pires – Em busca de um método de intervenção na cidade contemporânea*. 2017. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

FREITAS, Sônia Maria. *Vida e obra do Comendador Montenegro – Um Lousanense visionário no Brasil*. São Paulo: Polo Printer, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Inventário de proteção do acervo cultural de Minas Gerais – IPAC-MG. Plano estadual de inventário de Minas Gerais*. Belo Horizonte: IEPHA, 2008.

HIDAKA, Lúcia T. F.; ZANCHETTI, Silvio M. *A Declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna*. Olinda: CECI-Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, Textos para discussão, volume 57. 2014.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

ICOMOS. *Carta de Atenas para o restauro de monumentos históricos*. Atenas: ICOMOS, 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 5 de julho de 2016.

ICOMOS. *Carta de Veneza para a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios*. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 5 de julho de 2016.

IPHAN. *Compromisso de Brasília*. Brasília: IPHAN, 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

IPHAN. *Compromisso de Salvador*. Salvador: IPHAN, 1971. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

INSPETORIA GERAL DO ENSINO (org). *Anuario do Ensino de Estado de São Paulo. 1907-1908*. São Paulo: Typographia Augustro Siqueira & C., 1908.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Fapesp, 1998.

_____. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos do restauro*. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2008.

_____. O legado da expansão ferroviária no interior de São Paulo e questões de preservação. In: SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 2., 2010, São Carlos. *Anais do II Seminário de Patrimônio Agroindustrial*, São Carlos, 2010.

LARA, Fernando Luiz Camargo. Modernismo Popular: elogio ou imitação?. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v.12, n°13, p.171-184. 2005.

LE DUC, Eugène-Emmanuel Viollet. Tradução de Beatriz Mugayar Kuhl. *Restauração*. São Paulo: Artes & Ofícios/Ateliê Editorial, 2000.

LE MOS, Carlos A. C. *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. *Da Taipa ao Concreto: crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____. *Viagem pela carne*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

LERNER, Dina. Experiências de inventário no Estado do Rio de Janeiro. In MOTTA, Lia (Org.). *Inventários de identificação: um programa da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p. 79-89.

LESSER, Jeffrey. Um Brasil Melhor. *Revista História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, 2013.

LIRA, José T. C. A arquitetura como bem cultural. In: LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Da Taipa ao Concreto: crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2013. p.11-17.

LIRA, José; LOPES, João Marcos (orgs). *Estudos do CPC 3 - Memória, Trabalho e Arquitetura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 368p.

LOPES, Maria Ester de Araújo. *Conhecer os bairros jardins paulistanos confinados nos arquivos*. 2016. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MARTINS, Ana Luiza. *A história do café*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Roberto Vasconcellos. *Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal*. São Paulo: Imprensa Latina, 1986.

MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MASCARO, Luciana Pelaes. *Escolas Práticas de Agricultura: arquitetura neocolonial no interior paulista*. 2008. Dissertação (Mestrado) Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAZZOCO, Maria Inês Dias. *De Santos à Jundiaí: nos trilhos do café com a São Paulo Railway*. São Paulo: Magma Editora Cultura, 2005.

MEIRELLES, Guilherme. Um método de análise tipológica para áreas de preservação patrimonial: Cinelândia, Rio de Janeiro. In: ENANPARQ, 3. 2014, São Paulo. *Anais III ENANPARQ – Arquitetura Cidade e Projeto: Uma construção coletiva*. São Paulo, 2014.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo et. al. (org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo, IPHAN, 2006. p. 33-76.

_____. A história, cativa da memória. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 34. 1992.

_____. Fontes visuais, cultura visual, História visual – Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, v. 23, nº 45, p. 11-36. 2003.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

MONTE NEGRO, João Elisário de Carvalho. *Colônias Nova Colômbia e Nova Louzã – Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. Presidente da província de São Paulo*. São Paulo: Typographia da Província de São Paulo, 1875.

MONTEIRO, Evandro Ziggianti. *Três Largos Campineiros: Carmo, Rosário e Catedral - Histórias e Mapas de Viajantes*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

MOTTA, Lia (org.). *Inventários de Identificação: um programa da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

_____. O patrimônio cultural à luz do diálogo entre história e arquitetura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v.34, p. 249-279. 2012.

_____. A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 22, p. 108-122. 1987.

_____. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 256-287.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (termo-chave: Inventário).

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Protomodernismo em Pelotas*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2005.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Preservando a arquitetura do século XX: o IPHAN entre práticas e conceitos. In: *Cadernos Proarq* (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFRJ), Rio de Janeiro, n. 19, p. 172-193. 2012.

NOGUEIRA JR, Norberto Lourenço (org.). *A Fala dos Pinhais*. Espírito Santo do Pinhal, 2016.

OLIVEIRA, Isabela Moraes de.; SOUZA, Cristiane F. C.; VIEIRA, Glenda. IPAC– Inventário de Proteção do Acervo Cultural: Os modelos da Bahia e Pernambuco nas décadas de 1970 e 1980. *Revista Tempo Histórico*, v. 4, n. 1. 2013.

OLIVEIRA, Fabiana Valeck de. *Patrimônio escolar: para além da arquitetura, a materialidade do patrimônio histórico nas escolas paulistas*. 2015. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PASSARELLI, Silvia Helena F. *Proteção da paisagem ferroviária: memória e identidade do bairro Estação São Bernardo (atual Santo André)*. 2005. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PARETO JR., Lindener. Cotidiano em construção: a trajetória profissional dos práticos licenciados em São Paulo (1893-1933). In: LOPES, João Marcos; LIRA, José. *Memória, trabalho e arquitetura*. São Paulo: CPC/ EDUSP, 2013. p. 66-81.

PEREIRA, Renato Baesso. Quatremere de Quincy e a ideia de tipo. *Revista de História e Arqueologia*, v. 13, p. 55-77. 2010.

PESSÔA, José Simões de Belmont. Introdução: o que convém preservar. In: COSTA, Lúcio; PESSOA, José (coord). *Lúcio Costa: Documentos de Trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. p.11-19.

PRATA, Juliana Mendes. *Patrimônio Cultural e Cidade: práticas de preservação em São Paulo*. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RAIMUNDO, Dulcenéia Braga dos Reis. A “minha” Vila Norma. In: NOGUEIRA JR, Norberto Lourenço (org.). *A Fala dos Pinhais*. Espírito Santo do Pinhal, 2016.

REIGL, Alois. *O Culto Moderno dos Monumentos*. Lisboa: Edições 70, 2013. 144p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. *Victor Dubugras: Precursor da arquitetura moderna na América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

RIBEIRO, Julia Farah. *Cata-Ventos da Memória: Reabilitação do patrimônio urbano e arquitetônico de Espírito Santo do Pinhal-SP*. Trabalho Final de Graduação (TFG) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Poços de Caldas-MG. 2013.

_____. *Para além do centro histórico: valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (AU/FEC - UNICAMP). Campinas, SP. 2017.

_____. Memória, passado e presente: o patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal e os estudos da arquitetura ferroviária da Vila Montenegro. In: *VIII Seminário Nacional do CMU - Memória e acervos documentais, o arquivo como espaço produtor de conhecimento*, 2016, Campinas. Anais do VIII Seminário Nacional do CMU - Memória e acervos documentais, o arquivo como espaço produtor de conhecimento. 2016, p. 1-17.

RIBEIRO, Julia Farah; COSTA, Frederico Vergueiro. Rural e urbano no interior paulista e suas relações com a economia global do café. In: *V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual: crises, impasses e desafios*, 2018, Salvador. Anais do V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual: crises, impasses e desafios., 2018. p. 1-21.

_____. Brazilian Hinterlands in the Global Coffee Industry. In: *14th International Conference on Urban History - Urban renewal and resilience - cities in comparative perspective*, 2018, Roma, Itália. Anais 14th International Conference on Urban History - Urban renewal and resilience - cities in comparative perspective, 2018. p. 1-13.

RIBEIRO, Julia Farah. ; TIRELLO, Regina Andrade. Pensando a preservação urbana e arquitetônica de Espírito Santo do Pinhal: um patrimônio ainda a conhecer. In: *IX Mestres e Conselheiros: Agentes Multiplicadores do Patrimônio*, 2017, Belo Horizonte (MG) CAD II-UFGM. Anais do IX Mestres e Conselheiros - Agentes Multiplicadores do Patrimônio, 2017. p. 710-728.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIZZONI, Ernesto (org.). *Revista Polianteia*. Espírito Santo do Pinhal, 1949.

RODRIGUES, Marly. Inventário de bens culturais: conhecer e compreender. *Revista CPC*, São Paulo, nº 21, p. 31 – 48. 2016.

RODRIGUES, Marly; TOURINHO, Andrea de Oliveira. Patrimônio Ambiental Urbano: uma retomada. *Revista CPC*, São Paulo, nº 22, p. 70 – 91. 2016.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. A cidade e seus bens culturais: a dimensão urbana da tutela na abordagem dos documentos internacionais. *Revista Projeto História*, São Paulo, nº 40, p. 223-257. 2010.

_____. *Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais*. São Paulo: Fap-Unifesp: Edusp, 2013.

RUSKIN, John. *La siete lámparas de la arquitectura*. Buenos Aires: Librería El Ateneo Editorial, 1956.

_____. *A lâmpada da memória*. Apresentação, tradução e comentários críticos por Odete Dourado. 1996. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SAES, Flávio; NOZOE, Nelson. A indústria paulista da crise de 1929 ao Plano de Metas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. *Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia*. Salvador: ANPEC, 2006.

SALANDIM, Maria Ednéia Martins. *Escolas técnicas agrícolas e educação matemática: história, práticas e marginalidade*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

SANT'ANNA, Marcia. A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 24, n. 1, p. 59-74. 2016.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos; LAGE, Cláudia Freire. Cataguases: patrimônio da modernidade. In: DOCOMOMO Brasil, 3., 1999, São Paulo. *Anais III Seminário Nacional DOCOMOMO*. São Paulo, 1999.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Introdução. In: MAZZOCO, Maria Inês Dias. *De Santos à Jundiá: nos trilhos do café com a São Paulo Railway*. São Paulo: Magma Editora Cultura, 2005. p. 26-39.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. *Inventário geral do patrimônio ambiental e cultural: Liberdade*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1987.

SÃO PAULO (SP). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Decreto Estadual 13.426, de 16/03/1979*. Legislação para os processos de tombamento. São Paulo, 1979.

SÃO PAULO (SP). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Decreto Estadual 48.137 de 07/10/2003*. Alterações referentes à área envoltória dos bens imóveis tombados pelo CONDEPHAAT. São Paulo, 1979.

SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. *Resolução SC-35, de 16/11/92*. Tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. São Paulo, 1992.

SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. CONDEPHAAT. *Processo nº 26.264/88*. Estudo de tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. São Paulo, 1988.

SÃO PAULO (SP). Secretaria da Cultura. CONDEPHAAT. *Processo nº 74.226/2015*. Revisão do tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal. São Paulo, 2015.

SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA (org.). *Legislação para proteção do patrimônio cultural da Bahia – Guia de orientação para os municípios*. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado/ Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC, 2011.

SEGAWA, Hugo M. *Arquiteturas no Brasil, 1900-1990*. 3ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2014.

SEIXAS, Jacy Alves de. Brasil, país do futuro: políticas do esquecimento e imagens identitárias da denegação. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28. 2015, Florianópolis. In: *Anais XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, 2015.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. 2ª ed. São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

SILVA, Gustavo Pereira da. COSTA, Armando Dalla. Da falência à liderança: a trajetória do Grupo Votorantim no setor têxtil paulista (1918-1939). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 43., 2016, Florianópolis. *Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia*, Florianópolis, 2016.

SILVA, Innocência Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português* - Segundo suplemento, C-G. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

SILVA, Joana Mello de Carvalho e. Projeto é documento: a experiência de pesquisa na coleção Jacques Pilon da Biblioteca da FAU-USP. In: ENANPARQ, 3., 2014. São Paulo. *Anais III ENANPARQ – Arquitetura, Cidade e Projeto*. São Paulo, 2014.

SOUZA, Maria Luiza Zanatta de. *A Carta de Rafael-Castiglione ao Papa Leão X e sua importância para o estudo da arquitetura e do urbanismo no período do Renascimento*. 2011. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

STEVOLO, Pedro Luiz. A casa modernista de Flávio de Carvalho: arte, política e um território em disputa?. *Revista CPC*, n. 22, p. 10-36. 2016.

TABERNÉ, Tomas Nieto. *CIAM – Congressos Internacionales de Arquitectura Moderna y el debate sobre la modernidade*. Barcelona, 2014. Disponível em: <http://hasxx.blogspot.com.br/2013/02/los-ciam-congresos-internacionales-de.html>. Acesso em: 19 de janeiro de 2017.

TAMASO, Izabela M. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. *Sociedade e cultura*, v. 8, n. 2, p. 13-36. jul./dez. 2005.

TAMASO, Renata M. Do Patrimônio do Divino ao Patrimônio de São Benedito e Santa Luzia: espaços urbanos e identidade. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 9., 2008, São Paulo. *Anais XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. São Paulo, 2008.

TICCIH. *Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial*. Nizhny Tagil: TICCIH, 2003. Disponível em: <<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em: cinco de julho de 2016.

TIRELLO Regina A., SFEIR Maira, BARROS Maira C. e MARTINS Sarah V. Projetos de reabilitação de conjuntos industriais históricos em centros urbanos paulistas: usos possíveis na contra corrente dos “centros culturais?”. In: ARQUIMEMÓRIA, 4., 2013, Salvador. *Anais do Arquimemória IV: Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado*. Salvador: IAB-Ba / UFBA, 2013. v. 1, p. 1-25.

TORRES, Valéria A. R.; TESSARINE, Luiz G. *Espírito Santo do Pinhal: a rainha das serras*. São Paulo: Noovha América, 2006.

TOURINHO, Andrea de Oliveira. Do centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais. In: GITAHY, Maria Lúcia Caira; LIRA, José Tavares Correia de (Orgs.). *Cidade: impasses e perspectivas*. Arquiteses, v. 2, 2007. p. 11-28.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Café e indústria: São Carlos: 1850 – 1950*. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2007.

TRUZZI, Oswaldo; SCOTT, Ana Silvia Volpi. Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes portugueses no século XIX: o caso da colônia de Nova Lousã. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO 8., 2004, Coimbra. *Anais VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 2004.

UNESCO. *Recomendação de Nairobi para a salvaguarda de conjuntos históricos*. Nairobi: UNESCO, 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: cinco de julho de 2016.

VIDAL, Celma Chaves Pont. Modernização, inventividade e mimetismo na arquitetura residencial em Belém entre as décadas de 1930 e 1960. *Revista Risco*, v.8, p.145-163. 2008.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WILLIAMS, Raymond. Tradução de Henriques Brito. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos; ZAGATO, José Antônio Chinelato. A preservação do patrimônio moderno no Estado de São Paulo pelo Condephaat. In: DOCOMOMO Brasil, 11., 2016, Recife. *Anais 11º Seminário Nacional Docomomo Brasil*. Recife: Docomomo Brasil, 2016.

ZANCHETTI, Sílvio Mendes; HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna. *Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada - Textos para discussão*, v.57. 2014. 15p.

Fontes Iconográficas e Cartográficas

ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exposição Oeste Paulista – Transformações. Mapas, infográficos e propagandas diversas.

MONTE NEGRO, João Elisário de Carvalho. Álbum de Pinhal, 1903. Acervo do Museu e Biblioteca Municipal.

OLIVI, Ricardo Mateus. Fotos aéreas de Espírito Santo em 1968/69. Acervo Particular.

ROTELLI, Aparecida Domingues. Espírito Santo do Pinhal nas décadas de 1940 e 1950. Acervo Particular.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

SECRETARIA DE OBRAS - PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL. Planta da "Projeção da Avenida Oliveira Motta, ruas Humberto I, Dos Vergueiros e outras", 1950. Mapa.

SECRETARIA DE OBRAS - PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL. Projeto arquitetônico do Esporte Clube Comercial. Projeto final. Desenhista: José Costa. Espírito Santo do Pinhal, 1948.

Fontes Orais

GOLFERI, Danilo José Camargo. Entrevista concedida a Julia Farah Ribeiro. Espírito Santo do Pinhal, 18 de maio de 2016.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. Entrevista concedida a Julia Farah Ribeiro. Vila Penteadado (FAU Maranhão, localizada na Rua Maranhão nº 88, Bairro Higienópolis), São Paulo, 13 de agosto de 2016.

VERGUEIRO, Raul Porto. Entrevista concedida a Julia Farah Ribeiro. Espírito Santo do Pinhal, 23 de junho de 2016.

SERTÓRIO, Pedro Henrique. Entrevista concedida a Julia Farah Ribeiro. Espírito Santo do Pinhal, 15 de maio de 2016.

SOBRINHO, Adriano Ferriani. Entrevista concedida a Julia Farah Ribeiro. Espírito Santo do Pinhal, 12 de julho de 2016.

Site Consultados

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/documento_cartografico>. Acesso em: 25 de setembro de 2015.

Estações ferroviárias do Brasil. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>>. Acesso em: 25 de setembro de 2015.

Fundação SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=defi>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2017.

Instituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione - ICCD. Disponível em: <<http://www.iccd.beniculturali.it>>. Acesso em 20 de novembro de 2015.

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais/ IEPHA. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/institucional>>. Acesso em: 02 de julho de 2015.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 02 de julho de 2015.

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/>>. Acesso em: 02 de julho de 2015.

Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais - IPAC-IEPHA. Disponível em: <<http://www.ipac.iepha.mg.gov.br/>>. Acesso em: 02 de julho de 2015.

Revista Acrópole eletrônica. Disponível em: <www.acropole.fau.usp.br>. Acesso em: 25 de setembro de 2015.

Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia - SIPAC. Disponível em: <<http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/documentacao-e-memoria/ipac-sic/>>. Acesso em: 02 de julho de 2015.

Projeto Lençóis/BA. Disponível em: <<http://www.projeto lencois.ufba.br/index.asp>>. Acesso em: 06 de novembro de 2016.

Projeto Memória Ferroviária. Disponível em: <<https://projetomemoriaferroviaria.wordpress.com/tag/condephaat/>>. Acesso em: 06 de novembro de 2016.

PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO:

Valores e sentidos do patrimônio edificado de Espírito Santo do Pinhal

